

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**MARCIO RODRIGO MELLO**

**INTENCIONALIDADE NAS *OBSERVAÇÕES FILOSÓFICAS* DE WITTGENSTEIN:  
O ELEMENTO DE INTENÇÃO**

**GUARULHOS  
2015**

**MARCIO RODRIGO MELLO**

**INTENCIONALIDADE NAS *OBSERVAÇÕES FILOSÓFICAS* DE WITTGENSTEIN:  
O ELEMENTO DE INTENÇÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia  
Área de concentração: Metafísica, Ciência e Linguagem.  
Orientação: Prof<sup>o</sup> Dr. Marcelo Silva de Carvalho.

**GUARULHOS  
2015**

Mello, Marcio Rodrigo.

Intencionalidade nas *Observações Filosóficas* de Wittgenstein: o elemento de intenção / Marcio Rodrigo Mello. – 2015.  
1 f.

Dissertação (Mestrado em Curso) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2015.  
Orientação: Profº Dr. Marcelo Silva de Carvalho.

1. Filosofia da Linguagem. 2. Filosofia da Mente . 3. Wittgenstein, Ludwig (1889-1951). I. Marcelo Carvalho. II. Título .

**MARCIO RODRIGO MELLO**  
**INTENCIONALIDADE NAS *OBSERVAÇÕES FILOSÓFICAS* DE WITTGENSTEIN:**  
**O ELEMENTO DE INTENÇÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia  
Área de concentração: Metafísica, Ciência e Linguagem  
Orientação: Prof<sup>o</sup> Dr. Marcelo Silva de Carvalho

Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

---

Prof. Dr. Marcelo Silva de Carvalho  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof. Dr. João Vergílio Gallerani Cuter  
Universidade de São Paulo

---

Prof. Dr. Bento Prado Neto  
Universidade Federal de São Carlos

Aos meus pais, pelo amor e cuidado,  
dedico este trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, minha família e a Thais, pelo apoio sempre presente. Principalmente ao professor Marcelo Carvalho, pela disposição, direcionamento, pelas importantes críticas, e paciência, sem o qual este trabalho não seria possível. Aos professores João Vergílio Cuter, Bento Prado Neto e Mauro Luiz Engelmann, que acompanharam o desenvolvimento deste trabalho, sempre com críticas importantes e sugestões fundamentais. A todos os colegas do grupo de pesquisa Dissoi Logoi da UNIFESP, que contribuíram com comentários e sugestões. A todos, muito obrigado.

“A filosofia desfaz os impasses do nosso pensamento, impasses que tornamos intensamente tortuosos; para fazê-lo, contudo, ela tem de percorrer caminhos que são tão complicados quanto esses impasses”.

Ludwig Wittgenstein

## RESUMO

A obra *Observações Filosóficas* de Ludwig Wittgenstein, iniciada no ano de 1929, possui a característica de ser uma obra de transição. Podemos observar, em uma leitura atenta da mesma, novas concepções tomando forma ao mesmo tempo em que outras concepções fundamentais presentes no *Tractatus Logico-Philosophicus* são, neste momento, reformuladas. Um elemento adquire importância essencial, nesta obra, que Wittgenstein chama de “intenção”. Tal elemento remete a uma concepção de Intencionalidade presente na relação entre pensamento e fato, e fundamental para o entendimento do verdadeiro funcionamento da linguagem. É importante notar que o termo “intenção” aparece explicitamente pela primeira vez nas *Observações Filosóficas*, e nos manuscritos a partir dos quais ela foi editada. Portanto, neste momento Wittgenstein passa a admitir explicitamente a importância de um elemento de intencionalidade na sua filosofia, que continuará sendo discutido no decorrer de toda a sua produção filosófica posterior. O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise deste elemento de intenção tal como ele aparece na obra *Observações Filosóficas*, procurando sempre fazer um diálogo com suas concepções anteriores, no *Tractatus Logico-Philosophicus*, e com a filosofia de Bertrand Russell, ao qual Wittgenstein opõe sua própria concepção. A concepção de intencionalidade presente nesta obra será exposta e analisada de maneira crítica e minuciosa, destacando-se a sua necessidade no contexto da reformulação do pensamento do autor, durante o período em que a concepção de linguagem do *Tractatus Logico-Philosophicus* sofre danos severos em suas bases. Portanto a sua concepção de intenção será fundamental para que sejam organizadas novas concepções de linguagem, que serão reformuladas e transformada no período que compõe o chamado “período intermediário” de sua filosofia.

Palavras-chave: Filosofia da Linguagem. Filosofia da Mente. Wittgenstein, Ludwig (1889-1951).



## ABSTRACT

The work *Philosophical Remarks* from Ludwig Wittgenstein, begun in 1929, has the characteristic of being a transition work. We can see, on a careful reading of it, new concepts taking shape while other fundamental conceptions present in the *Tractatus Logico-Philosophicus* are, at this moment, reformulated. An element acquires essential importance in this work, which Wittgenstein calls "intention". This element refers to a conception of intentionality presented in the relationship between thought and fact, and fundamental to the understanding of the true functioning of language. It is important to notice that the term "intention" appears explicitly for the first time in *Philosophical Remarks*, and in the manuscripts from which it has been edited. Thus, Wittgenstein goes on to explicitly admit the importance of an intentionality element in his philosophy, which will continue to be discussed in the course of all his later philosophical production. This study aims to analyze this intention element as it appears in the work of *Philosophical Remarks*, always looking to make a dialogue with his previous conceptions, the *Tractatus Logico-Philosophicus*, and with the philosophy of Bertrand Russell, which Wittgenstein opposes his own conception. The conception of intentionality in this work will be displayed and analyzed in a critical and thorough manner, highlighting its need in the context of the reformulation of the author's thought, during the period in which the language conception of the *Tractatus Logico-Philosophicus* suffers severe damage in its bases. Therefore, his conception of intention will be fundamental to be organized new language conceptions, which will be reshaped and transformed in the period that makes up the so-called "middle period" of his philosophy.

Keywords: Philosophy of Language. Philosophy of Mind. Wittgenstein, Ludwig (1889-1951).

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2 O ELEMENTO DE INTENÇÃO NOS CAPÍTULOS INICIAIS DAS OBSERVAÇÕES FILOSÓFICAS</b>	<b>20</b>
2.1 O elemento de intenção no início do capítulo III	20
2.2 Problemas relacionados à intenção levantados no capítulo II	22
2.3 A introdução do elemento de intenção no debate com Russell	28
<b>3 A CONCEPÇÃO CAUSAL DE SIGNIFICADO DE RUSSELL E AS CRÍTICAS DE WITTGENSTEIN</b>	<b>36</b>
3.1 A Concepção de Russell em <i>The Analysis of Mind</i>	36
3.1.1 Visão geral da obra <i>The Analysis of Mind</i>	36
3.1.2 Desejo e ciclos de comportamento	40
3.1.3 Crença e expectativa	50
3.2 Wittgenstein contra Russell: a crítica da concepção causal de significado nos parágrafos §21 a §29 das <i>Observações Filosóficas</i>	57
<b>4 INTENCIONALIDADE E RELAÇÃO INTERNA NO TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS</b>	<b>71</b>
4.1 A concepção de relação interna e sua importância no <i>Tractatus Logico-Philosophicus</i>	71
4.2 Sobre a possibilidade de uma intencionalidade na concepção figurativa do <i>Tractatus Logico-Philosophicus</i>	81
4.2.1 Sobre a intencionalidade na figuração, nomeação e operações de verdade	83
4.2.2 A intencionalidade e a simetria na relação entre pensamento, linguagem e mundo	88
4.2.3 Intencionalidade e métodos de projeção	91
4.2.4 Conclusão: a presença da Intencionalidade no <i>Tractatus Logico-Philosophicus</i>	95

<b>5 A CONCEPÇÃO DE INTENCIONALIDADE NAS OBSERVAÇÕES FILOSÓFICAS</b>	<b>98</b>
5.1 A concepção figurativa da intenção, as relações internas e o método de projeção	98
5.2 A metáfora da linguagem como um mecanismo e a necessidade da intenção	108
5.3 A intenção como aplicação de um padrão de medida	110
5.3.1 A comparação da expectativa com uma "procura" e a concepção de "espaços" na linguagem	110
5.3.2 A intenção como aplicação de um padrão de medida e a metáfora da régua	116
5.4 A metáfora da expectativa como forma a ser preenchida	124
5.5 O elemento de intenção no texto das <i>Observações Filosóficas</i> : síntese e conclusão da análise	125
<b>6 CONCLUSÃO</b>	<b>128</b>
<b>7 BIBLIOGRAFIA</b>	<b>134</b>

## 1. Introdução

A concepção de Intencionalidade recebeu, durante a história da filosofia ocidental, diferentes graus de importância e de significado. Ela está relacionada com a própria análise do significado. O termo “intencionalidade” foi utilizado e discutido a partir das ideias de Brentano e de Husserl, mas aparece principalmente relacionado ao conceito de fenomenologia desenvolvido por este último. Posteriormente o termo também foi usado na obra do filósofo John Searle, que a define como: a “propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos para, ou acerca de objetos e estados de coisas no mundo”<sup>1</sup>. Porém, uma pergunta que poderia surgir aqui é: Em que sentido uma concepção de intencionalidade aparece ou é discutida na obra de Wittgenstein? Já que este filósofo se concentra em fazer uma análise da linguagem, seria possível perguntar sobre qual é a importância da intencionalidade para o seu interesse em se fazer uma análise sobre a mesma. Em primeiro lugar, se deve localizar uma concepção de intencionalidade no pensamento de Wittgenstein, e o contexto no qual ela se faz presente. O objetivo deste trabalho é localizá-la no período em que o filósofo procura repensar muitos problemas encontrados no *Tractatus Logico-Philosophicus*. Durante esta época, por volta de 1929-1930, Wittgenstein organizou alguns manuscritos em uma forma de um texto único, chamado depois de *Observações Filosóficas (Philosophische Bemerkungen)*. E, particularmente neste trabalho, o autor chama a atenção para um elemento indispensável para a linguagem, que ele chama de “elemento de intenção”<sup>2</sup>. É nesta concepção de intenção que Wittgenstein vai fundamentar a sua concepção, ou seja, do entendimento sobre como a linguagem funciona. As reflexões desta obra serão o ponto de partida para as mudanças que o levarão, por fim, ao caminho que chegará até as *Investigações Filosóficas*. A partir da investigação dos problemas estruturais da concepção do *Tractatus*, Wittgenstein desenvolveu uma concepção de linguagem que localiza na mesma um elemento de intencionalidade, o que faz com que a obra *Observações Filosóficas* se constitua,

---

<sup>1</sup> John SEARLE. *Intencionalidade*. p.1.

<sup>2</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações filosóficas*. p. 49.

para o trabalho aqui realizado, como o ponto central em torno do qual será empreendida uma análise desta concepção de linguagem e de sua relevância para o percurso da filosofia do autor. Este elemento é explicitamente exigido nesta passagem do texto do capítulo III: “se você excluir da linguagem o elemento da intenção, toda a sua [da linguagem] função desmorona”<sup>3</sup>. Portanto, pode-se notar que este elemento de intenção tem relevância central para o próprio funcionamento da linguagem. Poderia ser dito que, segundo esta concepção do autor, não é possível pensar o funcionamento da linguagem, sem se cair em contra sentidos, se o mesmo for ignorado.

Outra observação deve ser feita antes do prosseguimento deste estudo: o termo “Intencionalidade” (*Intentionalität*) não aparece em nenhum momento nas *Observações*. Mas o termo *Intention* (intenção) pode ser encontrado em alguns momentos da mesma, particularmente no capítulo III. Sendo assim, embora o próprio termo “intencionalidade” não esteja presente de modo explícito, o mesmo se encontra admitido de forma implícita no decorrer do texto. O termo *Intention*, recorrente na obra, está relacionado ao termo *Intentionalität*, ou seja, implica em um ato de direcionamento, tal como se costuma caracterizar a intencionalidade. Aqui, a palavra intenção não se refere às intenções corriqueiras, como se contuma dizer: “tenho a intenção de fazer isto ou aquilo”, etc. O termo intenção está relacionado à concepção de figuração do autor e ao tema do significado. O uso do mesmo se mostra em relação com uma concepção figurativa da linguagem, diferente, entretanto, da sua concepção no *Tractatus* em alguns aspectos. Nota-se, em uma passagem do capítulo III, a referência à mesma: “o que é essencial à intenção é a figuração: a figuração daquilo que se pretende”<sup>4</sup>. Portanto, trata-se da linguagem como figuração e, por conseguinte, do pensamento como figuração, já que linguagem e pensamento encontram-se intrinsecamente ligados. O autor também usa a palavra *Absicht* (que literalmente, poderia ser traduzida como um “ver antes”) em sentido equivalente à “intenção” em referência à intencionalidade. A palavra *Absicht* também poderia ser traduzida como “objetivo” ou “propósito”, porém será

---

<sup>3</sup> Id. Ibid. p. 49.

<sup>4</sup> Id. Ibid. p. 49.

também traduzida como “intenção”. O termo aparece, em alguns momentos do capítulo III, por exemplo, nas passagens §21 e §31 como *Absicht*, e também no capítulo II, na passagem §18, como *Beabsichtigt* (variante de *Beabsichtigten*). Apesar da diferença de palavras utilizadas, Wittgenstein usa-as como sinônimos de *Intention* e, portanto, a diferença dos termos empregados não é relevante para o autor. Na passagem de número §21, por exemplo, encontram-se as três palavras utilizadas: *Intention*, *Absicht* e *Beabsichtigten*. No entanto, é a palavra *Intention* que nos mostra uma proximidade maior com a palavra *Intentionalität*, por possuírem a mesma raiz. No contexto do uso destes termos, segundo a concepção de linguagem e de figuração construída nas *Observações*, pode-se afirmar que trata-se de um uso destas palavras com significado equivalente.

O interesse com relação à necessidade deste elemento de intenção na linguagem contrasta com a filosofia do *Tractatus*: nele não encontramos nenhuma menção direta à intencionalidade ou à um elemento de intenção, o que não significa que não possam existir referências indiretas. No entanto, à primeira vista, a mesma não parece suscitar interesse nesta obra, e aparentemente, nada há declarado a respeito de sua possível necessidade. Nas *Observações* se pode notar uma mudança significativa com relação à concepção de proposição. Ainda no *Tractatus* nota-se a característica da linguagem como uma espécie de “espelho” do mundo, ou seja, possuindo a mesma forma lógica que o mesmo. Esta identidade, ou simetria, que tornaria possível a linguagem ser caracterizada como figuração do mundo, se mostraria nas relações internas entre as estruturas das proposições e as estruturas dos fatos. A linguagem, no *Tractatus*, seria o conjunto das proposições com sentido, o que destaca a análise da proposição como tarefa principal para a compreensão da estrutura da linguagem e para a localização dos seus problemas, o que corresponde também à localização dos problemas da própria Filosofia<sup>5</sup>. Na análise da proposição se chega à sua definição como função de verdade das proposições elementares<sup>6</sup>, o que requer um entendimento do uso das tabelas de verdade e validade, expostas também nesta obra. As mesmas proposições elementares são entendidas aqui

---

<sup>5</sup> Idem. *Tractatus Logico-Philosophicus*. p. 131 e 165.

<sup>6</sup> Id. Ibid. p. 203.

como “relações de nomes”, que refletem estados de coisas, que são “ligações de objetos”<sup>7</sup>. Nota-se, no *Tractatus*, uma importância maior da proposição como descrição de fatos. Portanto a proposição descreve e reflete uma relação de objetos, tais como seus elementos, os nomes, estão relacionados. Nas *Observações* podemos notar uma ampliação do alcance da concepção de proposição. Observa-se, em várias passagens da obra, uma atenção especial dada à proposição na forma de uma expressão de expectativa. Poderia se dizer que a própria proposição pressupõe expectativa. Se alguém descreve um fato, espera que esta descrição corresponda ao fato e, por conseguinte, seja verdadeira. O leque da proposição expande-se também para as expressões de desejos, que não são descrições de fatos presentes, mas de fatos que podem vir a ser presentes ou não. As ordens e instruções também passam a ser consideradas, e tanto nelas quanto nos desejos também se pode considerar uma expectativa pressuposta, pois quem ordena algo, espera que a outra pessoa a entenda e execute esta mesma ordem, o que acontece também na instrução. E com relação ao desejo, se alguém deseja algo, espera que o mesmo possa ser realizado. Estes novos aspectos da linguagem, ou melhor, estas diferentes formas de expressão mostram-se importantes neste momento, e tornam-se fundamentais para a mudança de pensamento que, gradativamente, se desenvolverá até chegar nas *Investigações Filosóficas*, como por exemplo na concepção de “jogos de linguagem”.

Segundo o que Mauro Engelmann afirma<sup>8</sup>, outra mudança de perspectiva pode ser notada no desenvolvimento do pensamento de Wittgenstein, do *Tractatus* até as *Observações*, que se refere à consideração dada aos temas da Psicologia. Poderia se dizer, em se tratando de intencionalidade, que a mesma, à primeira vista parece pertencer aos temas que foram descartados no *Tractatus*. Para Wittgenstein, a reflexão sobre a lógica da linguagem não deveria admitir características psicológicas. Pois, em primeiro lugar, a Psicologia, para Wittgenstein naquele período, não seria uma ciência diferente de outras ciências naturais, que são formadas por proposições que podem ser verdadeiras ou falsas. O caráter hipotético

---

<sup>7</sup> Id. Ibid. p. 135 e 151.

<sup>8</sup> Mauro L. ENGELMANN. *Wittgenstein's Philosophical Development*. p. 69-71

das proposições da Psicologia não poderiam servir de base para a lógica da linguagem, pois são as proposições que devem depender da lógica, e não o contrário. Segundo o *Tractatus*, para que uma proposição tenha sentido, ela deve possuir uma característica “bipolar”. Segundo Luiz H. Lopes dos Santos<sup>9</sup>, essa bipolaridade corresponde à possibilidade da proposição ser verdadeira ou falsa, se comparada com o mundo. Ou, para ser mais preciso, que a mesma possa ser uma descrição verdadeira ou falsa do fato. Se ela é uma descrição do fato, então ela é também uma figuração do mesmo, e seu sentido deve anteceder a sua verdade ou falsidade. O sentido de uma proposição não poderia depender de sua veracidade em comparação com o fato, pois ela já precisa fazer sentido para poder ser considerada verdadeira. Portanto, o sentido de uma proposição consiste em ela ser uma descrição possível do fato, mesmo que este fato não seja o caso. E como ela poderia ser, então, uma descrição, ou melhor, como ela poderia descrever um fato que não é o caso? A solução presente no *Tractatus* está na correspondência entre os elementos da proposição e os elementos do mesmo, na sua forma lógica equivalente. As proposições da Psicologia, neste caso, não poderiam fundamentar aquilo que deve servir de fundamento para as mesmas. O sentido de uma proposição não deve depender da verdade de outras proposições. Este é o centro em torno do qual gravita toda a concepção de linguagem do *Tractatus*. Portanto, se a análise da lógica da linguagem não deve depender de concepções de cunho psicológico, então estas últimas não tem valor no momento do *Tractatus*, e devem ser evitadas, o que poderia ter levado o autor a descartar o termo “intencionalidade”, devido a proximidade do mesmo com conceitos da Psicologia e da Fenomenologia. No entanto, notamos uma mudança no pensamento do autor no decorrer do período de 1929-1930: Foi necessária uma abordagem da intencionalidade, mas analisada em um viés lógico, ou seja, como condição para a concepção figurativa, no contexto da constatação da falência do sistema do *Tractatus*. Outro motivo para a atenção dada ao tema foi a necessidade de fazer uma crítica às teorias causais do significado, de Russell, Ogden e Richards. No diálogo com os mesmos, o autor critica a atitude deste primeiro de elaborar uma concepção dependente de conceitos

---

<sup>9</sup> Luiz H. LOPES DOS SANTOS. *A Estrutura da Proposição e a Estrutura do Mundo* in Ludwig WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*. p. 54-55.



da Psicologia, com destaque para os usos de concepções da Psicanálise e do Behaviorismo. Segundo Mauro Engelmann<sup>10</sup>, é possível notar neste momento da obra de Wittgenstein o desejo de tornar claras algumas concepções próximas da Psicologia em sua obra, para evitar os problemas que um mau entendimento sobre o funcionamento da linguagem poderia causar. Algo que o autor detectou da visão russelliana, por exemplo, é a subordinação do lógico à causalidade mecânica. Mantendo-se fiel à pressuposição que a lógica deveria cuidar de si própria, Wittgenstein procura criticar qualquer dependência da relação entre linguagem e mundo de elementos externos. Assim busca mostrar a possibilidade de figuração do mundo, e sobretudo da figuração de eventos futuros através da expectativa como dependente da própria condição figurativa da linguagem, e por conseguinte do pensamento. Vinculada a essa causalidade, Russell apresenta conceitos de instinto e de comportamento alheios à análise lógica. Tal atitude, além de um desvio, também é capaz de provocar uma “falha geral” na estrutura da linguagem, fazendo com que a mesma entre em colapso. Portanto, só é possível compreender o seu funcionamento através de uma análise lógica, e não psicológica, mas levando em conta a necessidade da admissão da intencionalidade. No texto das *Observações* encontra-se uma discussão a respeito da mesma, da sua necessidade e da crítica à teoria causal do significado, inaugurando um novo momento no conjunto da obra de Wittgenstein, e iniciando uma discussão que permanecerá ativa até o final do desenvolvimento da sua filosofia.

Como já foi dito acima, as *Observações*, se constituem como base principal para as análises realizadas neste trabalho. Portanto, faz-se necessária uma apresentação da mesma em seu contexto histórico. O texto de base utilizado para organização do livro é o TS 209, que faz parte dos manuscritos e textos datilografados de Wittgenstein, atualmente organizados como *Nachlass*, pela Universidade de Bergen<sup>11</sup>. As *Observações* foram publicadas em 1964 por Rush Rhees, um dos herdeiros do espólio do autor. Este texto teria sido oferecido a ele

---

<sup>10</sup> Mauro Luiz ENGELMANN. *Wittgenstein Philosophical Development*. p. 70

<sup>11</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Wittgenstein's Nachlass*. Edição da Universidade de Bergen.

por G. E. Moore<sup>12</sup>. Sua origem encontra-se na ocasião do retorno de Wittgenstein para a Filosofia, ou melhor, para a atividade acadêmica. Wittgenstein chegou a Cambridge em Janeiro de 1929 com o objetivo de retornar a atividade acadêmica no Trinity College sob a supervisão de Russell e Moore<sup>13</sup>. Em Fevereiro deste ano começa a escrever ininterruptamente e a trabalhar em seus manuscritos até Abril de 1930. Durante este período, produziu três volumes manuscritos, nos quais buscou fazer uma reformulação de seu pensamento, concluído outrora no *Tractatus*. Segundo Josef Rothhaupt<sup>14</sup>, a partir destes três volumes manuscritos, conhecidos hoje como MS 105-108, datilografou uma espécie de “síntese” do seu trabalho realizado até aquele momento, por volta de Abril de 1930, depois classificado como TS 208, enviando-o a Russell em Maio de 1930. O trabalho continha uma série anotações, ou seja, observações, de difícil compreensão para Russell, que conseguiu ler cerca de um terço do trabalho<sup>15</sup>.

Durante esse período e nos próximos cinco meses que se seguiram Wittgenstein empreendeu uma série de encontros e conversações com Russell, com o intuito de esclarecer e discutir suas novas concepções. Posteriormente Wittgenstein conseguiu sua bolsa de estudos sob a mediação de Littlewood (Fellow do Trinity College) e do próprio Russell. Porém, este teria sido o momento no qual Wittgenstein decidiu reorganizar o seu trabalho anterior, por ocasião de suas conversas com estes últimos e com os membros do Círculo de Viena (particularmente Waismann e Schlick)<sup>16</sup>. E o fez, cortando do seu texto tiras de papel, que continham trechos do texto datilografado enviado a Russell (o qual, segundo Rhees, ele possuía uma cópia), colando em um caderno em branco e reorganizando todo o material. Por isso, seria possível até mesmo chegar a considerar a possibilidade de que Wittgenstein poderia ter pensado alguma vez em organizar o TS 209 para a publicação, no contexto de seu contato com o Círculo de

---

<sup>12</sup> Idem. *Observações Filosóficas*. p. 287-290.

<sup>13</sup> Id. Ibid. p. 287.

<sup>14</sup> Nuno VENTURINHA (org). *Wittgenstein after his Nachlass*. p. 53-57.

<sup>15</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações Filosóficas*. p. 287.

<sup>16</sup> Id. Ibid. p. 53-55.

Viena<sup>17</sup>. O próprio Rhees insere na edição das *Observações* uma possível tentativa de prefácio de Wittgenstein, encontrada no MS 109 com data de 8 de Novembro de 1930.

As *Observações* são compostas por 238 “parágrafos” e por dois apêndices, sendo o primeiro apêndice escrito em 1931, e o segundo uma reunião de notas de palestras e conversas entre Waismann e Wittgenstein entre os anos 1929-1931. Não será utilizado o termo “aforismo”, por exemplo, ou outro qualquer para a designação dos blocos de textos numerados por Rhees, já que podem implicar comprometimento com algumas correntes filosóficas e com certas metodologias e formas de se escrever. Em vez disso, este trabalho se limitará a designar estes blocos de texto que compoem as *Observações* como “parágrafos”. Em conformidade com esta designação das passagens do texto é possível dizer que a obra *Observações Filosóficas* está dividida em 238 parágrafos, que por sua vez estão distribuídos em 22 capítulos. Como podem ocorrer confusões, já que existem parágrafos comuns dentro destes blocos de textos, ou seja, os “parágrafos menores” dentro dos “parágrafos maiores” (numerados como §1, §2, §3, etc), tais “parágrafos menores” serão denominados por letras, correspondentes à ordem em que aparecem. Portanto, no parágrafo §1 temos como suas partes constituintes dez, “subparágrafos”, por exemplo, o §1a, o §1b, o §1c, etc.

Os temas desta obra, segundo Norman Malcom, tratam sobre a Gramática como base estrutural para a linguagem, sobre a figuração, sobre o significado da expectativa, do significado como uso e sobre alguns temas da Filosofia da Matemática. E como não foi completamente organizado para publicação em vida, o texto não segue uma linha contínua e logicamente organizada, como no *Tractatus*, mas se assemelha mais a um diálogo do autor consigo mesmo, buscando sempre evitar os erros cometidos anteriormente nas suas concepções. É patente em muitos momentos da obra a tentativa do autor de tentar “salvar” muitos elementos presentes no *Tractatus*, apesar da crise que se abateu sobre este seu texto anterior, recebendo críticas de alguns leitores, e principalmente do próprio Wittgenstein. É a sua tentativa de tentar reformular seu pensamento e dar a ele novas bases, mas não

---

<sup>17</sup> Id. Ibid. p. 57.

novo objetivo, que continua a ser a solução dos impasses da Filosofia através da análise da linguagem. O texto das *Observações* caracteriza-se como a superação dos erros do autor e como uma constante luta para adquirir uma visão “perspícua” e “panorâmica” sobre a linguagem<sup>18</sup>.

O texto das *Observações Filosóficas* é o ponto de partida a partir do qual será realizada a apresentação da concepção de intencionalidade no pensamento de Wittgenstein e da necessidade da intencionalidade, ou seja, do que ele chamou de “elemento de intenção”, para a compreensão do funcionamento da linguagem. Segundo o que o autor afirmou no parágrafo §20, sem este elemento todo o funcionamento da linguagem desmoronaria. Sendo assim, a intenção é absolutamente necessária para a análise realizada pelo autor neste momento de seu pensamento. Admitindo-se essa necessidade, no segundo capítulo deste trabalho, será realizada uma abordagem deste elemento de intenção no modo como o mesmo é exigido pelo autor no início do capítulo III das *Observações*. Ainda neste capítulo serão explicitados alguns problemas relacionados à intencionalidade e à expectativa presentes no capítulo II das *Observações*. A discussão desenvolvida neste capítulo fechará com uma exposição da concepção de “relações internas”. A mesma se mostra no texto intimamente relacionada à concepção de intencionalidade do autor e, mais do que isso, extremamente necessária para a própria possibilidade de intencionalidade.

Wittgenstein mostra, no parágrafo §21, que sua concepção, em contraposição à teoria causal do significado de Russell, necessita pensar a conexão entre pensamento e fato como uma relação interna. Entretanto, a teoria de Russell depende de uma relação externa. Wittgenstein desenvolve de modo explícito uma crítica demolidora contra a teoria de Russell ao longo do capítulo III das *Observações Filosóficas*. Portanto, no terceiro capítulo deste trabalho, antes de abordar esta mesma crítica, será realizada uma breve exposição da teoria causal do significado de Russell, presente na obra *The Analysis of Mind*. Em seguida, neste mesmo capítulo, será feita uma apresentação crítica dos argumentos de

---

<sup>18</sup> Norman MALCOM. *As Philosophische Bemerkungen de Wittgenstein*. p. 340.

Wittgenstein contra Russell, e também uma análise da diferença entre “relações internas” e “relações externas” segundo Wittgenstein.

A concepção de “relações internas”, fundamental para o entendimento do elemento de intenção presente na linguagem, não teve origem no momento da redação das *Observações*. A mesma remonta ao *Tractatus*, e é explicitamente definida nesta obra. Mais do que isso, nesta obra ela possui um papel absolutamente fundamental para a sustentação da concepção de figuração. Portanto, é imprescindível uma abordagem da mesma tal como ela se mostra no *Tractatus*, que será feita no quarto capítulo deste trabalho. Neste também se fará uma argumentação a respeito da possibilidade de um elemento de intencionalidade presente na concepção de figuração do *Tractatus*. Apesar de as palavras “intencionalidade” ou “intenção” não aparecerem em nenhum momento desta obra, ainda é provável que exista um papel desempenhado por uma intencionalidade “implícita” nesta mesma obra, ou seja, a possibilidade de que a estrutura da relação entre figuração e figurado permita um elemento de intencionalidade.

O quinto capítulo se concentrará na análise da concepção de intenção nas *Observações*, e voltará a esta obra para explorar os capítulos III, IV e VIII, com o objetivo de definir a função deste elemento e sua “localização” na relação entre pensamento e fato. Será feita uma exposição das concepções do autor a respeito da expectativa e de como a mesma se relaciona com a intencionalidade. Outro tema apresentado neste momento é o das concepções de “método de projeção” e de “método de verificação”, indispensáveis para a compreensão da intencionalidade na linguagem e da expectativa. O capítulo fechará com um balanço da caracterização do elemento de intenção apontado por Wittgenstein, de seu papel e necessidade. Por fim, este trabalho terminará com uma conclusão geral a respeito de todo o caminho desenvolvido e procurará mostrar que tal concepção de intencionalidade foi necessária para o período das *Observações*, no qual houve a urgência de se repensar as concepções do *Tractatus* e se buscar uma nova visão a respeito do funcionamento da linguagem para a Filosofia.

## 2. O Elemento de Intenção nos capítulos iniciais das *Observações Filosóficas*

### 2.1 O elemento de intenção no início do capítulo III

O parágrafo §20 das *Observações Filosóficas* é o ponto inicial a partir do qual se mostra irrefutável a função da intencionalidade na obra de Wittgenstein, neste período. Em contraste com a filosofia do *Tractatus*, a referência à intencionalidade é explícita. Wittgenstein afirma que há um elemento de intenção, sem o qual todo o edifício da linguagem desmorona. Em sentido mais específico, não é possível uma compreensão a respeito do modo como a linguagem funciona sem a sua admissão. Podemos admitir, portanto, que o autor adotou de maneira explícita no texto das *Observações* uma concepção de linguagem que leva em conta uma concepção de intencionalidade. A palavra “funcionamento” e “função” aparecem seguidamente no parágrafo §20b e §20c. Estas duas passagens estão ligadas, pois nas passagens §20b e §20c Wittgenstein afirma que:

“Uma concepção errônea da maneira como a linguagem funciona destrói, naturalmente, toda a lógica e tudo o que a acompanha, em vez de limitar-se a criar uma mera perturbação local.

Se você excluir da linguagem o elemento da intenção, toda a sua [da linguagem] função desmorona”.<sup>19</sup>

Segundo as passagens acima, as consequências de uma concepção errônea sobre o funcionamento da linguagem podem “destruir” toda a lógica da mesma, ou seja, o entendimento sobre esta começa com a compreensão sobre como ela funciona. Anteriormente, no prefácio do *Tractatus*, Wittgenstein já afirmara que seu objetivo era a resolução dos problemas da Filosofia através de uma análise da lógica

---

<sup>19</sup> Id. Ibid. p. 49.

da linguagem, ou seja, o objetivo do autor sempre foi o de dissolver problemas metafísicos, mostrando que estes são falsos problemas decorrentes de uma má compreensão da lógica da linguagem. Neste momento, nas *Observações*, o propósito ainda é realizar uma análise para resolver problemas filosóficos através de uma descrição do funcionamento da mesma linguagem. No entanto a estrutura lógica desta agora precisa de “algo mais” para poder ser uma figuração do mundo, ou seja, para poder ser aplicada como uma régua “sobre” o mundo. Portanto Wittgenstein afirma que, para isso, é necessário um “elemento de intenção”. Outrora, no *Tractatus*, o autor pensava a linguagem como um espelho do mundo: pensava-se em uma identidade entre a forma lógica de ambos, de forma que somente era possível aquela figurar este porque a forma da linguagem refletia a do mundo. Com a reformulação das concepções do *Tractatus*, surgiram novas possibilidades para a linguagem, nas expressões de expectativa, desejo e crença. Principalmente o caráter da expectativa provocou muito interesse no autor, de modo que priorizou uma análise sobre a mesma no decorrer dos primeiros capítulos das *Observações*.

A expectativa se mostra necessária para uma discussão a respeito da intenção, pois a mesma é uma figuração de um evento que ainda não é o caso, e que poderá ou não acontecer. Portanto, segundo Jakub Macha<sup>20</sup>, a expectativa é geralmente algo direcionado ao futuro. A questão que se impõe é: a que fato uma proposição que corresponde a uma expressão de expectativa poderia estar relacionada? Se o fato ainda não existe, então qual é o seu objeto? Seria possível dizer que ela ainda não tem significado? Tal problema poderia ter sido resolvido no *Tractatus* ao se afirmar que a relação entre a proposição que expressa algo que ainda não aconteceu e o próprio fato já estaria dada na forma lógica: uma proposição que expressa algo que ainda não aconteceu expressa uma relação possível entre objetos, através da ligação de seus nomes. Todas as possíveis combinações entre objetos já estariam dadas no espaço lógico, e o mundo poderia ser descrito como os fatos que são o caso e os que ainda não aconteceram, mas que são possíveis. No entanto, no momento das *Observações*, a expectativa passa a se tornar um problema maior, já que se torna possível questionar a certeza da sua

---

<sup>20</sup> Jakub MÁCHA. *Wittgenstein on Internal and External Relations*. p. 103.

realização. Em outras palavras: como alguém poderia saber que sua expectativa foi realizada? Neste momento é importante situar este problema em algumas passagens do capítulo II das *Observações*. Neste capítulo Wittgenstein procura levantar o problema descrito acima: Como alguém poderia ter certeza de que sua expectativa foi realizada? Como alguém poderia ter certeza que um tipo de cor é a mesma que viu anteriormente, por exemplo? As reflexões do autor a respeito deste impasse serão solucionadas em seguida no capítulo III. Porém, faz-se necessário percorrer o mesmo caminho da argumentação do autor em alguns pontos cruciais para melhor entender as suas conclusões. Portanto, a próxima seção realizará uma análise sobre o capítulo II, e em seguida a última seção deste capítulo voltará para o capítulo III, para analisar a necessidade do debate iniciado por Wittgenstein contra as concepções de Russell, e o desenvolvimento da concepção de intenção no decorrer desta obra.

## 2.2 Problemas relacionados à intenção levantados no capítulo II

No capítulo II, Wittgenstein passa a levantar uma série de problemas que culminarão na sua proposta de solução no III. É importante ter em mente que a divisão dos capítulos não foi planejada pelo próprio autor, mas sim pelo organizador da obra. Sendo assim, não se precisa ver uma distinção muito rígida entre os temas que se encontram nos capítulos II e III. É possível dizer que estes são atravessados pela discussão sobre a intencionalidade. Enquanto o II levanta uma série de problemas sobre a expectativa, o III fará alguns apontamentos sobre problemas na teoria de Russell, à qual oporá a sua própria, além de tratar da expectativa e do elemento de intenção na linguagem. Portanto, na organização do texto das *Observações Filosóficas*, em sua forma final, estes dois capítulos não somente estão conectados, mas também existe aqui um desenvolvimento do tema. A partir deste capítulo, a discussão a respeito da expectativa adquire importância fundamental na problematização da relação entre pensamento e fato.

A partir do parágrafo §11 o termo “expectativa” aparece pela primeira vez. O que significa ter uma expectativa? Não se trata aqui de uma sensação corriqueira,



tal como “esperar um ônibus em certo horário” ou “esperar que seu time seja campeão”, etc. Trata-se aqui da expectativa na linguagem, ou seja, a primeira possui importância na medida em que faz parte indissociável da segunda, e na medida em que toda a relação entre linguagem e fatos pressupõe um tipo de expectativa. Quando, por exemplo, se faz uma pergunta ou quando se dá uma ordem, existe uma expectativa pressuposta: de que a outra pessoa irá entender o que se quer dizer, ou que ela cumprirá a ordem, por exemplo. Portanto os próprios usos das palavras na linguagem estão vinculados a expectativas.

Segundo Jakub Macha<sup>21</sup>, Wittgenstein cita explicitamente o próprio elemento de intenção poucas vezes, mas discute muitos tipos de intencionalidade no decorrer desta obra: seria possível se enumerar aqui desejos, ordens, crenças, hipóteses, etc. No entanto, como já foi afirmado acima, em muitos momentos o autor dá uma atenção especial à expectativa, por esta se relacionar com eventos futuros, enquanto que uma crença, por exemplo, se dirige a eventos passados ou presentes. Ainda no parágrafo §11, Wittgenstein passa a expor o problema relacionado à expectativa:

“O que significa dizer ‘admito que não consigo ver nenhum vermelho, mas se você me der uma caixa de pintura, posso indica-lo a você’? Como se pode *saber* que se poderá indica-lo se...; e, portanto, será capaz de reconhece-lo quando o vir”?<sup>22</sup>

Trata-se aqui de um problema relacionado à possibilidade de reconhecimento. O caso citado na passagem acima poderia ser descrito como o de um sujeito que, ao ver uma mancha na parede, por exemplo, diz que reconhece esta cor como a mesma que viu em outra ocasião. O problema que se coloca aqui é que não há critérios para que se possa dizer que é a “mesma” cor, pois qualquer resposta do sujeito poderia ser verdadeira. Não há critério, neste caso, para se dizer que esta

---

<sup>21</sup> Jakub MÁCHA. *Wittgenstein on Internal and External Relations*. p. 103.

<sup>22</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações Filosóficas*. p. 43.

proposição é falsa, pois se trata de um conteúdo ao qual somente o sujeito tem acesso, o que é diferente se o mesmo comparasse a cor de uma parede com um modelo em uma palheta de cores.

No caso exemplificado pelo autor, no parágrafo §11, se pode dizer que há a expectativa de reconhecer fatos, por exemplo, as cores. Toda expressão na linguagem pressupõe uma expectativa: quando se tem uma crença, um desejo ou quando se dá uma ordem, por exemplo, também se espera que o evento desejado ou ordenado aconteça, ou que a crença seja verdadeira. Porém, as perguntas que se colocam aqui são: que tipo de expectativa é esta que um sujeito poderia ter? Qual é a sua natureza? Como alguém poderia ter certeza que o evento *B* é a realização da expectativa *A*? Como esta poderia ser verificada?

Se se aceita que o sujeito é o único que tem acesso ao conteúdo da expectativa, então mesmo que a cor não seja a mesma, ou que não exista uma lembrança vívida deste conteúdo, ela poderia ser considerada verdadeira, pois só há aqui um critério individual. Seria possível se pensar em outro exemplo semelhante: alguém entra novamente em uma sala já conhecida depois de semanas, e diz que a cor da parede esmaeceu. Seria possível dizer que, neste caso, a cor pode ser comparada com a imagem no pensamento, pois se trata da “mesma cor”. Mas o que poderia garantir que a imagem da cor no pensamento também não possa “esmaecer”? Nesta perspectiva não há certeza da possibilidade de reconhecimento de um evento como realização daquela expectativa, o que torna este caso semelhante àquele citado acima. O próprio sujeito não teria condições de dizer quando a sua expectativa foi realizada, e se sequer foi realizada.

O reconhecimento relacionado ao problema da expectativa, que foi apresentado acima tem como fundamento a concepção de que é possível a comparação de um evento com uma imagem no pensamento. Este fenômeno não é descartado pelo autor: alguém poderia dizer que “esta é a mesma cor vista anteriormente”, e evocar na memória a imagem da cor em uma palheta, mas isso não é absolutamente necessário. Esta imagem no pensamento poderia ocorrer antes que o indivíduo em questão declarasse que é a mesma cor, ou poderia surgir depois, ou a declaração até mesmo poderia ser expressa de modo automático, sem qualquer imagem associada. O que está em questão na problematização realizada no texto é a possibilidade de se comparar expectativa e evento, sabendo-se que

aquilo que outrora foi visto, e que se procura comparar com a lembrança, não é a mesma coisa que a imagem lembrada. Tal problema encontra-se presente no parágrafo §12. Aqui o autor critica a ideia que diz que se “imagina” o significado de uma palavra quando ela é ouvida ou lida . Discute-se aqui a necessidade de, para se verificar a expectativa em questão, ter que se recorrer a uma imagem no pensamento, que segundo Wittgenstein, não é a mesma coisa que o próprio evento. Sendo assim, se a cor imaginada, ou lembrada não puder ser comparada com a cor vista no momento, então faz-se necessário um novo critério para que um sujeito possa dizer com certeza que “esta é a mesma cor” anteriormente vista. O problema aparece descrito no parágrafo §12:

“...se, por exemplo, você imagina azul celeste e tem de usar essa imagem como uma base para reconhecer ou procurar pela cor, ainda somos forçados a dizer que a imagem da cor não é a mesma que a cor que é realmente vista e, neste caso, como podemos comparar essas duas”<sup>23</sup>?

Wittgenstein apresenta o “paradigma” com o qual se compara o evento como uma imagem mental, segundo uma teoria geralmente aceita e não problematizada a respeito do reconhecimento. Como seria possível o reconhecimento de certa cor se a mesma é diferente do conteúdo do pensamento? Tal concepção admite que o fenômeno de “formar imagens” das coisas no pensamento não pode ser completamente ignorada, pois este fenômeno possui um papel importante em sua concepção de figuração. Uma figuração de um evento pode de manifestar de várias formas: a espacial, sonora, a figuração lógica, etc. A ideia da possibilidade de se representar eventos pelo pensamento é fundamental na argumentação presente nos parágrafos que formam o capítulo III das *Observações*, ainda que de forma diferente do conceito de figuração do *Tractatus*.

Wittgenstein apresenta estes problemas relacionados à possibilidade do reconhecimento de uma expectativa, como a do exemplo discutido, mas não dá

---

<sup>23</sup> Id. Ibid. p. 44.

soluções imediatas para estes problemas colocados, de modo explícito. A solução só será apresentada no capítulo III, em seu debate com Russell. No entanto, mesmo no capítulo II há pontos que dão pistas do caminho do desenvolvimento da concepção de intencionalidade do autor. No entanto, o parágrafo §16 aponta para um posicionamento do autor com relação à esse problema: Wittgenstein sustenta não haver sentido em sequer se fazer a pergunta analisada acima: se este é o evento que se esperava, ou se esta é a mesma cor que foi vista anteriormente. A respeito do reconhecimento, a expectativa se encontra presente no estado de se esperar poder reconhecer certa cor, recorrendo-se à recordação. Portanto, o problema do reconhecimento é, indiscutivelmente, um problema relacionado à expectativa. Wittgenstein, ao afirmar a ausência de sentido de toda esta problematização, mostra que o único parâmetro de verificação é a comparação da expressão da expectativa com o evento, deixando claro em sua possível solução, ou seja, na dissolução do problema, a necessidade de um evento ser “imediatamente reconhecido”<sup>24</sup> como realização da expectativa em questão. Prosseguindo, no parágrafo §17, o autor chama a atenção para o caráter automático das expressões de reconhecimento. A proposição que expressa a realização de uma expectativa não precisa “ser pensada por inteira”<sup>25</sup>. Wittgenstein insere tal discussão nos temas da Lógica ao afirmar que o reconhecimento de um evento é de interesse para a mesma, mas não a forma como o mesmo acontece, delimitando assim os interesses da Lógica e da Psicologia. O que aparece aqui é o seu interesse na análise da proposição, seja qual for a sua forma, como parte de um “sistema de linguagem”<sup>26</sup>. Este último também foi apresentado neste capítulo como um “sistema de proposições”<sup>27</sup>. Portanto, o autor ressalta nos parágrafos §16 e §17 o reconhecimento de um evento como um processo geralmente automático, na qual sua expressão não precisa, necessariamente ser pensada por inteira. No parágrafo §12 já havia a crítica contra a concepção que via na linguagem um instrumento para se suscitar imagens no pensamento, e no §16 procura mostrar que tal

---

<sup>24</sup> Id. Ibid. p. 45.

<sup>25</sup> Id. Ibid. p. 46.

<sup>26</sup> Id. Ibid. p. 46.

<sup>27</sup> Id. Ibid. p. 44.

reconhecimento deve ser automaticamente ou imediatamente reconhecido, para que o mesmo seja possível. Aproxima-se, portanto, da solução encontrada pelo autor, e que está intimamente ligada à intenção. As imagens no pensamento tem o seu papel, mas há a necessidade de toda expectativa ser reconhecida de modo imediato com referência a um evento específico. No §19 o autor reafirma sua tarefa de dissolver falsos problemas filosóficos ao insistir na falta de sentido de se perguntar sobre a certeza da realização de uma expectativa: não há uma “instância jurídica” à qual se possa apelar para se verifica-la, mas somente a própria recordação do sujeito. Neste caso, sua solução será desenvolvida no capítulo III.

Ainda no capítulo II, em alguns momentos, Wittgenstein toca em alguns pontos relevantes para a introdução do elemento de intenção. É importante lembrar que este encontra-se relacionado à discussão a respeito da expectativa, pois se caracteriza por ser essencial para a solução do problema da expectativa colocado acima. Ao tratar do significado, recusando a concepção de que o significado de uma palavra seja algum tipo de imagem no pensamento, o autor também descreve algumas características da expectativa como figuração, nos parágrafos §12 a §15. Um aspecto que se destaca é a comparação da linguagem com um painel de controle no §13: As palavras são como alavancas. Cada uma tem diferentes funções, mas todas são alavancas e estão conectadas a um mecanismo, como um painel de controle. Nesta perspectiva a aplicação da palavra tem um papel fundamental: é somente quando aplicada que uma palavra funciona, ou seja, conjugada a outras na proposição. Da mesma forma que a alavanca é somente um bastão, se não estiver funcionando inserida no contexto da máquina. Assim como as alavancas tem um propósito, também as palavras o têm. Para ilustrar isso o autor usa o exemplo da caixa de câmbio: esta já possuía um objetivo definido, ou seja, uma função específica, mesmo estando quebrada antes do seu primeiro uso. A pergunta que se coloca é: o que possibilita que se possa conhecer o propósito da caixa de câmbio sem que ela sequer funcionasse? A mesma coisa que possibilita que se saiba qual é a função de cada palavra da linguagem, mesmo que as últimas não tenham sido usadas antes: o elemento de intenção na linguagem. Há uma intencionalidade no uso das palavras, que possibilita que se possa utilizar marcas no papel ou sons da voz como palavras com significado. Isso pode ser notado no fato de se poder reconhecer quando uma marca no papel parece uma palavra, mas não

o é. O autor diz que tal marca é “não intencional<sup>28</sup>” (*beabsichtigt*), pois não há uma “intenção” por trás da mesma. Isso significa que o propósito de uma palavra é conhecido antes de seu uso. Uma palavra só pode ser usada de maneira intencional, com um determinado propósito, assim como o uso da caixa de câmbio também se faz segundo uma intenção, ou seja, para um propósito específico e dentro de um contexto.

Ainda no parágrafo §13 Wittgenstein aponta na direção da análise do papel deste elemento de intenção: aqui ele está relacionado ao problema da possibilidade de se entender a linguagem com o problema da “vontade”, em uma comparação claramente vinculada ao tema da intencionalidade. O entendimento da linguagem requer um papel para a intenção, ou seja, para além da estrutura fixa do *Tractatus*, na qual figuras e fatos se refletiam independentemente de uma “vontade”. No momento das *Observações* Wittgenstein viu a necessidade de uma intenção para aplicar palavras e proposições segundo um objetivo, de modo “direcionado”. No entanto, a função da intenção se mostra mais clara nas passagens do capítulo III, que também buscará inserir a necessidade da mesma no debate com a teoria de Russell. Portanto, faz-se necessário agora um passo em direção a este capítulo.

### 2.3 A introdução do elemento de intenção no debate com Russell

É essencial, neste momento, notar a importância da concepção de expectativa sustentada por Wittgenstein e o seu debate com a teoria de Russell, no decorrer do texto das *Observações*: o autor procura solucionar o problema da expectativa enfatizando o papel do elemento de intenção e da conexão entre pensamento e fato como uma “relação interna” entre ambos. Portanto, o entendimento sobre a mesma é imprescindível aqui para se solucionar o problema levantado. O texto das *Observações* desenvolve e aprofunda a discussão sobre o elemento de intenção no §21:

---

<sup>28</sup> Id. Ibid. p. 46.

“O que é essencial à intenção é a figuração: a figuração daquilo que se pretende.

Pode parecer que, ao introduzir a intenção, estivéssemos introduzindo um elemento não verificável, por assim dizer, metafísico, em nossa consideração. Mas a diferença essencial entre a concepção figurativa (da intenção) e a concepção de Russell, Ogden e Richards é que aquela considera o reconhecimento como perceber uma relação interna, ao passo que na concepção destes [a conexão causal entre fala e ação] é uma relação externa”.<sup>29</sup>

Ao falar sobre a intenção, o autor não está introduzindo uma concepção absolutamente nova. Nesta passagem podemos notar que a figuração ainda desempenha um papel central na linguagem. A mesma continua sendo de um fato, seja na forma de uma crença ou expectativa, por exemplo. O autor faz questão de explicitar a natureza deste elemento de intenção: não é “metafísico”, como algo externo à relação entre pensamento e fato, mas algo presente nesta própria relação. A mesma não é um vista aqui como um conceito da Psicologia: não é o interesse do autor detalhar a natureza dos estados da mente, mas mostrar que a conexão entre pensamento e mundo depende de um elemento de intencionalidade, para que a própria figuração seja possível, ou seja, para que se possa fazer qualquer descrição sobre o mundo na forma de proposições ou mostrar como é possível que esta conexão é necessária. Portanto, a análise da intenção é uma tarefa lógica, e não psicológica, pois possibilita a funcionalidade da linguagem e a relação entre esta e o mundo através da correspondência entre expectativa e eventos. Wittgenstein critica a visão de ver nesta relação a dependência de um terceiro evento, externo e mediador. Para ele, esta relação deve ser “imediate”, dependendo apenas da própria expectativa e do próprio fato, pois não faz sentido que a realização de uma expectativa não dependa somente do acontecimento do próprio fato. É exatamente a

---

<sup>29</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações Filosóficas*. 49.

visão que exige um terceiro evento além desta relação que será criticada no início do capítulo III das *Observações*.

Na passagem acima, Wittgenstein introduz o seu pensamento em um debate que se estabelece com a teoria de Russell na obra *The Analysis of Mind*. A própria concepção de intenção presente nas *Observações* se desenvolve em oposição às ideias desenvolvidas nesta obra. E não somente à ela, mas também às teorias expostas na obra *The Meaning of Meaning*, de Ogden e Richards. No entanto, o autor se limita a desferir suas críticas contra a visão de Russell, citando apenas a semelhança que há entre as concepções deste e daqueles, considerando tanto a de Russell quanto a destes últimos de forma semelhante, como teorias causais do significado. Wittgenstein trata de mostrar a diferença entre a sua teoria e as teorias de Russell: enquanto na visão deste é possível perceber na conexão entre pensamento e fato uma “relação externa”, na sua concepção “figurativa” se percebe uma “relação interna”. De maneira simples, nesta passagem, a diferença entre ambas poderia ser resumida nas seguintes palavras: uma relação externa depende de um evento externo para possibilitar a correspondência entre pensamento e fato, enquanto que em uma relação interna dois elementos estão necessariamente relacionados, de forma que ambos não poderiam ser pensados fora desta relação. Ao usar esta terminologia, o autor está utilizando termos anteriormente utilizados no *Tractatus*, definidos de forma semelhante à descrição acima, ainda que agora vinculados a novas concepções.

Nas palavras de Wittgenstein:

“Isto é, para mim, só há duas coisas envolvidas no fato de um pensamento ser verdadeiro, a saber, o pensamento e o fato, enquanto para Russell há três, que são o pensamento, o fato e um terceiro evento, que, se ocorre, é somente reconhecimento. Esse terceiro evento, uma espécie de satisfação da fome (sendo as outras duas a fome e o comer determinado alimento), poderia, por exemplo, ser uma sensação de prazer. É completamente indiferente a maneira pela qual descrevemos esse terceiro; isso é irrelevante para a natureza da teoria.



A conexão causal entre fala e ação é [nesse caso] uma relação externa, quando precisamos de uma relação interna”.<sup>30</sup>

A grande diferença entre a concepção de Wittgenstein e a de Russell sobre a conexão entre pensamento e fato está na necessidade, segundo Wittgenstein, de um “terceiro evento” que faria um tipo de “mediação” entre ambos. Na concepção de Russell está presente um terceiro evento caracterizado como “reconhecimento”. O mesmo se refere a um “sentimento de satisfação”, que alguém experimentaria ao confrontar expectativa e evento. O processo da realização da mesma poderia então ser descrito da seguinte forma: um sujeito tem uma expectativa, entra em um estado de necessidade por algo que a satisfaça (como tentar satisfazer sua fome, por exemplo), passa a agir de várias maneiras para tentar satisfazê-la e, por fim, experimenta um sentimento de satisfação, responsável pela confirmação de que algum evento a realizou. Este caminho aqui detalhado baseia-se na constatação de que, para Russell, existem três coisas relacionadas na conexão entre pensamento e fato: o pensamento, o fato e este reconhecimento. Por isso o autor compara a concepção deste filósofo ao processo da alimentação, na qual: a expectativa é comparada à fome, o ato de comer um alimento é comparado ao evento que pode ou não realizá-la, e por fim, a satisfação da fome é comparada a este tipo de “reconhecimento”. Também o autor o compara a um sentimento de prazer, em conformidade com a própria descrição de Russell. No entanto, seja o que for este terceiro evento, é indiferente sua natureza, pois o mesmo é completamente descartável na conexão entre pensamento e fato. O que é essencial para esta são os próprios elementos em relação, e não qualquer outro evento exterior. Estes estão em relação interna.

Jakub Mácha faz uma importante análise a respeito do que Wittgenstein entende por “relações internas” nos seus escritos posteriores ao *Tractatus*<sup>31</sup>. Estas se caracterizam por serem relações entre “complexos”, ou seja, entre proposições complexas e fatos descritos pelas primeiras. Mácha dá alguns exemplos de como

---

<sup>30</sup> Id. Ibid. p. 49.

<sup>31</sup> Jakub MÁCHA. *Wittgenstein on Internal and External Relations*. p. 83-102.

estas podem ser identificadas entre descrições de eventos. Por exemplo, nas proposições: “Há três círculos brancos” e “há dois quadrados pretos” é possível identificar relações internas entre as cores (a cor branca está em relação de mais claro para mais escuro com o preto), entre números (o número três está em uma relação de maior para menor com o número dois) e entre figuras (o círculo, tal como o quadrado, é uma figura geométrica, mas diferente deste último). Um problema que poderia ser identificado nesta descrição das relações internas é que em muitos casos a mesma proposição poderia expressar tanto relações internas quanto externas. Um dos objetivos da análise da linguagem é a de evitar estes enganos, mostrando diferentes formas da mesma proposição. Um dos exemplos usados por Wittgenstein, além das cores, é o das características “longe”, “perto”, “alto” ou “baixo”. É apresentada uma série de exemplos nos quais proposições que expressam relações externas passam a mostrar relações internas. Neste exemplo de “alto” ou “baixo”, cita duas linhas *A* e *B*, sendo que a primeira tem um comprimento de 3 metros enquanto a segunda 2 metros. Até aí somente são descritas relações externas de cada uma. Uma linha poderia ter 3, 10 ou 50 metros, por exemplo. Na expressão “*A* é maior que *B*” também se trata de uma relação externa, pois o contrário também seria possível. No entanto, ao se dizer que “a linha *A*, de 3 metros é maior que a linha *B*, de 2 metros” é possível vislumbrar a relação interna que se encontra presente. Mudando-a para “a linha de 3 metros é maior que a linha de 2 metros”, a mesma se encontra entre os números 3 e 2, na qual o primeiro é maior que o segundo. Não é possível pensar um estado de coisas no qual o contrário seja possível. Portanto há aqui uma relação interna. E da mesma forma Mácha utiliza o exemplo das cores, que poderia ser adaptado aqui na afirmação que o “azul marinho é mais escuro que o azul celeste”. Se for admitido que o azul marinho tem uma claridade de cerca de 40%, enquanto o azul celeste uma claridade de 92%, tal relação estaria entre as porcentagens acima, na qual aquela que possui menos claridade é mais escura. Também é possível aplicar o mesmo procedimento à uma relação entre a idade das pessoas. Se alguém diz que “César nasceu antes de Augusto”, então a relação interna se encontra entre a data 100 A.C. e 63 A.C. Seria improvável que o último viesse antes do primeiro, pois se trata de uma relação matemática. No entanto são apresentados exemplos que não se vinculam essencialmente à matemática: se trata da semelhança entre um pentagrama e uma mão humana. No entanto, a expressão dessa semelhança deveria ser transformada

na afirmação de que a descrição do pentagrama e a descrição da mão humana são similares. E da mesma forma as mesmas estão presentes nas descrições de diferentes rostos humanos, pois se trata de proposições e figurações, e não das próprias faces particulares<sup>32</sup>.

Mácha aponta também para o critério da “temporalidade”. Relações externas são “temporais”, ou seja, são contingentes, e só podem ser expressas por proposições que tratem de eventos contingentes. A mesma só poderia descrever fatos verdadeiros ou falsos, que dependem do tempo para serem tanto um como outro. Neste caso, uma proposição que descreve a situação “Pedro está apaixonado por Laura” pode ser verdadeira ou falsa, dependendo da época. Precisam do acontecimento do evento, que é ocasional. Assim sendo, relações internas podem se mostrar em proposições que tratem de características atemporais. Segundo um exemplo de Mácha, “as 100 maçãs nesta caixa consistem em quantidades de 50 e de 50”. Aparentemente só há características externas, mas for aplicado à mesma o critério da temporalidade em uma análise mais detalhada, poderia ser dito que “100 é igual 50 + 50 *agora*”. Este “agora” introduzido se refere ao fator da temporalidade. No entanto, 100 não poderia ser diferente de 50 + 50 em um outro tempo. Neste caso então se pressupõe uma relação interna.

Outra característica destacada por Mácha acerca da relação interna é que não há a necessidade de nada além dos seus próprios elementos. Esta não necessita de qualquer tipo de mediação, mas somente dos seus componentes. Se não houver a possibilidade da existência de um dos mesmos, então ela não poderia ser estabelecida. Ela só acontece em virtude de seus próprios elementos, pois sua natureza é tal que os mesmos não poderiam ser possíveis fora desta relação, ou seja, a simples existência destes já garante a própria relação. Se um elemento é conhecido, então outro em relação também é inferido. Quando eles são dados, a própria relação já se encontra nos mesmos. Relações internas acontecem diretamente, e estas características da mesma já podem ser encontradas desde o texto do *Tractatus*, e definidas de maneira semelhante. Nesta obra, uma relação é

---

<sup>32</sup> Id. Ibid. p. 86-90.

interna quando é impossível que as coisas não estejam nesta mesma relação<sup>33</sup>. No entanto, no período das *Observações* encontram-se alguns passos além da caracterização até aqui realizada. No caso das cores, quando uma é aplicada como mais escura do que a outra, então todas as outras tonalidades também são aplicadas. Portanto as características descritas acima acerca das relações internas, descritas por Mácha, são encontradas primeiramente no *Tractatus* e permanecem presentes no texto das *Observações*, onde são reafirmadas e inseridas na nova concepção de linguagem.

Wittgenstein mantém sua posição no contexto da sua consideração sobre a necessidade da intencionalidade. Ao criticar Russell, opõe sua própria concepção figurativa, afirmando que não é necessária qualquer forma de mediação. Na teoria daquele é possível perceber uma relação externa, ou seja, pensamento e fato não estariam diretamente relacionados. Há uma necessidade de mediação, de um terceiro evento que atue como confirmação da conexão entre expectativa e evento, na forma de um tipo de reconhecimento, como afirmado acima. A posição de Wittgenstein exclui a necessidade deste terceiro evento, ressaltando que expectativa e evento estão diretamente relacionados. Mais especificamente, o reconhecimento da realização da primeira se daria como a percepção de uma relação interna, ou seja, nada mais seria necessário na mesma. O autor aponta para a sua própria concepção de figuração, reelaborada neste momento, mas ainda guardando importantes características do *Tractatus*. Nesta obra não havia nenhuma mediação entre figuração e fato, pois a forma lógica era a mesma em ambos. No texto das *Observações* nota-se a possibilidade do pensamento figurar fatos, e por conseguinte da “conexão entre fala e ação”. Tal como em sua obra anterior Wittgenstein mantém sua concepção a respeito de uma conexão direta entre linguagem e mundo, ao afirmar que a figuração é “essencial” para a intenção, e necessária para a possibilidade desta conexão. Esta se opõe à teoria causal do significado exemplificada em Russell, que foi ser combatida e descartada. Do contrário, tal concepção errônea sobre o funcionamento da linguagem poderia fazer com que sua lógica entrasse em colapso. Portanto, a posição de Wittgenstein afirma que é

---

<sup>33</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*. p. 181.

necessária uma relação interna para que isso não aconteça, e não de uma externa. Esta posição precisa ser comparada à teoria causal de Russell, com o objetivo de destacar as diferenças entre ambas e mostrar como a segunda é falha em relação à primeira.

É imprescindível, a partir deste ponto, fazer uma análise detalhada da teoria causal do significado de Russell, para que seja possível entender todos os detalhes das críticas de Wittgenstein, e de se compreender o cerne de sua própria concepção de intencionalidade neste momento. Portanto, o próximo capítulo se dedicará a explicitar os principais pontos desta teoria, na sua primeira parte, e fará uma análise das críticas do autor das *Observações*, desenvolvidas no capítulo III desta mesma obra.

### 3. A concepção causal de significado de Russell e as críticas de Wittgstein

#### 3.1 A Concepção de Russell em *The Analysis of Mind*

##### 3.1.1 Visão geral da obra *The Analysis of Mind*

A obra *The Analysis of Mind* (de agora em diante AM), publicada em 1921, teve o objetivo de fazer uma análise da consciência: de sua natureza e de seu funcionamento. A pergunta de Russell, sobre o que é a consciência, e seus estados o levou a fazer um questionamento sobre alguns que são especialmente significativos: a expectativa, a crença e o desejo. O autor realiza também uma descrição da relação da mesma com a linguagem. Buscando entrar no debate entre os materialistas, da psicologia behaviorista, e os físicos que defendem a teoria da relatividade, Russell caracteriza a posição de cada um: enquanto os primeiros reduzem todos os estados da mente a estados de comportamento, tornando a psicologia dependente da fisiologia, especificamente dependente do funcionamento do corpo e dos instintos, os físicos pressupõe que a própria matéria poderia ser uma construção abstrata. A essas teorias o filósofo procura incluir a sua, reforçada pela leitura das teorias de William James. A teoria de Russell sustenta que não se pode dizer que os estados da mente possam ser reduzidos à matéria, e nem que a matéria poderia ser reduzida a uma mera ficção da mente. Para Russell, os elementos da mente e da matéria são compostos por uma única coisa, ou seja, por um único elemento fundamental: a sensação. São as sensações o elemento em comum entre mente e matéria, e é a partir desta ideia que o autor começa a estruturar a sua teoria causal do significado.

Segundo Mauro Engelmann, o pensamento de Russell nesta obra pode ser caracterizado como um “monismo”, no qual as sensações ocupam um lugar central. Para Russell, estas seriam um tipo de “elemento neutro”, porque, segundo Engelmann, estariam vinculadas a ambos os lados: por um lado “obedecem as leis

causais da psicologia” e por outro “obedecem as leis causais da Física”<sup>34</sup>. Russell ressalta esta posição central das sensações dizendo que:

“I Believe that sensations (including images) supply all the ‘stuff’ of the mind, and that everything else can be analysed into groups of sensations related in various ways, or characteristics of sensations or of groups of sensations”<sup>35</sup>.

Sendo assim, além das sensações, Russell parece admitir outro elemento: as “imagens” no centro da sua teoria como algo derivado deste elemento neutro, ou seja, das sensações. No entanto, segundo Russell, seria possível reduzir as imagens à “sensações pálidas”, ou seja, à sensações menos vívidas que substituiriam na memória a sensação vivida. Conclui-se, então, que as sensações seriam comuns “aos mundos mental e físico”, ou seja, uma “intersecção entre a mente e a matéria”<sup>36</sup>. Portanto é importante se ter em mente a centralidade que o conceito de sensação possui no desenvolvimento da argumentação do autor.

É importante lembrar que Russell faz uma crítica à concepção usual de consciência, que pressupõe que a mesma seja absolutamente necessária para a mente. Em muitos momentos Russell se aproxima dos behavioristas para afirmar a necessidade da análise dos estados mentais sob a ótica do comportamento. Como o próprio autor afirma veementemente na segunda conferência, a análise do desejo e de outros estados devem partir de um observador exterior, que aproximaria tal análise da neutralidade. Segundo este ponto de vista, os instintos exercem especial influência sobre a mente, e a consciência não possui tanto conhecimento dos estados mentais, como se costuma admitir. O autor apresenta casos nos quais as pessoas crêm, esperam e desejam algo sem ter consciência disso. Também mostra aqui o quão pequeno é o papel da consciência nas ações humanas, e utiliza

---

<sup>34</sup> Mauro L. ENGELMANN. *Wittgenstein's Philosophical Development*. p. 66.

<sup>35</sup> Bertrand RUSSELL. *The Analysis of Mind*. p. 69.

<sup>36</sup> Id. *Ibid.* p. 144.

concepções retiradas da psicanálise de Freud para apoiar sua visão. Outra base para sua teoria está na sua análise da psicologia behaviorista, da qual retira apoio em observações sobre os instintos e sobre o comportamento, às quais ele acrescentou a sua concepção sobre o que ele chamou de “ciclos de comportamento”, que equivalem ao processo que vai do surgimento até a satisfação de um desejo. E por isso também faz uma crítica à concepção de intencionalidade apresentada por Brentano, que representa concepções filosóficas que atribuem um papel essencial para a consciência<sup>37</sup>. Na primeira conferência Russell faz suas críticas contra as concepções de Brentano e Meinong, mas o ponto principal da mesma, e que posteriormente atrai as críticas de Wittgenstein é a sua visão a respeito da expectativa, da crença e da linguagem: a sua teoria causal do significado, dependente de uma relação externa.

Como afirmado acima, as imagens da mente podem ser derivadas das sensações. Estas causariam as imagens na mente e também seriam causadas pelas mesmas. Elas substituiriam as sensações dos objetos, mas podem ser eliminadas quando alguém se torna suficientemente treinado para usar somente as palavras<sup>38</sup>. Portanto, a preocupação com a linguagem se relaciona de modo especial com esta teoria, e tem um papel importante, o qual será aqui também analisado.

Segundo Engelmann, na terceira conferência de AM, o autor relaciona o desejo a um processo e não a “algo que exista atualmente em nossa mente”<sup>39</sup>. Russell nega que o desejo verdadeiro seja algo que comece conscientemente na sim em um tipo de “impulso”, ou seja, um estado de inquietação. Ele descreve o desejo como um ciclo de comportamento. Assim sendo, o autor apresenta a sua posição do desejo como algo que não depende necessariamente de uma consciência, no sentido usual do termo. Alguém poderia ter e satisfazer um desejo mesmo que não estivesse consciente disso.

No decorrer da sua exposição, Russell também fala sobre as crenças, que são processos mentais conscientes. Para Engelmann, Russell considera as

---

<sup>37</sup> Id. Ibid. p. 4-5

<sup>38</sup> Mauro L. ENGELMANN. *Wittgenstein's Philosophical Development*. p. 66.

<sup>39</sup> Id. Ibid. p. 60.



expectativas, memórias e asserções como “tipos de crenças”<sup>40</sup>, nas quais se pode permanecer o conteúdo do processo mental, mas é a atitude com relação ao conteúdo que muda. O exemplo dado é o de uma mesa de café da manhã: Alguém poderia esperar encontrá-la, ou crer que ela existe quando se está em algum lugar longe dela, ou ainda ter medo de encontrá-la, por qualquer motivo. Seria este um tipo de “sentimento causado”, ou seja, algo exterior a essas próprias atitudes mentais que indicam a diferença delas em relação ao conteúdo mental, que permanece o mesmo: a mesa de café da manhã. Também encontra-se aqui uma dependência de um elemento externo à própria crença, desejo ou expectativa em geral e não de algo intrínseco a elas: Para que a afirmação de um sujeito que crê que “está chovendo” seja verdadeira, é preciso que a sensação (no caso a visão através de uma janela, por exemplo) do evento cause a crença no sujeito, e que haja um confronto entre a sensação e a imagem na mente que se tinha do mesmo, e que tal sensação “satisfaça-a”. No entanto, até o momento da satisfação permanece a dúvida se tal evento poderia ser ou não a realização daquela expectativa.

A crença, segundo Russell, depende de imagens da memória, de sensações e de palavras, ou mais exatamente de um tipo de “mistura” destas, que causam estas mesmas crenças<sup>41</sup>. Portanto, alguém poderia passar a crer que o trem está chegando ao ouvir o seu apito, ou poderia crer “que César atravessou o Rubicão” (mesmo que o sujeito não tivesse visto César fazer isto)<sup>42</sup>, e alguém poderia crer que esteve ontem no museu do Louvre em Paris, sendo esta crença verdadeira se realmente esta pessoa esteve lá. O filósofo afirma que a maioria das nossas crenças são inconscientes<sup>43</sup> e se baseiam em expectativas suscitadas pelas primeiras. Como já foi dito, as expectativas seriam “tipos de crenças”. Geralmente quando estas não são realizadas, estas expectativas inconscientes tornam-se conscientes. É possível pensar em um exemplo de uma pessoa que, ao pedir uma informação para outra, descobre que aquele é um estrangeiro, e não entende a sua língua. E seria possível

---

<sup>40</sup> Mauro L. ENGELMANN. *Wittgenstein's Philosophical Development*. p.67.

<sup>41</sup> Bertrand RUSSELL. *The Analysis of mind*. p. 142.

<sup>42</sup> Id. Ibid. p. 140-141.

<sup>43</sup> Id. Ibid. p. 151.

pensar em vários exemplos diferentes, mas o que importa aqui é ressaltar a importância que a expectativa adquire na argumentação de Russell: todas as crenças dependem de expectativas, pois se alguém crê em algo, espera que isto seja um fato verdadeiro. E de forma semelhante, as crenças estariam relacionadas com seu conceito de “imagem” e com o que ele entende por “sensação”. Também relacionam-se com o que ele entende por “significado” na linguagem. Portanto, é possível reafirmar aqui que o entendimento a respeito do funcionamento da crença, do desejo e da expectativa são fundamentais para o desenvolvimento da teoria de Russell e, portanto, é necessária a análise destes para se chegar ao motivo que levou às críticas de Wittgenstein. Esta análise começará pela análise do desejo segundo a concepção de Russell.

### 3.1.2 Desejo e ciclos de comportamento

O interesse de Russell a respeito do desejo é o de esclarecer a sua natureza, e mostrar alguns erros em concepções comumente aceitas. Em AM as críticas de Russell são dirigidas às concepções que valorizam o papel da intencionalidade no processo de se desejar algo, e dirigidas também à própria concepção de consciência, como, por exemplo, a noção de que o desejo visa algum propósito consciente, ou seja, de que se tem em mente algum objetivo ao se ter um desejo de se fazer algo. Russell procurou argumentar que não há nenhum tipo de “propósito” visado pelo desejo, mas o mesmo pode ser descrito como um “ciclo de comportamento” que atua de maneira inconsciente. Este inicia-se com um estado de insatisfação, que poderia ser chamado de inquietação, e que mobiliza o corpo de um animal ou ser humano com vários movimentos até a chegada de um estado de quietude, satisfação ou “prazer”, quando o homem ou animal faz alguma coisa que “satisfaz” aquele primeiro estado. Portanto, segundo o autor, não há nenhum tipo de propósito desde o início até o final do ciclo, e se há alguma consciência, ela não é nada além de “mera espectadora” no processo<sup>44</sup>, ou apenas produtora de um

---

<sup>44</sup> Id. Ibid. p. p. 37.

“desejo secundário”, que só tem a função de levar a ignorar o “desejo primário”. Este é o que desperta o ciclo de comportamento<sup>45</sup>.

Na primeira conferência de AM, Russell deixa claro que o seu propósito é o de fazer uma crítica às ideias geralmente aceitas a respeito da consciência ao mesmo tempo em que expõe a sua própria concepção. A crítica do autor contra as concepções a respeito da consciência que levam em conta um tipo de intencionalidade já se revelam nesta conferência, onde ele critica a concepção de Franz Brentano, citando uma passagem deste autor<sup>46</sup>, na qual afirma que todos os fenômenos psíquicos são caracterizados pelo que chamou de “inexistência intencional”. Segundo Brentano, todos são intencionais porque se direcionam para algum tipo de objeto, sem que o mesmo tenha que existir. Sendo assim, os fenômenos psíquicos manteriam uma relação com um conteúdo. Tal teoria é rejeitada por Russell, que dirige muitas críticas a ela, bem como também contra as teorias de Meinong, no decorrer da conferência. É também aqui que ele começa a esboçar a teoria dos ciclos de comportamento. Neste momento faz uma descrição da concepção geralmente aceita do desejo, como uma característica da mente de agir governada por um propósito. No decorrer do texto começa a desconstruir a ideia de o sujeito teria um acesso privilegiado aos desejos<sup>47</sup>. Pelo contrário, segundo ele, estes seriam mais facilmente conhecíveis por um observador exterior e neutro do que pelo próprio sujeito. A razão para isso são as características “auto-enganadoras” da consciência, que procuraria fazer acreditar que se desejam apenas coisas que estariam dentro dos limites da moralidade, reprovando ou “reprimindo” certos desejos, o que mostra a influencia de teorias psicanalíticas presentes na teoria do autor. Portanto, nesta perspectiva, o desejo, tal como geralmente se conhece, não seria mais do que uma ilusão, ou uma “ficção conveniente” para se descrever brevemente algumas leis do comportamento. O que põe em movimento um comportamento, segundo o autor, não é um desejo consciente, mas tal ciclo de comportamento. O animal, neste ciclo, sente-se inquieto até conseguir comida.

---

<sup>45</sup> Id. Ibid. p. 41-42.

<sup>46</sup> Id. Ibid. p. 4-5.

<sup>47</sup> Id. Ibid. p. 14-15.

Alguém poderia dizer que a comida é o propósito destes movimentos, pois faz cessar a fome. No entanto, neste caso, o propósito em direção à comida só surge depois, pois é somente a experiência<sup>48</sup> que poderá levar o animal em direção a algo que satisfaça a sua fome. Sendo assim, todos os desejos seriam primeiramente inconscientes, e só poderiam se tornar conscientes pela experiência.

Nesta concepção não há lugar para um processo consciente no início do ciclo de comportamento, e se ele aparece, não é relevante. O desejo aqui não se caracteriza como um processo que tem início na consciência (principalmente se tratando do animal, mas também em se tratando do ser humano, como Russell sustenta). Dessa forma, este não equivale a um estado que requer intencionalidade, pois o animal só poderia “saber” o que desejava depois que o desejo foi satisfeito. Em se tratando do ser humano não há diferença significativa: se o desejo é inconsciente, na maioria das vezes o homem é enganado por pensar que deseja alguma coisa, porém o seu ciclo de comportamento tem como fim algo diferente. Russell utiliza exemplos da psicanálise freudiana para fundamentar sua posição<sup>49</sup>, mas não detalha especificamente como se daria o ciclo de comportamento no homem. Portanto o autor afirma que o desejo, aparentemente algo que começa em nós é, segundo a análise do autor, despertado por outras causas como a fome ou o instinto, e que não partem do sujeito, e nem de qualquer tipo de intenção.

Russell explicita em maiores detalhes a sua teoria sobre os ciclos de comportamento na terceira conferência. É importante lembrarmos que o filósofo fundamenta o seu método de análise a partir da observação do comportamento animal diversas vezes. Ele justifica essa postura em alguns momentos na segunda conferência<sup>50</sup>, afirmando que a distância não é tão grande com relação à diferença entre os comportamentos humano e animal. Afirma que é mais esclarecedor se explicar o comportamento humano em função do comportamento animal e não o contrário, pois tendo o ser humano como padrão a partir do qual se explicaria o comportamento animal, o próximo passo seria supor que os animais possuem

---

<sup>48</sup> Id. Ibid. p. 15.

<sup>49</sup> Id. Ibid. p. 41-42.

<sup>50</sup> Id. Ibid. p. 21-22, 28-29.

desejos e intenções, que, segundo o autor, obviamente eles não têm, e finalmente a tendência seria se afastar mais acerca dos fatos. No entanto, ao se comparar o comportamento humano com o comportamento animal em geral, tendo por base o último, vê-se que o instinto atua basicamente da mesma forma em ambos.

A segunda conferência, dedicada prioritariamente ao tema do instinto e do hábito, aborda outra questão “metodológica” do autor. Em alguns momentos do seu texto, Russell afirma que é uma ilusão a ideia de que se conhece melhor os desejos a partir da introspecção do que um observador exterior poderia conhecer<sup>51</sup>. Por isso considera este último o ponto de vista mais objetivo na descrição dos mesmos. Isso porque é possível se enganar muitas vezes sobre o que realmente se deseja, segundo algumas concepções da psicanálise, ou porque a “introspecção” não é passível de observação, e não se poderia, segundo o autor, supor objetividade em afirmações sobre processos psicológicos subjetivos. Seguindo essa linha de raciocínio, sequer se poderia supor a existência de desejos tal como eles são costumeiramente concebidos, ou seja, como sendo algo que começa na mente, dependendo da vontade ou simplesmente da consciência do sujeito, pois um observador exterior não poderia verificar a atuação dos desejos subjetivos<sup>52</sup>. Desse modo, a explicação a respeito dos instintos na segunda conferência fundamenta o ponto de vista de Russell, de que uma análise sobre o desejo deve partir de uma análise do comportamento animal, considerando-se que o instinto atuaria em ambos sem diferença significativa. A explicação a respeito dos instintos também deixa claro que ele põe em movimento tanto o animal quanto o homem em um ciclo de comportamento, da inquietude até a satisfação. Segundo Russell, os mesmos instintos que atuam nos animais também atuam no ser humano. Por isso é possível conhecer o comportamento deste último a partir da análise das ações do primeiro. Para ele é mais simples tirar conclusões do comportamento humano a partir da observação do animal, pois estes revelam suas respostas a estímulos de maneira mais simples. Se o mesmo poderia ser conhecido a partir do comportamento animal, o contrário não seria possível. Também o primeiro oferece respostas mais simples

---

<sup>51</sup> Id. Ibid. p. 22-24.

<sup>52</sup> Id. Ibid. p. 24.

que não precisam da atuação da introspecção ou da consciência. Dessa forma, a teoria do ciclo de comportamento, segundo Russell, consegue explicar de maneira mais simples e completa o funcionamento dos desejos tanto nos homens quanto nos outros animais, sem ser mascarado por concepções a respeito da consciência humana, por exemplo. E se é o instinto que põe em movimento o ciclo de comportamento do que costuma chamar de “desejo”, então o mesmo não possuiria nenhum tipo de previsão anterior, ou de intenção de se realizar de tal e tal forma<sup>53</sup>. Em algumas passagens Russell mostra que este não é infalível e pode “errar” em muitas situações<sup>54</sup>, o que não aconteceria se os animais tivessem em vista o propósito do final do ciclo, ou seja, se tivessem um objetivo definido de alcançar algo. O mesmo é apenas um mecanismo determinado pela natureza, sendo que o animal não tem qualquer tipo de escolha ou papel determinante na condução de seu comportamento. Este último, impulsionado pelo instinto em um ciclo, faz uma série de movimentos em direção ao objeto de sua satisfação e aquietação, sem “saber” qual seria esse mesmo objeto. É óbvio que o aprendizado do animal facilita a eficiência de se chegar em menos tempo a este, como um rato colocado todo dia no labirinto aprende a fazer os caminhos certos para chegar ao queijo. Esta situação, segundo Russell, é observável no homem também, tal como ele a apresenta no desenvolvimento de seu texto.

A terceira conferência procura mostrar que geralmente predomina uma concepção enganosa com relação à natureza do desejo. Pois costuma-se afirmar que o mesmo tem em vista um propósito, e que este relaciona-se a algo anteriormente imaginado. Segundo essa concepção criticada pelo autor, o desejo é sempre de algo, pois possui um objetivo de alcançar ou esperar algo ou alguma situação. Portanto, ele compartilharia aqui certa semelhança com a crença, pois a mesma também possuiria, no caso, um “objeto”, ou seja, seria um tipo de sentimento que se relaciona com algum conteúdo. Assim também seria o desejo: algo, alguém ou alguma situação é desejada no desejo. Este possuiria, na concepção geralmente aceita, um propósito. No entanto, os argumentos de Russell procuram criticar este

---

<sup>53</sup> Id. Ibid. p. 31.

<sup>54</sup> Id. Ibid. p. 30 e 31.

ponto de vista. Segundo o autor, sua interpretação do desejo constitui uma significativa “inversão” da visão criticada pois, no que foi analisado anteriormente a respeito dos ciclos de comportamento, não há um propósito consciente no desejo. E, além disso, há também as conclusões da psicanálise para mostrar que a “auto-ilusão” é sempre recorrente a respeito dos “propósitos” humanos, não perceptíveis ao sujeito que “deseja”, mas, segundo Russell, claramente perceptíveis a um observador exterior. O exemplo dado, no qual transparece a influência sofrida pela psicanálise, mostra que por alguns “impedimentos morais”, acaba-se por desejar algo muito diferente do que realmente se deseja, mas que no final das contas levaria ao mesmo objetivo: um desejo de vingança em alguém poderia passar pelo desejo de “ensinar uma lição” para aquele que teria prejudicado este sujeito de alguma forma<sup>55</sup>. No entanto, as críticas não se limitam ao uso de conceitos da psicanálise (que Russell também critica em alguns momentos da obra), mas desenvolve-se até chegar à sua teoria sobre os ciclos de comportamento.

Em primeiro lugar, o que desperta o “desejo”, na forma de um ciclo de comportamento ou um ciclo de ações, como é chamado também pelo autor, é um impulso, ou seja, algo relacionado com os instintos. Como dissemos anteriormente, geralmente as pessoas atribuem um propósito no modo de agir do animal, de forma a satisfazer seu desejo, e alguns chegam a pensar que o animal “tem em mente” o que é preciso para se satisfazer. No exemplo do autor, sobre a fome, a observação dos fatos pode ser muito mais esclarecedora do que o recurso à algum tipo de “mentalismo” no comportamento animal. Deixando de lado o que o mesmo poderia “ter em mente”, seria possível observar que o animal com fome move-se de um lugar para o outro, farejando ou observando com seus olhos com atenção e praticando algumas ações até que esteja próximo da comida, quando então se põe a comer. Quando a quantidade de comida é suficiente, este descansa ou volta ao estado de tranquilidade. O que pode por um fim ao ciclo em questão seria o encontro com a comida ou a interrupção do ciclo por algo não esperado, tal como uma pessoa o espantando ou o encontro com outro animal próximo da comida. Portanto, o ciclo de comportamento no animal constitui em um processo que começa com um estado de

---

<sup>55</sup> Id. Ibid. p. 33.

inquietação, continua com uma série de movimentos que persistem até que se chegue à satisfação e então termina quando o animal volta novamente a quietude. Em nenhum momento se pode observar o papel de algum tipo de ocorrência de um “estado mental”, e a atuação do mesmo nem é necessária para uma explicação objetiva do observador exterior. Em nenhum momento podemos dizer que o animal “deseja” algum tipo de alimento. O tipo de alimento que poderia satisfazer a sua fome é indiferente, e segundo Jocelyn Benoist<sup>56</sup>, “secundário”. O que este autor afirma é que, para Russell, não há um objeto “intrínseco” no desejo da fome, mas não faz qualquer diferença qual tipo de alimento pode satisfazê-la: se é uma fruta ou outra ou se é uma carne, ou até se é uma “pancada no estômago”. Nesta concepção, o alimento que a satisfaria seria externo à natureza da própria fome, ou seja, um tipo indeterminado de objeto<sup>57</sup>. Sendo assim, o animal só poderia “saber” o que satisfaz o seu desejo depois da sua satisfação, e nunca por “antecipação”, pois seu objeto não seria interno ao próprio desejo, mas seria externo, de forma que vários tipos de coisas poderiam entrar como a “realização” ou “satisfação” da fome.

A “experiência”, no modo como é entendida por Russell, também desempenha um papel importante na satisfação dos desejos. Restringindo esta análise ao comportamento animal, para que se possa acompanhar a argumentação de Russell, o animal aprenderia a encontrar a comida de maneira mais rápida com o passar do tempo, dadas as condições semelhantes nas quais ele possa encontrá-la. Mas o papel da experiência é ainda mais patente na medida em que o animal não sabe o que poderia satisfazer o seu desejo até que ele seja satisfeito. Na maior parte do tempo é somente um sentimento de inquietude que se apossa do mesmo. Poderíamos observar o comportamento de pássaros, no exemplo do autor<sup>58</sup>, que constroem seus ninhos, chocam seus ovos e alimentam seus filhotes sem qualquer propósito em direção ao futuro, e muito menos o de preservar a sua espécie. Mas é o instinto que a leva agir assim de acordo com a sua natureza, ou seja, de acordo com as condições do passado que levaram a sua espécie à sobrevivência até

---

<sup>56</sup> Jocelyn BENOIST. *Realização in Fenomenologia como Gramática*. p. 120.

<sup>57</sup> Id. Ibid. p. 121.

<sup>58</sup> Bertrand RUSSELL. *The Analysis of Mind*. p. 37



aquele presente momento. O estado de satisfação, segundo o autor, também poderia ser chamado de “prazer”. Este, tal como é apresentado aqui, é a propulsão a permanecer no mesmo estado em que se encontra, sem qualquer tipo de ação ou uma ação voltada para prolongar esse mesmo sentimento, ou seja, o estado de aquietação até o próximo ciclo.

No decorrer de sua argumentação Russell afirma que este mesmo processo de ciclo de comportamento pode ser aplicado ao ser humano. Tal como ele havia afirmado na segunda conferência, é mais esclarecedor entender o comportamento humano tendo como comparação o comportamento animal, estudando aquele em vista deste. Sendo assim, poderia ser dito que, no mesmo exemplo da fome, apossa-se do ser humano aquele mesmo estado desagradável de insatisfação que o leva a praticar uma série de ações que o aproximam da comida, ainda que de modo inconsciente. É óbvio que se pode ter em mente que se está com fome, e saber exatamente que algum tipo de alimento poderia satisfazê-la, mas o que Russell afirma, é que a consciência da fome não é o motor da mesma e muito menos o desejo de comer alguma coisa, porque se sabe que é preciso comer algo de tempos em tempos para sobreviver, por exemplo. Tanto que Russell afirma que:

*“What we call ‘consciousness’ seems to be a mere spectator of the process; even when it issues orders, they are usually, like those of a wise parente, just such as would have been obeyed even if they had not been given”.*<sup>59</sup>

Poderíamos também, ao nos aproximarmos da comida, comer “em um estado completo de inconsciência”<sup>60</sup>. Depois da insatisfação há os movimentos em direção ao alimento e por fim a satisfação, ou seja, o prazer. Parece óbvio que se tinha o pensamento da fome e dos alimentos o tempo todo, mas isso não passa de uma ilusão, segundo Russell, pois o impulso é o primeiro motor. É possível ter a consciência do que poderia satisfazê-la, mas é somente a experiência que poderia,

---

<sup>59</sup> Id. Ibid. p. 37.

<sup>60</sup> Id. Ibid. p. 37.

portanto, dizer o que é a satisfação de tal ou qual desejo. Sem essa consciência, adquirida depois da satisfação do desejo, não se poderia saber nada sobre como a fome, por exemplo, poderia ser satisfeita. O elemento que traz a satisfação do desejo precisaria ser externo ao próprio desejo, e não parte intrínseca da natureza do mesmo. Este, geralmente entendida como relacionada a um propósito, não é o que ocorreria, segundo Russell, mas seria apenas uma ilusão, pois, apesar de se ter o desejo de comer alguma coisa específica, outro alimento poderia satisfazer a fome, e só se saberia que certo alimento a satisfez depois da sua própria satisfação.

Russell vê o desejo como “uma lei causal do comportamento”<sup>61</sup>. Dessa forma, uma pessoa que tem um desejo só poderia saber qual seria a realização do mesmo porque o fato (no caso da fome poderia ser o ato de comer algum tipo de alimento) que satisfaz tal desejo é o que causa no sujeito o sentimento de sua realização, e jamais poderia ser conhedido por antecipação. Sendo assim, a satisfação da fome seria causada no sujeito por algo exterior ao mesmo, ou seja, por algo que não é intrínseco a ele. Este é um dos pontos da teoria de Russell criticados por Wittgenstein: de que a satisfação do desejo, ou a realização de uma expectativa dependa de uma relação externa entre a mesma e o evento que a realiza. Nas palavras do autor:

*“...it is safer to avoid the assumption there are such intrinsic qualities of mental occurrences as are in question, and to assume only the causal differences which are undeniable. Without comndening the intrinsic theory, we can define discomfort and pleasure as consisting in causal proprieties, and say only what will hold on either of two theories”<sup>62</sup>.*

Portanto, Russell afirma que é o prazer, ou seja, o sentimento de satisfação que pode causar a realização do desejo. O mesmo é algo completamente externo ao mesmo. Nesta concepção, não é intrínseco ao desejo o que o satisfaz. Qualquer

---

<sup>61</sup> Id. Ibid. p. 19.

<sup>62</sup> Id. Ibid. p. 40.

coisa poderia causar a cessação da fome (segundo Wittgenstein até um soco no estômago<sup>63</sup>), e um desejo de comer uma maçã não precisaria ser realizado exclusivamente por esta, mas por qualquer outro alimento que causasse a satisfação no sujeito. No entanto, o desejo, assim como a crença, implica em uma forma de expectativa, pois o próprio desejo implica em uma forma de crença quanto ao seu propósito. Como já foi dito, o propósito visado não corresponde necessariamente ao que é preciso para fazer cessar o estado de inquietação que deu início ao ciclo de comportamento. Nas palavras de Russell:

“‘Conscious’ desire, which we have now to consider, consist of desire in the sense hitherto discussed, together with a true belief as to is ‘purpose’, i.e. as to the state of affairs that will bring quiescence with cessation of the discomfort.”<sup>64</sup>

Sendo assim, se o desejo implica em uma forma de expectativa, e a crença também suscita uma expectativa quanto à sua verdade, o desejo também implicaria uma forma de expectativa quanto ao evento que pode ser a satisfação do mesmo, mesmo que esta seja a consciência de algo que não a satisfaria, e que o verdadeiro evento, como no caso do exemplo da fome, fosse buscado pelo instinto. A partir destas afirmações, se pode concluir que o desejo também relaciona-se com expectativa, pois quem o tem, espera que este possa ser satisfeito. No entanto, segundo Russell, o desejo não é realizado por algo intrínseco a ele, ou seja, este não é definido pelo evento que o realiza, mas um evento causa um sentimento de satisfação no sujeito, ou seja, de aquietação. A satisfação do mesmo, causada pelo evento apresenta-se aqui como um terceiro evento entre este e o evento que o realiza e, portanto é externo à própria relação entre ambos. Considerando o vínculo indissociável entre expectativa e crença, a próxima seção prosseguirá para a análise da relação entre as duas.

---

<sup>63</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações Filosóficas*. p. 50.

<sup>64</sup> Bertrand RUSSELL. *The Analysis of Mind*. p. 40.

### 3.1.3 Crença e expectativa

Russell sustentou que a expectativa é uma forma de crença. Esta seria um “sentimento atual experimentado”, e não um ato. A crença, segundo Russell, é caracterizada pela sua relação com o que se encontra fora dela, ou seja, com os fatos. Sendo assim, ela pode ser verdadeira ou falsa. Se alguém crê que “Colombo cruzou o Atlântico em 1492”, esta crença se relacionaria com um objetivo, ou seja, possuiria uma referência objetiva. Enquanto este é a viagem histórica realizada por Colombo, a referência é a relação que a crença mantém com o mesmo. Segundo Russell, o ato de crer é diferente do que é crido, que é o seu objetivo. Quando, por exemplo, houver uma lacuna entre ambos, como é o caso do exemplo da passagem de Colombo pelo Atlântico, seria preciso então ter em mente que, por mais que o objetivo possa ser a viagem em questão, não é este evento que um sujeito tem em mente quando crê nisso. Ele não está crendo em um evento atual, mas o conteúdo da crença, que é o que “está na mente do sujeito”, é diferente da própria viagem. Sendo assim, o conteúdo crido é um evento presente relacionado ao evento, mas não é ele mesmo. Segundo a concepção de conhecimento de Russell, não há uma “unidade mística”<sup>65</sup> entre conhecedor e aquilo que é conhecido, mas o conhecimento para ele é uma “relação muito externa”<sup>66</sup> e dependente de leis causais. A única unidade possível no conhecimento, nas palavras do autor, seria como a de sinais de trânsito e placas de trânsito, e a própria cidade para onde estas placas apontam. Neste sentido, as crenças também dependem do significado de palavras ou imagens, pois uma pessoa só poderá crer que Colombo cruzou o Atlântico se conhecesse o significado de cada uma destas palavras e das mesmas combinadas desta forma. Portanto, uma crença pode consistir em palavras, imagens ou uma mistura de ambas. Conforme afirmado acima, não é a própria viagem o objetivo da crença, mas a relação entre esta e este último seria externa, causada por outros

---

<sup>65</sup> Id. Ibid. p. 141.

<sup>66</sup> Id. Ibid. p. 141.

fatores indiretos. Dadas estas características introdutórias sobre a concepção do autor sobre a natureza da crença, é preciso investigar a característica causal da mesma e a maneira como ela se relaciona com a expectativa.

Russell afirma que uma crença depende de uma lei causal. É possível encontrar indícios desta concepção na sua descrição da forma como estas são formadas. Ele utiliza, por exemplo, uma situação na qual um sujeito ouve a palavra “bonde”, ou escuta o apito do mesmo. Neste caso, a crença do sujeito consiste na sensação que é o barulho do apito. A mesma suscita na mente do sujeito a imagem do bonde chegando, e esta crença pode provocar uma variedade de ações: o sujeito pode correr para pegá-lo se esperava por ele, ou pode ficar decepcionado se esperava pelo ônibus, etc. Portanto, não é somente o som do apito que causa a crença de que este está chegando, mas também o aviso de outra pessoa que avisa sobre a sua chegada, a visão do mesmo e o movimento das pessoas que se preparam para pegá-lo, etc. Neste caso, a crença implica em uma forma de expectativa: um sujeito se encontraria esperando um bonde na estação, e ao ouvir o apito, reconhece-o como o apito de um bonde. Então este “reconhecimento” do mesmo alerta-o sobre a sua chegada. No exemplo em que este mesmo sujeito ouve alguém gritar “bonde” a crença também depende do *significado* conhecido desta palavra pelo sujeito. A mesma suscitaria nele a imagem mental de um bonde, que o levaria a correr para pegá-lo, por exemplo.

Para se entender melhor a relação da crença com o significado é essencial um retorno para a conferência 10, sobre “Palavras e Significado”. Nesta, o autor apresenta o significado como algo dependente de leis causais presentes na linguagem, para que uma palavra possa ser o significado de outra coisa. Sendo assim, quando uma pessoa ouve determinada palavra, isso pode fazer com que seja “evocada uma ideia” no pensamento do ouvinte ou pode fazer com que o mesmo tenha alguma sensação, ou ambas. Geralmente também uma palavra causa algum movimento corporal como, por exemplo, a pessoa que ouve um grito: “um carro”! E precisa, então, saltar para a calçada para não ser atropelada.

Russell também distingue, ao expor seus argumentos sobre o significado, os nomes em “próprios” e “comuns”. Segundo o autor, o primeiro significa todas as ocorrências ou aspectos que se atribui a uma determinada pessoa, animal ou coisa, como por exemplo, Napoleão. Este foi uma pessoa muito diferente durante as várias

fases da sua vida, mas costuma-se reconhecê-lo como uma única e mesma pessoa. No segundo tipo de nome, a palavra “homem” pode significar toda uma classe de particulares que possuem nomes próprios, como Jones, Napoleão, John, etc. Estes, que são também, individualmente um conjunto de ocorrências, mantêm entre si certa quantidade de semelhanças que fazem com que sejam colocados nesta mesma “classe”. É importante notar que essa ideia depende da sensação como elemento mais básico do conhecimento. É possível saber que certas quantidades de ocorrências possam ser unidas naquilo que de poderia chamar de “Jones”, porque as sensações dos vários aspectos da mesma pessoa causam imagens semelhantes no sujeito. Portanto, é comum que, quando se costuma lembrar do rosto de um amigo, não surge a imagem de uma expressão facial particular, mas uma mistura de diferentes aspectos da pessoa imaginada. O significado não teria uma relação intrínseca com os fatos do mundo. Se alguém conhece o significado de uma palavra como, por exemplo, do nome comum “homem”, não é porque há uma relação interna ou intrínseca entre uma palavra e um objeto, mas porque certos aspectos de pessoas ou objetos causam em nós sensações semelhantes, para que possamos chama-las de Napoleão ou de Jones.

A compreensão do significado também é definida pelo autor segundo o mesmo parâmetro: compreender uma palavra não significaria conhecer a sua definição em um dicionário, mas saber empregar a mesma em suas devidas situações. Essa compreensão também é a possibilidade de *causar* um comportamento em outra pessoa. Assim compreende uma palavra quem age segundo um comportamento específico quando a ouve como, por exemplo, ficar em estado de alerta ao ouvir a expressão: “cuidado”! Ou o sujeito que ouve a palavra “bonde” e corre para pegá-lo. Ou aquele que, ao ouvir a palavra “carro”, salta novamente para a calçada, para evitar o risco de ser atropelado. Sendo assim, o significado dependeria do uso que se costuma dar para a palavra, ou seja, pelo seu uso correto em situações diferentes, de forma que possa afetar aquele que o ouve. Se um sujeito grita a palavra “socorro”, ele não espera que as pessoas simplesmente lhe acenem com um sorriso, mas que esta palavra afete o ouvinte de maneira que este possa ajuda-lo em algo, por exemplo. O propósito do autor é mostrar, nesta argumentação, que não há necessidade de nenhum propósito “consciente” no processo da fala e da ação. A palavra “carro”, usada em um determinado momento, pode ser apenas resultado de

ações “automáticas”, reforçadas pelo hábito ou instintivas, como alguém que vê um carro chegando enquanto outra pessoa está atravessando a rua: Esta, por sua vez, não fica associando a sua visão do carro com alguma palavra em sua mente, mas automaticamente grita a palavra: “carro”! Da mesma forma, a outra pessoa que ouve a palavra não passa a refletir sobre ela, mas o processo é anterior a qualquer reflexão consciente: tal palavra causa no sujeito o comportamento apropriado, que é o de atentar para a presença do carro e saltar de volta para a calçada. Segundo Russell, não há qualquer processo consciente atuando aqui. Compreender uma palavra, para ele, é saber usá-la em circunstâncias específicas. E muitas vezes este uso depende do hábito de empregá-la repetidas vezes da mesma maneira, e de também poder ser afetado por ela, causando um comportamento condizente com a situação do seu uso.

Segundo o exemplo acima, uma palavra também pode causar uma associação com outras palavras. Este é o caso do estrangeiro, como um francês, por exemplo, que ouve a palavra “carro” e precisa associar esta palavra a outra correspondente no seu idioma, para só então agir com um certo comportamento. Uma palavra também pode evocar primeiro uma imagem de um objeto em uma criança, quando esta ainda está aprendendo o uso da mesma. Semelhantemente o significado “narrativo” teria o “objetivo” de causar imagens naquele que ouve. Se um sujeito narra uma história para outra pessoa, cabe ao ouvinte, ao ouvir as palavras, ter a imaginação despertada para imagens geralmente associadas àquelas palavras: dessa forma, uma história que se passa durante uma viagem de trem leva o ouvinte a imaginá-lo com seus passageiros na situação narrada. Sendo assim, em uma descrição de um lugar já visto, como uma cidade já frequentada pelo ouvinte, as palavras causam no mesmo a lembrança dos lugares percorridos. No exemplo da narração de uma história, é a imaginação que é ativada ao se ouvirem certas palavras, que leva a imaginar uma situação de acordo com a história contada. Russell também fala sobre o significado das “imagens”: segundo ele, estas significam as sensações correspondentes do sujeito. Dessa forma, a imagem lembrada da “Catedral de São Paulo” tem como significado a sua “eficácia causal”: a mesma tem a possibilidade de produzir os efeitos que o próprio objeto poderia ter. Tal significado das imagens seria diferente do significado das palavras, pois as últimas não são em nada semelhante aos objetos que representam. Dessa forma, a

imagem de um cachorro é semelhante ao mesmo enquanto a palavra não é. Portanto, o significado delas está relacionado à sua eficácia causal: a palavra pode evocar uma imagem, mas também o contrário é possível. Uma palavra também pode evocar associações com outras, sem o auxílio de qualquer imagem, e pode produzir comportamentos ou ações em outros sujeitos. No início da conferência 10 sobre o significado, o autor procurou mostrar a associação do significado com o hábito e com o que ele entende como o uso das palavras segundo as circunstâncias apropriadas. Ele não procura enfatizar o papel da gramática ou do uso na sua concepção de significado explicitada em AM, mas procura mostrar que o significado não é algo intrínseco à palavra, mas depende destas relações causais, ou seja, o significado está relacionado à sua capacidade de causar certos comportamentos, sensações ou evocar imagens em outros sujeitos. Sendo assim, haveria uma relação externa entre uma palavra e seu significado. A compreensão deste dependeria, portanto da eficácia das palavras de produzirem certos efeitos no indivíduo que as ouve ou lê. Esta só teria significado se fosse capaz de produzir no indivíduo certos comportamentos ou produzir alguma “sensação”. Semelhantemente ao “sentimento de satisfação” que uma expectativa deveria ser capaz de produzir ao ser realizada, as palavras dependeriam de uma “lei causal”.

A partir desta concepção causal de significado, faz-se necessário voltar para a análise da crença. Como foi dito acima, a mesma precisa possuir um conteúdo objetivo, que é o próprio objeto ou evento sobre o qual se crê. A relação entre a crença e o objetivo, é a sua referência. Geralmente, este conteúdo depende de um significado. Um sujeito não poderia crer que “o homem é um animal racional” se não conhecesse o significado da palavra “homem” ou da palavra “racional”. Portanto esta referência objetiva deriva do significado. O autor continua sua argumentação afirmando que geralmente o conteúdo das crenças se encontra na forma de proposições. As proposições, por sua vez, são compostas de palavras. Para o autor, uma proposição tem significado na medida em que as palavras que a compõem também o têm. Dessa forma é possível compreender diferentes associações de palavras que nunca antes foram ouvidas, mas nas quais é possível reconhecer as palavras que as compõem.

No entanto, apesar de os conteúdos das crenças consistirem em boa parte em proposições que se podem afirmar ou negar, o autor afirma que a maioria



daquelas são inconscientes e somente são conhecidas quando as expectativas não são realizadas de alguma forma. Este é o caso de um sujeito que olha para uma imagem que pode produzir aquilo que se costuma chamar de “ilusão de óptica”. Ou quando, segundo o exemplo do próprio autor, alguém se surpreende com a textura macia de um tapete que tem a aparência de um piso de ladrilhos, pois no caso esperaria-se pela textura dura de um piso de ladrilhos. Aqui aparece novamente a relevância das expectativas para a crença, já que que toda crença implica em uma forma de expectativa. E de maneira semelhante, também o puro assentimento e a memória são tipos de crenças. Em todos estas e em outras atitudes, o conteúdo pode permanecer o mesmo, mas o que muda é o sentimento com relação a ele. Russell dá o exemplo da mesa de café da manhã<sup>67</sup>. Alguém poderia acreditar que há um ovo para o café-da-manhã ou temer que há um ovo para o café-da-manhã (embora não seja o usual), ou deseja-lo, ou lembrar-se dele, etc. Ou, no caso da expectativa, esperar por ele na mesa. Neste caso, se alguém espera é porque acredita que o mesmo estará lá, sendo possível mais uma vez perceber o vínculo entre expectativa e crença. Com relação às outras atitudes, é o sentimento que muda, e aqui novamente é possível perceber a importância que o autor dá para o sentimento. No caso daquilo que Russell chamou de “assentimento puro”, há também o sentimento de assentimento, ou seja, de concordância da proposição como um fato. Neste caso, um sujeito sabe que uma proposição corresponde ao fato quando a última é capaz de causar no primeiro este sentimento, muito semelhante ao sentimento de satisfação, associado ao encerramento do ciclo de comportamento do desejo. Assim sendo, o sujeito só poderia saber que sua crença corresponde ao fato porque, nesta relação causal entre o fato e a crença, o fato é capaz de causar no sujeito este sentimento. Com a expectativa, este mesmo processo não é diferente: na conferência 13 o autor afirma que uma crença, na forma de uma proposição é “verdadeira ou falsa pela relação com um fato”<sup>68</sup>. Neste sentido, só se poderia afirmar a verdade de uma crença se for possível que ela seja verificável, ou seja, se for possível a sua comparação com o fato. E, segundo o autor, a maneira

---

<sup>67</sup> Id. Ibid. p. 151.

<sup>68</sup> Id Ibid. p. 153.

mais óbvia de verificar a verdade desta é se algo aconteceu de acordo com a expectativa que se tinha. Russell descreve o processo da expectativa como “o inverso da memória”, afirmando que:

*“...instead of having first sensations and then images accompanied by belief, we have first images accompanied by belief and then sensation. (...) When an image accompanied by an expectation-belief is thus succeeded by a sensation which is the ‘meaning’ of the image, we say that the expectation-belief has been verified”.*<sup>69</sup>

Sendo assim, Russell não supõe a existência de uma relação intrínseca, ou seja, de uma relação interna entre a proposição e o fato, mas é o sentimento de “satisfação”, no caso do desejo, e de “assentimento”, no caso do assentimento puro, que serviriam de parâmetros para se afirmar que certa expectativa (que encontra-se vinculada a uma crença) é verdadeira. O autor também chega a citar um “sentimento de expectativa”, relacionado à “lembrança da expectativa”. Sendo assim, seria possível descrever o processo de verificação de uma crença, na forma de uma proposição, tal como o seguinte exemplo: “Jones chegará a minha casa às onze horas” da mesma forma como descreve-se o processo do desejo ou do assentimento. Descrevendo este exemplo detalhadamente, é possível imaginar um sujeito que teria esta crença, e então quando Jones bate à porta de sua casa, ele o vê, compara aquele fato com a sua crença anterior, que implicava na expectativa de que Jones realmente viesse naquela hora, e experimentaria, então, o sentimento que lhe serve de parâmetro para saber que o fato está de acordo com a sua expectativa. Dessa forma, saberia-se que a expectativa foi realizada porque o fato de Jones estar na porta da casa do sujeito em questão causa nele o sentimento que o permite saber que a expectativa foi realizada. Portanto, o que se estabeleceria, segundo Russell, é uma relação causal entre o fato e a expectativa, que também é uma relação externa, pois o sujeito não poderia saber se sua expectativa foi

---

<sup>69</sup> Id. Ibid. p. 162-163.

realizada se Jones não estivesse ali. Tal conexão entre crença e fato por meio desta relação externa será, como vimos, criticada em muitos pontos do capítulo III das *Observações* por Wittgenstein. A próxima seção terá como objetivo fazer uma exposição e uma análise destas críticas.

### 3.2 Wittgenstein contra Russell: a crítica contra a concepção causal de significado nos parágrafos §21 a §29 das *Observações Filosóficas*

Segundo o que foi dito no primeiro capítulo, a concepção de intencionalidade de Wittgenstein é desenvolvida no texto das *Observações Filosóficas* em contraposição à concepção causal do significado de Russell em AM. No decorrer do desenvolvimento da argumentação do autor em favor da necessidade da intenção, na sua concepção figurativa da linguagem, procura também expor os problemas da teoria causal do significado, criticando principalmente o pensamento de Russell. A sua preocupação com relação à este foi um dos motivos que o levou a considerar alguns pontos não desenvolvidos no *Tractatus*. Nesta obra, segundo Mauro Engelman, as proposições da psicologia não possuíam nenhum tipo de privilégio sobre as outras ciências naturais. Mais do que isso, a admissão das mesmas na análise do significado poderia levar a uma “rua-sem-saída filosófica”<sup>70</sup>. Porém, o autor foi levado a “tornar claros alguns conceitos psicológicos em seu próprio pensamento para salvar sua concepção figurativa da linguagem”<sup>71</sup>, e passou a olhar de forma diferente a concepção de Russell, outrora inexpressiva, porque a mesma subordinava a lógica da linguagem a um “mecanismo causal”, explicando a primeira através desta última<sup>72</sup>. Portanto Wittgenstein vai classificar a teoria de Russell como um tipo de concepção “errônea” e “destrutiva” da lógica da linguagem, que ele aponta no parágrafo §20b do capítulo III das *Observações*.

---

<sup>70</sup> Mauro Luiz ENGELMANN. *Wittgenstein's Philosophical Development*. p. 69-70.

<sup>71</sup> Id. Ibid. p. 69-70.

<sup>72</sup> Id. Ibid. p. 70.

Em seguida, no parágrafo §21b, Wittgenstein passa a contrapor a sua concepção de significado, da relação entre pensamento e fato em uma relação interna à concepção de Russell, que depende de uma relação externa. Wittgenstein se mantém fiel ao texto de AM, pois atribui à mesma uma concepção “causal” (termo que o próprio Russell atribui à sua própria teoria ao longo das conferências de AM, e particularmente com relação à linguagem<sup>73</sup> e à expectativa<sup>74</sup>). Esta é dependente de um terceiro evento, um tipo de sentimento de satisfação, que poderia ser uma satisfação da fome (exemplo utilizado frequentemente pelo autor na terceira conferência<sup>75</sup>, como já foi visto), ou mesmo uma sensação de prazer (também admitida pelo autor na terceira conferência<sup>76</sup>). Para Wittgenstein este terceiro evento, apesar de ser “irrelevante” para uma compreensão sobre o significado que considere o verdadeiro funcionamento da linguagem, pode levar a vários erros. Em primeiro lugar, a concepção de Russell depende de um tipo de “sentimento”, ou seja, de uma sensação que serviria de parâmetro para que se pudesse saber se uma expectativa foi realizada, e se um tipo de evento é a realização desta. Sendo necessário, na teoria de Russell, um tipo de sentimento de satisfação que fizesse cessar o “ciclo de comportamento” do desejo, ou uma sensação de satisfação que mostre que tal evento é a realização de tal expectativa. Então o sentido da expectativa não poderia estar na própria relação entre a expectativa e o evento, mas neste sentimento de satisfação, tanto no caso do desejo quanto no da expectativa (e o próprio ciclo de comportamento pressupõe a última, pois se espera pelo fim do estado de inquietação). Sendo assim, conforme Wittgenstein afirma no §25a, Russell faz o sentido da expectativa depender de um evento “completamente diferente” da mesma e do próprio evento. Neste caso, segundo Engelmann, Russell faz a realização de uma expectativa depender de um sentimento futuro, que determinaria o que é esperado<sup>77</sup>. Portanto o sujeito só poderia saber qual é o evento que realizaria sua expectativa depois que a mesma foi satisfeita. Isto está em acordo com o que

---

<sup>73</sup> Bertrand RUSSELL. *The Analysis of Mind*. p. 118.

<sup>74</sup> Id. Ibid. p. 163.

<sup>75</sup> Id. Ibid. p. 34-35, 37 e 42.

<sup>76</sup> Id. Ibid. p. 38.

<sup>77</sup> Mauro Luiz ENGELMANN. *Wittgenstein's Philosophical Development*. p. 71.

Russell descreve como o ciclo de comportamento do desejo: o animal ou o homem só poderia saber o que satisfaz a sua expectativa (a fome, por exemplo) depois que teve fim o estado de inquietação. Esta visão está na contramão da concepção de Wittgenstein, que desde o *Tractatus* afirma que o sentido de uma proposição deve preceder a sua verdade ou falsidade<sup>78</sup>. Esta, antes de ser comparada com o fato, já deve possuir seu sentido, que por sua vez deve ser independente de sua verdade ou falsidade, pois caso contrário seria impossível verificar a sua verdade. Também no parágrafo §23e das *Observações*, o autor afirma que a experiência pode decidir quando uma proposição é verdadeira ou falsa (quando a comparamos com o evento), mas não pode decidir sobre o sentido da proposição, pois o sentido é sempre anterior e condição para a sua verdade. O sentido de uma expectativa ou de uma proposição sempre deve preceder a sua verdade e ser independente da mesma. Uma das consequências do critério de Russell para o sentido da expectativa é que não se poderia saber o que satisfaz a expectativa até que a mesma seja satisfeita. Portanto, é necessário, para Russell, que um evento possa ser considerado a realização da expectativa em questão depois que a mesma “se tornou verdadeira”, ou seja, depois que a mesma foi realizada. E que antes disso não se poderia ter certeza sobre o que poderia satisfazê-la. Neste caso, o sentido da própria expectativa, ou seja, o evento que a realiza, precisou acontecer para que o sentido dessa mesma expectativa fosse revelado.

A realização de uma expectativa não deveria depender de um sentimento futuro de satisfação, pois isso excluiria a necessidade de comparação da mesma com o evento. E é justamente este um dos fundamentos da concepção figurativa da linguagem. Só se pode verificar a verdade de uma proposição, segundo Wittgenstein, “olhando para o mundo” e comparando-a com um fato. Caso a proposição esteja em acordo com o fato, ela é verdadeira e, caso contrário, é falsa. Segundo Mauro Engelmann, na concepção figurativa da linguagem, a função da proposição é a de descrever a realidade diretamente<sup>79</sup>, função que se perde na teoria de Russell, para a qual essa comparação não é essencial. Mas, segundo a

---

<sup>78</sup> Id. Ibid. p. 71.

<sup>79</sup> Id. Ibid. p. 71 e 75.

teoria deste autor, o que é essencial para a linguagem é causar algum comportamento, alguma imagem ou alguma sensação. No parágrafo §23d Wittgenstein afirma que a comparação entre o discurso e a ação (quando alguém dá uma ordem esperando que o outro a entenda e a obedeça, por exemplo) não está presente na teoria de Russell, pois a mesma não poderia consistir na experimentação de um “fenômeno” completamente diferente de ambos, ou seja, um sentimento futuro, que não poderia ser descrito antecipadamente. O autor afirma que a concepção de Russell faz com que o sujeito que espera uma expectativa  $p$  só tenha essa mesma realizada por um fenômeno diferente do evento que a realizaria. Nesse caso, a consequência absurda desta concepção é que “esperar que  $p$  aconteça” corresponde a ter a expectativa de outra coisa diferente deste mesmo evento<sup>80</sup>. Aqui encontra-se a dependência de uma relação externa, pois o evento que realizaria “ $p$ ” causaria no sujeito a sensação de satisfação. Mas neste caso, a conexão se daria através de um terceiro elemento na relação, externo aos demais. Segundo Jocelyn Benoist, na teoria de Russell, o discurso não está conectado com a ação e nem o pensamento com o fato, e por isso não há nesta nenhum objeto intrínseco da expectativa, ou seja, só se sabe qual é o objeto da mesma no momento da sua satisfação, e que até chegar a esse ponto há uma “incompletude estrutural”<sup>81</sup>.

Este problema nos leva a outro: a sua incompletude por algo definido na expectativa. Na teoria de Russell a única maneira de confirmar a realização desta é a de uma sensação acompanhar o evento que possivelmente a tenha realizado. Este sentimento relacionado à “crença-memória” relaciona-se com a expectativa original. Aí se encontra, portanto, o “reconhecimento” do qual falou Wittgenstein, mas que seria um reconhecimento produto de uma relação causal, que acontece por meio de outro evento externo à relação. Sendo assim, como só se saberia qual seria evento que poderia satisfazer a expectativa depois da sua realização, então este processo perde o que deveria haver de específico da mesma, ou seja, que esta seja expectativa de algo definido. Em contraposição à essa teoria, na concepção

---

<sup>80</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações Filosóficas*. p. 51.

<sup>81</sup> Jocelyn BENOIST. *Realização*. p. 119-120 e 123.

figurativa de Wittgenstein uma proposição deve ser de um fato específico. Porém, na teoria de Russell, muitas coisas poderiam trazer a satisfação da fome, e o sujeito só saberia o que a satisfizes depois que a mesma fosse satisfeita. Segundo o que Wittgenstein afirma no parágrafo §29b, o tipo de alimento poderia “ser uma questão de conjectura”, mas que “não é isso o que acontece com a expectativa”<sup>82</sup>! Segundo Mauro Engelmann, Russell trata a fome e a expectativa em geral no mesmo nível, e que, segundo o pensamento de Wittgenstein, a última só poderia ser realizada por algo definido<sup>83</sup>. A expectativa em geral não funciona da mesma forma que a fome, mas, pelo contrário, a fome é um tipo de expectativa, e como um caso particular, não deve ser usada como exemplo para descrever um caso geral. A teoria de Russell tem consequências absurdas quando comparadas a situações do funcionamento da linguagem em seu uso corrente colocadas por Wittgenstein, como o exemplo do parágrafo 22b:

*“Se eu quisesse comer uma maçã e alguém me desse um soco no estômago, tirando o meu apetite, então era esse soco que eu originalmente queria”<sup>84</sup>.*

A perda da especificidade do objeto da expectativa leva a conclusões absurdas, tais como essa. Pois, se a realização de uma expectativa depende de uma sensação, alguém poderia “satisfazer” a fome, ou seja, tirar o estado de inquietação que provocaria o ciclo de comportamento “à força”. Se a realização da expectativa em geral não puder ser definida, o que aconteceria se alguém tivesse um desejo específico por algo? Tal caso não é explicado pela teoria de Russell, e nem o caso mais comum, tal como o do exemplo acima. O desejo de alguém por algo, como uma maçã, não poderia ser realizado por qualquer coisa, como um soco, ou por outra fruta, por exemplo.

---

<sup>82</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações Filosóficas*. p. 53.

<sup>83</sup> Mauro Luiz ENGELMANN. *Wittgenstein's New Method and Russell: the Analysis of Mind*. p 287.

<sup>84</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações filosóficas*. p. 50.

Segundo Jakub Mácha, o exemplo da maçã parece ser injusto para ser usado contra Russell, pois um soco no estômago não poderia causar qualquer prazer (o prazer é descrito por Russell, como vimos, como um possível final para um ciclo de comportamento, correspondendo a um estado de aquietação)<sup>85</sup>, mas mesmo assim, esta indeterminação não corresponde ao que a expectativa realmente é, ou seja, uma expectativa de algo, com o qual a mesma possa ser comparada. A principal crítica de Mácha, em consonância com o argumento de Wittgenstein é que, por causa desta indeterminação não haveriam meios de saber se o ciclo foi realmente satisfeito pelo verdadeiro objetivo do ciclo (satisfazer a fome) ou se foi interrompido por outra coisa que trouxe aquietação ao estado da fome (o soco no estômago)<sup>86</sup>. O próprio Russell afirma que um ciclo de comportamento poderia ser interrompido por algum outro tipo de acontecimento, como a morte, outro acidente ou o início de um novo ciclo<sup>87</sup>. Neste caso, portanto, não há como se afirmar com certeza que foi o objetivo verdadeiro que trouxe causou o fim do mesmo.

Ainda sobre o problema da indeterminação da expectativa na teoria de Russell, Mácha afirma que, como não seria possível saber antes qual é objeto ou evento que causaria a satisfação no ciclo de comportamento, não se poderia, comparar a expectativa que se tinha antes com o evento que aconteceu, pois só seria possível utilizar o sentimento como critério de verificação<sup>88</sup>. Segundo Wittgenstein, para que a expectativa pudesse ser definida, deveria ser possível conhecer *antecipadamente* qual evento poderia realizá-la. É absurdo pensar que alguém só poderá ter certeza sobre o que esperava depois que a sua expectativa foi realizada.

Segundo Mauro Engelmann, o principal problema da indeterminação da expectativa presente na teoria Russell é que esta concepção contradiz o que Wittgenstein chama de “multiplicidade da linguagem”<sup>89</sup>. A linguagem, segundo o

---

<sup>85</sup> Jakub MÁCHA. *Wittgenstein on Internal and External Relations*. p. 106.

<sup>86</sup> Id. Ibid. p. 106.

<sup>87</sup> Bertrand RUSSELL. *The analysis of Mind*. p. 36.

<sup>88</sup> Jakub MÁCHA. *Wittgenstein on Internal and External Relations*. p. 106.

<sup>89</sup> Mauro Luiz ENGELMANN. *Wittgenstein's Philosophical Development*. p. 76.



autor, no parágrafo §31a, possui uma multiplicidade semelhante à de uma “sala de controle”, possuindo “alavancas” para propósitos específicos. Nesta concepção, a linguagem pode expressar desejos e expectativas específicas e prever um evento que possa realizá-los<sup>90</sup>. A teoria de Russell, como já vimos, vê na linguagem somente a função de causar comportamentos, imagens ou sensações, o que limita muito todas as diferentes funções na multiplicidade que a linguagem possui e, segundo Wittgenstein, fazem parte desta multiplicidade não só a descrição dos fatos do mundo, mas também ordens, expectativas, perguntas, desejos, instruções e uma variedade de outras atitudes. Sendo assim, a teoria de Russell não considera nem a multiplicidade que a linguagem possui, e nem a sua característica “bipolar”, de ser verdadeira ou falsa em comparação com os fatos (já que sua função se limita a causar comportamentos). No caso da expectativa, para Russell é indeterminado o evento que pode realizá-la até que se experimente um sentimento de satisfação. Também esta sensação poderia ser qualquer coisa que não a própria realização da mesma, podendo também ser causada por um evento que nada tem a ver com sua realização. E segundo o próprio Russell, o desejo, em sua característica comumente aceita, passa a ser considerado somente como uma ilusão, sendo substituído pelo ciclo de comportamento. Qualquer coisa poderia ser aceita como a “realização de uma expectativa”, e isso não somente se aplica às expectativas e aos desejos, mas também às ordens. Segundo Wittgenstein, a teoria de Russell equivale ao seguinte exemplo: “*se dou uma ordem a uma pessoa e fico satisfeito com o que ela faz, então ela executou a minha ordem*”<sup>91</sup>. Não é porque alguém que deu uma ordem se sentiu satisfeito com alguma ação da outra pessoa que a recebeu, que a mesma foi cumprida. Este sentimento poderia ter sido causado por qualquer outra coisa. Esta é uma consequência, também absurda, decorrente de se pensar a linguagem funcionando dessa forma. A expectativa não precisa de um terceiro evento na sua relação com sua realização. Como o que Wittgenstein afirma no parágrafo §21c, tal sentimento de satisfação, prazer ou reconhecimento é irrelevante e deve ser descartado para se entender a linguagem e o pensamento e sua relação com os

---

<sup>90</sup> Id. Ibid. p. 73 e 72.

<sup>91</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações filosóficas*. p. 50.

fatos que representam. A relação entre expectativa e evento deve ser intrínseca, ou seja, deve estar na própria relação entre as duas, e não algo a ser adicionado depois, extrínseco à própria relação e “adicionado externamente à primeira”<sup>92</sup>.

A última crítica levantada aqui contra à teoria de Russell é que ela resulta em uma “regressão ao infinito”. Esta conclusão de Wittgenstein aparece no parágrafo §22c: para que um sujeito saiba que sua ordem foi obedecida, ou que sua expectativa foi realizada, ele precisaria, nos termos de Russell, reconhecer que sua expectativa foi realizada experimentando um sentimento de satisfação, mas, nesse caso, este mesmo sujeito também deveria “reconhecer que reconheceu” aquele evento como realização de sua expectativa, e assim *ad infinitum*. Se o critério para o reconhecimento do evento fosse um sentimento, então também precisaríamos de outro para que o mesmo fosse reconhecido como comprovação da realização da expectativa<sup>93</sup>. Portanto, sempre se precisaria de mais e mais critérios de reconhecimento, sendo estes sentimentos ou outras coisas. Mas o ponto central deste argumento é que, além de nunca se poder ter certeza de que a mesma foi realizada, também isto levaria a conclusão de que um terceiro evento exterior a relação entre a expectativa e evento nunca poderia ser um critério para explicar a relação entre ambas. A teoria causal de Russell mais uma vez se mostra insuficiente, repleta de falhas e de conclusões absurdas segundo a visão de Wittgenstein, contra a qual ele opôs sua própria concepção.

No parágrafo §20c e no §21b Wittgenstein inicia a sua exposição sobre a sua própria concepção da relação entre pensamento e fato, que também é a relação entre expectativa e evento. Retornando a essa passagem, constata-se que o autor coloca em destaque a necessidade da compreensão sobre o funcionamento da linguagem levando-se em consideração a centralidade do elemento de intenção. Em seguida afirma que a figuração é essencial para o mesmo (a figuração daquilo que se intenciona, ou seja, daquilo que se pretende). E finalmente começa a expor uma característica necessária da sua própria concepção: a conexão entre expectativa e evento deve estar baseada em uma relação interna entre ambos. Mais do que isso:

---

<sup>92</sup> Jocelyn BENOIST. *Realização*. p. 121.

<sup>93</sup> Mauro Luiz ENGELMANN. *Wittgenstein's Philosophical Development*. p. 76-77.

aponta para a consideração do *reconhecimento* como a “percepção” de uma relação interna entre ambos. Ou seja, é possível reconhecer que entre ambos nenhum evento a mais é necessário. Tal conexão deve se dar diretamente. Para se poder falar na possibilidade de um pensamento figurar um fato, é necessário que o mesmo possa fazê-lo sem qualquer intermediário. Tal necessidade é enfatizada no parágrafo §26a, onde se afirma que nenhuma relação externa seria possível se antes não houvesse uma interna. Isso significa que antes que se possa questionar um evento como realização de uma expectativa, é preciso já supor a sua possível conexão, pois caso contrário ela sequer poderia começar a ser questionada. O propósito de Wittgenstein é mostrar que não apenas essa relação é importante, mas é impossível que ela não esteja estabelecida. Se, na admissão de Russell de um fator externo, se pode perceber a impossibilidade de se saber antecipadamente o objeto da expectativa, no caso da concepção de Wittgenstein, tal conexão já seria reconhecida antes de tudo. Mas esta percepção de uma relação interna não é o fundamento deste reconhecimento. A mesma pode não ser percebida e mesmo assim seria possível reconhecer que um evento realizou a expectativa em questão. Sintetizando o parágrafo §21c, a teoria de Russell é criticada porque precisa de um terceiro evento entre pensamento e fato. A teoria figurativa de Wittgenstein precisa apenas dos últimos. Somente estes são necessários por que estão em relação interna, ou seja, ambos estão em uma relação “inseparável”.

Depois do parágrafo §21b, o termo aparece no §26a: aqui Wittgenstein argumenta que não pode haver somente uma conexão externa entre expectativa e evento. Uma conexão é interna se depende de uma relação interna. O argumento que se coloca aqui é que, para que seja possível se falar sobre o mundo, é necessário que esta relação interna já esteja estabelecida. Nas passagens §34c e §34d, o autor afirma que só se poderia ter expectativas situadas no mundo em que vivemos, ou seja, ela está relacionada aos fatos de modo direto. Mais do que isso, a expectativa cria um modelo do evento que se espera. Ela o antecipa. Neste sentido, a expectativa é um tipo de figuração do evento, ou seja, ela representa o evento que se espera. Pois se a expectativa já não estivesse relacionada com o mundo, ela sequer poderia fazer sentido.

O parágrafo §29 nos oferece mais explicações sobre esta relação. Aqui o autor afirma que a atitude de fazer surgir uma questão sobre se algum evento é

realmente a resposta para uma expectativa em questão significa colocar em dúvida o próprio sentido da mesma. E o sentido desta é algo que é reconhecido automaticamente, sem necessidade de qualquer outro critério. Quando um sujeito espera ver uma mancha vermelha no chão, também sabe que possui essa expectativa porque já conhece o seu sentido, ou seja, ele sabe as condições em que pode dizer que sua expectativa foi realizada ou não. A expectativa como modelo do evento é independente de ser este verdadeiro ou falso, e o sentido da mesma permite que o sujeito diga se ela foi realizada ou não (segundo o parágrafo §34c).

A base da concepção de relação interna para Wittgenstein se assenta na possibilidade de se comparar pensamento e fato. No parágrafo §23 o autor destaca a necessidade da mesma, para que seja possível se afirmar que a conexão entre o discurso e a ação se rompeu, ou seja, para que se possa dizer que uma proposição tem sentido, quando ela corresponde a uma situação possível, ou quando se pode dizer que ela é um contra-senso. Essa base pressupõe a possibilidade de se poder dizer que uma proposição é verdadeira ou falsa, ou seja, que ela corresponde ou não a um fato. Quando um sujeito faz uma afirmação, ele também tem uma expectativa de que a mesma seja verdadeira. Esta expectativa precisa poder ser realizada por um evento, ou seja, corresponder a ele. A relação interna entre a expressão desta e da expressão da descrição do evento que a realiza encontra-se presente na maneira como o evento pode substituir, ou seja, “preenchê-la”. O termo “preenchimento” de uma expectativa é mais preciso do que o termo realização, pois se poderia dizer que, na teoria de Wittgenstein a expectativa corresponde a uma forma vazia a ser preenchida por uma forma sólida (o evento esperado)<sup>94</sup>. Para a compreensão deste termo, a tradução para o inglês das *Observações* oferece uma perspectiva mais exata, ao utilizar a palavra *Fullfilment*<sup>95</sup>. A palavra *Erfüllung* no texto original permite este sentido, pois também poderia ser traduzida como “preenchimento”. O mesmo equivale a uma substituição, que é suficiente, de tal forma que nenhum evento a mais é necessário. Há aqui um certo direcionamento da mesma ao evento. Esta possui um caráter específico de ser expectativa de um

---

<sup>94</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações Filosóficas*. p. 55.

<sup>95</sup> Idem. *Philosophical Remarks*. p. 65.

evento particularmente, não podendo a mesma ser realizada por qualquer outro. Portanto, o fato de expectativa e evento estarem em relação interna revela que a primeira se encontra indissociavelmente direcionada ao segundo, que a substitui, quando esta é realizada. Se não fosse possível esta relação, então sequer se poderia fazer qualquer afirmação sobre o mundo, pois não haveria a possibilidade de comparar qualquer tipo de figuração com qualquer fato, seja na forma de uma expectativa, esperança, desejo, etc. Para que se possa fazer uma afirmação sobre uma relação externa, de que alguma proposição  $p$  é verdadeira ou falsa, então é necessário antes supor a possibilidade da conexão entre a proposição e o fato que ela descreve ou espera, pois se a mesma não for possível, sequer se poderia falar da primeira, ou seja, jamais se poderia falar que uma mancha azul está ao lado de um quadro vermelho, por exemplo. Dessa forma, para que se possa fazer qualquer afirmação contingente sobre o mundo é preciso que exista uma relação interna presente entre a expectativa de se reconhecer um evento e o próprio.

Wittgenstein continua a sustentar uma forte concepção de figuração ainda neste momento. A conexão entre pensamento e fato é possibilitada pela comparação entre ambos, ou seja, pela necessidade de verificação. Esta última consiste na atitude de se olhar para o mundo de modo direcionado, ao se procurar pela realização da expectativa. Sendo esta uma forma de figuração, pode-se dizer que é uma figuração com uma intenção direcionada a um evento específico. No entanto, a intenção não equivale à figuração. A primeira poderia ser descrita como algo que está expressa na comparação entre figuração e fato. Neste caso, a intenção corresponde a um “método de projeção”. Este termo foi usado em alguns momentos no *Tractatus*, e corresponde ao ato de usar um fato como figuração de outro fato. A intencionalidade se encontra presente na maneira como uma figuração representa um fato. Sendo também a figuração um fato como outros no mundo, ela é utilizada de uma certa maneira, a fim de figurar uma situação. E é neste sentido que a figuração “antecipa”, e é um “modelo” do fato figurado.

A descrição acima a respeito da intenção revela que o sujeito, ao esperar ver uma mancha vermelha, já sabe o que vai encontrar, ou seja, já sabe o que deve procurar e *como* procurar. Na concepção de Wittgenstein, no §28a, a expectativa é comparada a uma procura: quando alguém procura algo já sabe o que deve encontrar, mesmo que o objeto de sua procura não exista no momento. Esta

afirmação baseia-se na concepção do autor de que o sentido de uma proposição deve ser anterior à sua verificação, e deve ser independente da sua possibilidade de ser verdadeira ou falsa. Pode-se dizer que uma das características da proposição é a sua bipolaridade: o seu sentido está relacionado à sua possibilidade da sua verdade ou falsidade, mas não depende da sua verdade. Isso também acontece com a expectativa, na argumentação das *Observações*: o significado desta é o evento que a responde, e o seu sentido é conhecido antes que o evento aconteça. A expectativa, portanto, é preenchida pelo evento que responde a ela, e não precisa de qualquer elemento exterior: se o evento aconteceu, a expectativa foi realizada, e se não aconteceu, a expectativa não foi realizada. Mas podemos saber que a expectativa foi realizada sem precisar experimentar qualquer sentimento de satisfação, pois, a mesma é definida por aquele evento específico em questão: se alguém espera uma chuva e não chove, este sujeito pode dizer que a mesma não foi realizada porque era exatamente a chuva o que se esperava. O sujeito em questão já saberia o que poderia realizar a sua expectativa. Dessa forma, dar uma descrição do que se espera que aconteça significa dar uma “descrição interna” da mesma, segundo o que se afirma no parágrafo §29b. Aqui ele mostra a confusão que Russell faz ao usar o exemplo da fome para caracterizar o desejo e a expectativa. Aquilo que acontece com a fome pode ser explicado da seguinte forma: Um sujeito tem fome e sabe que, se comer algum tipo de alimento poderá satisfazê-la. Para ele não importa qual tipo de alimento ele vai comer, pois se uma criança, em vez de comer um prato de comida, comer hambúrgueres, a fome pôde ser satisfeita da mesma forma. O problema aparece em expectativas por coisas mais definidas, como esperar comer uma maçã. Se no lugar da maçã um sujeito acaba comento outra fruta, como afirma Benoist, não dizemos que a expectativa foi realizada, mas que foi somente abandonada<sup>96</sup>.

O parágrafo §29 mostra-se essencial para se descrever o que o autor entende aqui como uma relação interna. Quando alguém espera ou deseja alguma coisa, é evidente que esta mesma coisa não esteja presente no momento. Muitas vezes a intencionalidade é definida como a descrição de um evento ausente, ou seja, como a

---

<sup>96</sup> Jocelyn BENOIST. *Realização*. p. 121.

representação do mesmo. Tratando-se da figuração, é possível dizer que uma proposição é a figuração de uma situação possível. Tal situação ou evento é o significado da expressão desta expectativa. Sendo assim há uma relação entre a expressão da última e a descrição do primeiro. Esta relação é caracterizada como necessária, pois colocá-la em dúvida seria o mesmo que duvidar do próprio sentido da expressão da expectativa<sup>97</sup>, que é anterior à sua verificação. Em outros termos, é possível dizer que o sentido da expressão da expectativa é a sua possibilidade de ser ou não realizada. Portanto, descrevê-la através da expressão do evento que se espera significa mostrar essa relação interna, que é uma relação intrínseca: a expectativa é um modelo do evento no sentido de que é deste e não de outro evento. E só é possível se esperar algo que possa estar dentro dos limites do possível pela linguagem.

A relação interna se trata de uma relação logicamente necessária, e tal necessidade pode ser mostrada na própria estrutura gramatical da linguagem. Anteriormente, no *Tractatus*, se diria que há relações internas entre proposições e fatos, para que um pudesse ser a figuração do outro. Possibilitada pela mesma forma lógica entre linguagem e mundo, a concepção de “relação interna” é essencial para a filosofia anterior de Wittgenstein, e também para a o desenvolvimento do seu pensamento sobre a necessidade da intencionalidade na linguagem nas *Observações*. Esta é herdeira não só desta concepção, mas da concepção de figuração, projeção e de análise. Portanto é evidente a continuidade das reflexões presentes no *Tractatus* que são reformuladas ou reafirmadas no momento das *Observações*.

O termo “relação interna” recebe sua definição no *Tractatus*, no qual desempenha um papel fundamental, como uma das bases da sua filosofia neste momento. Portanto, tendo em mente as consideráveis diferenças entre as concepções e fundamentos teóricos do *Tractatus* e das *Observações*, é necessário buscar no primeiro a concepção de relação interna, para que se possa entender o papel que esta desempenha neste momento do pensamento do autor nas *Observações*. Portanto, o próximo capítulo analisará a importância que este mesmo

---

<sup>97</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações Filosóficas*. p. 53.

termo recebeu no *Tractatus*, para entender se a concepção de “relação interna” se manteve inalterada nas *Observações* ou se sofreu modificações para se adaptar às mudanças na concepção figurativa. A argumentação de Wittgenstein a respeito da diferença dos termos “interno” e “externo” aparece com muita frequência nesta obra, onde também o autor os define. Wittgenstein utiliza muitas vezes nesta obra os termos “relações internas”, “relações externas”, “propriedades internas” e “propriedades externas”. É possível observar que estes termos são ampliados ao se falar sobre “descrição interna”, “descrição externa”, “conexão interna” e “conexão externa”. Para que se possa entender como ele faz uso dos mesmos, e em que sentido, faz-se necessário voltar ao *Tractatus* e fazer nele uma análise nas passagens em que estes termos aparecem, explicando seus significados. Esta análise tratará agora do modo como a caracterização dos termos “interno” e “externo” aparecem nos *Tractatus* e buscará principalmente fazer uma análise do que são as relações internas e externas nesta obra.



#### 4. Intencionalidade e relação interna no *Tractatus Logico-Philosophicus*

##### 4.1 A concepção de relação interna e sua importância no *Tractatus Logico-Philosophicus*

A concepção de “relações internas”, definida de modo claro no *Tractatus*, é essencial para a estrutura da relação entre pensamento e mundo presente nesta obra. É importante ressaltar o vínculo intrínseco entre linguagem e pensamento pois, o que não se pode pensar também não é possível dizer (conforme o autor afirma no parágrafo 5.61 do *Tractatus*), e ao mesmo tempo os limites do pensamento são traçados na linguagem, tal como o autor ressalta em seu prefácio<sup>98</sup>. O objetivo desta seção é localizar a caracterização e o papel das relações internas tal como foram pensadas neste momento. Para tanto, serão utilizadas referências das passagens desta obra, que em sua maioria serão colocadas entre parênteses.

Wittgenstein define sua concepção de relações internas juntamente com sua definição de propriedades internas. O trecho no qual se iniciam estas definições é o parágrafo 4.122. A respeito da propriedade interna, afirma que é definida por ser “impensável que seu objeto não a possua”, e a respeito de uma relação interna, que “é impensável que seus objetos não estejam nesta relação”<sup>99</sup>. Dessa forma, tanto a primeira quanto a segunda são intrínsecas aos seus objetos, e devem estar necessariamente presente nos mesmos. O exemplo dado pelo autor deixa isso muito claro, pois afirma que um azul claro está em uma relação interna de mais claro para um azul escuro<sup>100</sup>. Jakub Macha descreve mais detalhes a respeito do uso deste exemplo, que parece problemático à primeira vista: se alguém afirma que o objeto A possui uma cor azul mais escura que o objeto B, estaria afirmando uma relação externa entre ambos, pois a cor de ambos objetos poderia ser diferente. Se falasse apenas que a cor azul do objeto A é mais escura que a do objeto B, ainda

---

<sup>98</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*. p. 131.

<sup>99</sup> Id. Ibid. p. 181. 4.122.

<sup>100</sup> Id. Ibid. p. 181. 4.123.

estaria descrevendo uma relação externa, pois a cor azul poderia desbotar, por exemplo. No entanto, a relação interna está presente na comparação da porcentagem de claridade do azul escuro, de cerca de 40% em relação ao azul claro, de cerca de 90% de claridade. Admitindo-se que 40 é menor que 90, trata-se de uma relação interna, pois o contrário não poderia ser possível<sup>101</sup>.

Explicando de uma maneira mais detalhada, uma propriedade interna é tal que o seu objeto deve possuí-la para ser pensável como o objeto que é, e sem a qual não teria a sua própria identidade, ou seja, sem a qual não seria possível pensá-lo. Dessa forma, é logicamente necessário que a possua. Um exemplo de uma propriedade interna se encontra a partir do parágrafo 2.01231 ao 2.033: um objeto espacial deve poder ser localizado no espaço, um objeto do tato deve ter uma dureza e, mais importante, deve poder fazer parte de estados de coisas, ou seja, não se pode pensar os objetos “fora da sua possibilidade de ligação com outros”<sup>102</sup>. Essa ligação é uma forma de relação, tal como “os elos de uma corrente”<sup>103</sup>. No entanto, é necessário que objetos estejam relacionados de alguma forma, e suas possíveis configurações sejam algo variável. É necessário que um objeto esteja relacionado a outros, que esteja ligado a outros no estado de coisas. Portanto, não se pode pensar um objeto isoladamente, fora dessa ligação com outros.

Segundo Jakub Mácha, existem alguns níveis na concepção figurativa do *Tractatus*<sup>104</sup>. Estes poderiam ser descritos da seguinte forma: a realidade é a totalidade dos estados de coisas existentes e inexistentes. O mundo é a totalidade dos fatos, e estes são compostos de estados de coisas. Os fatos são relações de objetos. A figuração pode ser de diferentes formas, sendo que a própria figuração é um fato. O pensamento é uma figuração do mundo porque possui a mesma forma lógica que o mesmo e, portanto, é uma figuração lógica. A linguagem é a expressão do pensamento, e é a totalidade das proposições, sejam elas verdadeiras ou falsas. Estas últimas são “complexos” constituídos por proposições elementares, que são

---

<sup>101</sup> Jakub MÁCHA. *Wittgenstein on Internal and External Relations*. p. 45.

<sup>102</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*. p. 137.

<sup>103</sup> Id. Ibid. p. 141.

<sup>104</sup> Jakub MÁCHA. *Wittgenstein on Internal and External Relations*. p. 69.

relações de nomes (seria possível chamar também as proposições complexas como moleculares e as proposições elementares como atômicas, apesar de Wittgenstein não utilizar estes termos). Proposições complexas figuram fatos, enquanto as elementares figuram estados de coisas. Os nomes denotam os objetos e, por isso tem *significado*. As proposições tem *sentido*, quando se sabe os significados de seus nomes e suas combinações possíveis com outros, podendo as mesmas corresponderem aos estados de coisas e serem verdadeiras, ou não corresponderem aos estados de coisas e serem falsas. Portanto, o sentido de uma proposição é possibilidade que ela tem de ser comparada aos fatos e estados de coisas, ou seja, é a possibilidade de dizer se ela é verdadeira ou falsa. Como não se pode inferir nenhuma proposição elementar de outra, assim como não se pode inferir um estado de coisas de outro<sup>105</sup>, a verdade das proposições é contingente e as mesmas são independentes umas das outras, ou seja, a verdade de uma proposição elementar não depende da verdade de outra, mas somente da sua comparação com o estado de coisas. E para que uma proposição seja verdadeira, deve ser possível pensar que ela também possa ser falsa (característica bipolar da proposição). É essa sequência de correspondências entre a figuração e o mundo a estrutura da concepção figurativa de Wittgenstein.

Uma relação interna é aquela que seus objetos não podem deixar de ter, ou seja, que seja impensável e impossível que os mesmos não estejam nesta relação. A essas relações intrínsecas, Wittgenstein opõe as relações externas, que são contingentes. Exemplos destas, segundo Hans Glock<sup>106</sup>, são as proposições das Ciências Naturais: afirmações da física ou da química, que podem ser corrigidas por uma investigação posterior. A afirmação de que um corpo em queda livre possui uma velocidade de  $9,81 \text{ m/seg}^2$ , ou que o sol é o centro do sistema solar são proposições que poderão ser consideradas falsas no futuro, tanto quanto afirmações verificáveis do cotidiano, como a que afirma que João tem 1,73m de altura ou que Sócrates é grego.

---

<sup>105</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*. p. 141.

<sup>106</sup> Hans-Johann GLOCK. *Dicionário Wittgenstein*. p. 318-319.

Em contraste com estas relações externas, as relações internas não podem ser consideradas falsas. Ainda falando sobre os estados de coisas, neles os objetos mantêm entre si estas relações, pois é impensável que seus objetos não estejam relacionados. No caso de uma relação externa, é preciso que ela também possa ser falsa. No entanto, não pode ser falso que os objetos estejam relacionados internamente de alguma forma nos estados de coisas. Segundo Glock, não poderia existir um planeta no qual o branco fosse mais escuro que o preto<sup>107</sup>. Mas estas relações internas podem ser pensadas como o fundamento da própria teoria da figuração, estando relacionadas à concepção de “forma lógica” desenvolvida no *Tractatus*.

Segundo Wittgenstein, para que uma proposição possa ser uma figuração de um fato, ela deve estar em relação interna com o mesmo, e da mesma forma, as proposições elementares devem estar em relação interna com os estados de coisas. A proposição complexa está em relação interna com as proposições elementares que as constituem. Para que uma proposição possa figurar um fato, ela deve ter algo em comum com este: a sua forma de afiguração. A figuração pode ser de diferentes formas, mas deve ter algo em comum com a realidade: a sua forma lógica. No entanto, essa forma lógica, bem como a forma de afiguração da figuração, não podem ambas ser descritas, mas somente serem mostradas. Se o pensamento é uma figuração da realidade, porque tanto a figuração quanto a realidade possuem a mesma forma lógica, então o pensamento é uma figuração lógica. Esta descrição da relação entre a figuração e a realidade se encontra do parágrafo 2.1 até o 2.201. Neles o autor afirma que “figuramos os fatos” e que a figuração é um modelo da realidade, que “vai até a realidade”<sup>108</sup>. Ela é comparada pelo autor com “antenas”<sup>109</sup> e com uma “régua aposta a realidade”<sup>110</sup>. É possível concluir então que a figuração se direciona até a realidade, mas só pode afigurá-la porque possui a mesma forma lógica que a mesma, e que é “anterior” à figuração. Porém, em que consiste essa

---

<sup>107</sup> Hans-Johann GLOCK. *Dicionário Wittgenstein*. p. 319.

<sup>108</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*. p. 143.

<sup>109</sup> Id. *Ibid.* p. 143.

<sup>110</sup> Id. *Ibid.* p. 143.

forma lógica? Segundo o autor, consiste em que os elementos da figuração estejam “uns para com os outros” com os elementos dos estados de coisas, ou seja, com os objetos. Portanto, proposição e fato estão em relação interna porque ambos possuem a mesma forma lógica.

As relações internas não são somente entre proposição e fato, de uma forma “vertical”, mas também estão presentes de forma “horizontal” entre proposições e seus elementos. Wittgenstein afirma que “a proposição que trata do complexo está em relação interna com a proposição que trata das partes constituintes deste complexo”<sup>111</sup>. Assim, a proposição que descreve o fato, que é um complexo de situações, ou seja, de estados de coisas, está em relação interna com as proposições elementares que fazem parte desta mesma proposição complexa e que afiguram estes estados de coisas, que fazem parte do fato. Relações internas entre proposições que representam situações podem exprimir relações entre estas mesmas situações<sup>112</sup>. Assim sendo, segundo o *Tractatus*, a linguagem é um espelho da realidade, pois as mesmas relações do mundo podem ser espelhadas nas relações internas entre as proposições que as representam. Tais relações são estruturais, ou seja, não podem ser descritas, mas só podem ser mostradas. Se fosse possível descrever uma relação interna, seria preciso que essa mesma relação interna pudesse ser verdadeira ou falsa. No entanto, as mesmas estão na base da figuração, porque tanto pensamento (ou linguagem) e mundo possuem essa mesma forma lógica. Elas são as mesmas e partilhadas entre linguagem e mundo, e anterior a qualquer figuração possível. Melhor dizendo, essa partilha da mesma forma lógica entre figuração e mundo é a condição para que se possa figurá-lo. Sendo assim, como ela é anterior e condição da linguagem e do pensamento, ela não poderia ser expressa nestes, pois caso contrário, seria preciso outra forma lógica para descrever a linguagem, que descreve a primeira, e assim *ad infinitum*. A mesma não pode ser expressa pela linguagem porque é condição da própria linguagem e da própria figuração, e da mesma forma as relações estruturais que fazem parte desta forma lógica, ou seja, as relações internas, não podem ser

---

<sup>111</sup> Id. Ibid. p. 151.

<sup>112</sup> Id. Ibid. p. 183.

descritas, pois as mesmas também são condições para que a linguagem possa ser uma figuração do mundo. Portanto, não está, em lugar algum, posto no *Tractatus*, a questão se é possível ou não representar o mundo através do pensamento, da linguagem etc. O *Tractatus* já parte da premissa que existe uma estrutura lógica do mundo em fatos, e que estes podem ser figurados. Esta questão sequer poderia ser posta, porque as relações internas entre figuração e fato, propiciadas por esta mesma forma lógica, tornam possível que façamos qualquer pergunta, inclusive esta questão. Se for admitida a concepção de Wittgenstein de que há relações internas entre figuração e mundo, então não é possível colocar em dúvida a possibilidade de, por exemplo, se o pensamento e a linguagem podem figurar o mundo.

As relações internas entre as proposições complexas e entre as proposições elementares tornam possíveis que se possa operar com proposições e, a partir da verdade de algumas proposições elementares, que compõem as proposições complexas, é possível chegar à verdade destas últimas. Segundo Mathieu Marion, Wittgenstein afirma no parágrafo 5.23 que são as operações de verdade que tornam possível que se chegue a uma proposição a partir de outra, e no parágrafo 5.232 que essas operações são equivalentes às relações internas: por meio da análise das proposições em tabelas de verdade e falsidade<sup>113</sup>. Segundo ele, Wittgenstein não teve o mérito de criar este método, mas o utilizou amplamente como, por exemplo, a substituição de proposições por sinais como variáveis, tais como:  $p$ ,  $q$ ,  $r$ ,  $s$ , etc. E também utilizou conectivos lógicos para simbolizar as diferentes relações entre estas proposições como, por exemplo, sinais de conjunção, negação, implicação, etc.<sup>114</sup> Através do resultado destas operações, a partir da verdade de proposições elementares, se poderia também afirmar a verdade de proposições complexas, que são compostas daquelas, gerando também funções de verdades<sup>115</sup>. Pois a proposição é uma “função de verdade das proposições elementares”<sup>116</sup>. Mas não se pode confundir funções com operações, pois só as funções de verdade, como

---

<sup>113</sup> Mathieu MARION. *Introdução ao Tractatus Logico-Philosophicus*. p. 90.

<sup>114</sup> Id. *Ibid.* p. 85.

<sup>115</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*. p. 213 e 217.

<sup>116</sup> Id. *Ibid.* p. 213.

resultado das operações de verdade, podem enunciar algo, porque dependem das suas bases: as proposições elementares. Sendo assim, uma proposição complexa, que é função de verdade de proposições elementares depende da verdade destas. Uma proposição elementar é uma função de verdade de si mesma porque a verdade destas depende da sua comparação com os estados de coisas. Segundo o autor, não é possível colocar as proposições em relação para que se chegue á outra proposição, como resultado de uma operação, mas estas mesmas relações já estão presentes e tornam possíveis estas mesmas operações de verdade. Wittgenstein também afirma que estas operações são expressões de “relações entre estruturas”, ou seja, de relações internas. Portanto, a concepção do autor sobre relações internas torna possíveis estas operações de verdade, porque estas equivalem a relações internas.

A partir da análise do que o *Tractatus* afirma sobre o que são relações internas e sobre o papel atribuído a elas, delimitado na exposição acima, conclui-se que as mesmas são, não somente um detalhe na concepção de linguagem desta obra, mas absolutamente necessárias para a sustentação da análise desenvolvida por Wittgenstein. A própria possibilidade da figuração corresponder ao mundo sustenta-se da pressuposição de que entre estes estejam estabelecidas estas relações. Como foi afirmado acima, as mesmas se caracterizam por ser impensável que seus elementos não estejam nesta relação. Assim, é logicamente necessário que uma proposição tenha a possibilidade de descrever um fato pela correspondência entre seus elementos. Não é possível sequer questionar essa mesma possibilidade. Ao contrário destas, relações externas são aquelas que podem não acontecer. Não há prejuízo para a identidade dos elementos em relação que esta última não se realize. Sendo assim, em uma proposição, um objeto particular pode ser descrito como grande ou pequeno, ou pode estar acima ou abaixo de outro. Tais relações são contingentes, e não necessárias. A tarefa da proposição é poder ser comparada com o fato, para que se possa dizer se esta relação entre objetos é verdadeira ou não. No entanto, é necessário à um nome que esteja ligado a outros no contexto da proposição, em uma relação interna. Se não fosse assim, não haveria a possibilidade de existir tal proposição. Outro exemplo da mesma é a possibilidade de correspondência dos elementos simples da proposição, ou seja, os nomes corresponderem aos objetos. Se esta não fosse uma relação

interna, então a mesma poderia ser falsa, ou seja, a possibilidade dos primeiros corresponderem aos segundos também poderia não acontecer, e isso resultaria em uma impossibilidade lógica. Estas relações internas não precisam ser estabelecidas, mas as mesmas são pressupostas para que qualquer forma de discurso seja possível. Elas são necessárias, e não contingentes, pois não podem deixar de estar presentes, pois se assim fosse toda a estrutura da linguagem entraria em colapso. Elas são anteriores à linguagem, e condição para o seu funcionamento, fazendo parte da sua estrutura lógica.

Se é condição para a linguagem que os elementos da figuração estejam em correspondência com os elementos do fato, em uma relação interna, necessária, e imprescindível, então não há como questionar a presença destas relações. Estas não podem ser descritas, mas apenas mostradas na estrutura lógica da própria linguagem. Portanto sequer poderia fazer sentido tentar descrevê-las, mas apenas se poderia mostrar a sua necessidade. Não seria possível qualquer discurso significativo ou qualquer figuração se os elementos da figuração como, por exemplo, os nomes na proposição, não estivessem em relação interna. Se as proposições são ligações de nomes, as mesmas devem ser articuladas de tal forma que reflitam relações de objetos nos fatos. E devem também permitir que se possa inferir a sua verdade através da verdade das proposições elementares que as compõem. Se não fosse assim, também as funções de verdade não poderiam ser possíveis. A estrutura da própria lógica exige que estejam estabelecidas relações internas entre figuração e fato, ou seja, entre linguagem e mundo. Baseando-se na necessidade de relações internas está organizado todo o edifício da lógica do *Tractatus*. Estas são condições tanto para a linguagem quanto para o pensamento. É possível se falar nestas relações porque a linguagem, e por conseguinte o pensamento, e o mundo possuem a mesma estrutura, ou seja, a mesma forma lógica. Portanto, estas relações internas que existem, fundamentadas na identidade entre a forma lógica do mundo e do pensamento possibilitam a figuração.

Voltando a tratar da figuração, há ainda a possibilidade de se questionar sobre como ela acontece. Se a mesma é um fato (segundo o parágrafo 2.141), como seria possível que “um fato figurasse outro fato”? Para tratar deste tema será preciso voltar para o parágrafo 4.01, onde o autor fala da linguagem como figuração. A linguagem, como palavras escritas no papel ou faladas, são fatos como todos os



outros no mundo. A mesma é um modelo da realidade, mas de tal forma que, á primeira vista não parece ser uma figuração<sup>117</sup>. Para que se possa aproximar mais de uma linguagem que corresponda à realidade, de maneira mais simples, seria possível pensar na escrita hieroglífica<sup>118</sup>, que é uma escrita que se exprime em imagens. Na notação da Lógica, isso poderia ser ilustrado pela estrutura da proposição como  $aRb$ , ou seja, representando a relação de um objeto “a” com um objeto “b”. No entanto, a proposição na linguagem comum é inteligível e seu sentido é imediatamente entendido na medida em que se costuma saber do que ela trata, ou seja, saber qual situação a mesma descreve. Esta mostra o seu sentido através de suas propriedades internas e, apesar de a linguagem ser um “traje que disfarça o pensamento”<sup>119</sup>, as propriedades internas da proposição e do fato são identificáveis por causa da mesma forma lógica entre ambos. Possibilitada por esta mesma forma lógica, a proposição tem a multiplicidade necessária para descrever o fato. Esta pode se resumir em os elementos da proposição estarem “uns para com os outros” com os elementos do estado de coisas.

A linguagem é veiculada através de sinais gráficos, ou seja, de marcas no papel ou nos sons emitidos pela voz. A proposição, como sinal, é chamada por Wittgenstein de “sinal proposicional”, que se encontra em “relação projetiva” com o mundo<sup>120</sup>. Nesta proposição como sinal proposicional “não está contido o seu sentido, mas sim a possibilidade de exprimi-lo”<sup>121</sup>. Dessa forma, projeta-se uma proposição como sinal proposicional, ou seja, como sinais gráficos e a mesma é utilizada como símbolo para a figuração de um fato. Em outras palavras, utiliza-se o sinal proposicional, que é um fato, como figuração de outro. No entanto isso se faz segundo um “método de projeção”, que equivale a “pensar o sentido da proposição”<sup>122</sup>. O sentido de uma proposição corresponde às condições nas quais se pode dizer que uma proposição é verdadeira ou falsa. E corresponde também

---

<sup>117</sup> Id. Ibid. p. 167.

<sup>118</sup> Id. Ibid. p. 169.

<sup>119</sup> Id. Ibid. p. 165.

<sup>120</sup> Id. Ibid. p. 149.

<sup>121</sup> Id. Ibid. p. 149.

<sup>122</sup> Id. Ibid. p. 149.

que os elementos da proposição estejam “uns para com os outros” com os elementos do estado de coisas de certa maneira. A proposição como sinal proposicional é composta por “sinais simples” que o autor chama de “nomes”. Portanto, como a forma lógica do mundo equivale à forma lógica da proposição (correspondem à mesma), então os nomes não podem ser descritos, pois eles são os elementos mais simples da linguagem. Estes nomes correspondem aos objetos simples, e da mesma forma proposições não podem ser nomeadas. Se um nome pudesse ser descrito, por exemplo, seria necessário outro sinal para denotar os elementos desta descrição, e assim mais uma vez regredindo ao infinito. Uma proposição não pode ser nomeada porque ela é “completamente analisada”, ou seja, ela precisa ser decomposta em suas partes mais simples, que são estes mesmos sinais simples. Esta estrutura já corresponde à equivalência entre a forma lógica do mundo e da linguagem, e já mostra que a proposição, segundo o autor, não é uma sequência de nomes misturados, pois para figurar ela precisa ser articulada. Portanto, esta mesma articulação corresponde ao método que a proposição precisa para ser empregada para figurar o fato. Pensar o sentido da proposição significa, então, saber as condições em que uma proposição pode ser verdadeira ou falsa de modo imediato, pela correspondência dos elementos da figuração com os elementos do fato de forma articulada. No entanto, resta ainda uma questão: como as proposições podem ser utilizadas para figurar um fato? A admissão da concepção de Wittgenstein até aqui parece sugerir a necessidade de uma intenção que figure os fatos através do pensamento, e para utilizar fatos como figuração de outros fatos.

A questão a respeito da intenção na figuração e da intenção pressuposta na proposição está vinculada a concepção de figuração como utilização do sinal proposicional. O próprio autor afirmou que a essência do sinal proposicional pode ser melhor entendida quando, em vez de se utilizar palavras, fazer uso de objetos como cadeiras, mesas, etc. Alguém, para fazer a descrição da disposição dos livros na sua estante, poderia fazer um desenho de como sua estante está no momento, com três livros azuis, um ao lado do outro, em ordem de tamanho da esquerda para a direita, e do maior para o menor. Isso é uma forma de figuração, pois utiliza uma ilustração como figuração segundo as respectivas disposições dos livros no espaço da estante. Outra pessoa poderia utilizar três borrachas, de diferentes tamanhos para figurar a mesma disposição destes objetos. E outro ainda poderia falar algumas

frases, dizendo que o livro A se encontra à esquerda dos livros B e C, e que o B se encontra entre A e C, e que C se encontra à direita de A e B, ou mesmo poderia dizer “a sequência de livros é A, B e C da esquerda para a direita”, etc. todas essas formas de proposição, se não fossem projetadas como proposições, seriam apenas fatos: riscos feitos no papel (desenho), três objetos em cima da mesa (livros em miniatura) e sons emitidos pela voz. No entanto, estes fatos são usados como símbolos para representar uma situação, sendo que sem uma intenção para utilizá-las, não seriam mais do que fatos iguais aos outros. O mundo é composto de fatos, e nele só existem fatos, a não ser que uma possível intenção possa utilizar alguns fatos para figurar outros fatos. Wittgenstein afirma que “o sinal proposicional empregado, pensado, é o pensamento”<sup>123</sup>. Portanto o sinal proposicional, para ser pensamento, precisa ser empregado, usado, e isso pressupõe uma intenção que o use. Pois o ato de usar um fato como figuração de outro fato segundo um método de projeção é um ato que pressupõe uma intencionalidade. O pensamento, como figuração lógica, é “intencional”, ou seja, pressupõe uma intencionalidade em seu ato de figurar os fatos.

Existem muitas interpretações a respeito da função de uma possível intencionalidade no *Tractatus*, ou até mesmo da necessidade de um tipo de “sujeito” desta intencionalidade. Na próxima seção será realizada uma breve exposição de algumas leituras e interpretações a respeito deste tema no *Tractatus*, e sobre a possibilidade de se falar sobre uma intenção vinculada ao método de projeção.

#### 4.2 Sobre a possibilidade de intencionalidade na concepção figurativa do *Tractatus Logico-Philosophicus*

O tema da intencionalidade vem à tona em muitos momentos no percurso intelectual de Wittgenstein. Em nenhum momento encontramos no *Tractatus* as palavras “intencionalidade”, “intencional” e nem mesmo “intenção” no sentido em que aborda este trabalho. No entanto, segundo o caminho desenvolvido na análise

---

<sup>123</sup> Id. Ibid. p. 163.

da concepção figurativa de Wittgenstein, não há como fugir da questão sobre a possibilidade de se falar em intencionalidade nesta obra, e mesmo explicitamente ausente, esta parece estar implicitamente presente. De acordo com a análise realizada a respeito do método de projeção no *Tractatus*, é possível dizer que o ato da figuração é realizado de forma intencional, já que há uma projeção realizada, na qual se utiliza um fato como figuração de outro fato. Até que seja usado como figuração, e mesmo depois, a figuração continua sendo um fato como outros, não importando se esta for uma proposição, um gráfico ou um desenho, por exemplo. Mas até que seja usada dessa forma, nenhuma destas é figuração de nada, pois o mundo é composto de fatos, e nada mais. Portanto, é preciso um “ato”, no qual a proposição, por exemplo, possa ser usada para figurar alguma coisa. Se o mesmo não pudesse ser realizado, então sequer haveriam figurações.

Aparentemente a armação lógica do *Tractatus* parece não dar espaço para a um elemento de intencionalidade no ato de dar significado aos nomes, e também na figuração. Wittgenstein mostra uma estrutura que está presente tanto na linguagem quanto no mundo, que parece já estar estabelecida: Existe o mundo e a linguagem como figuração do mesmo, sendo que ambos possuem uma forma lógica idêntica, que por sua vez possibilita à segunda ser uma descrição completa do primeiro, como um espelho do mundo. Mas o autor deixa escapar uma pista da necessidade de um ato de intencionalidade, ao afirmar no parágrafo 2.1 que “figuramos os fatos”. Se assim o autor afirma, possivelmente deve haver uma intenção, no sentido de figurar algo através do pensamento ou da linguagem, ou seja, de representar algo. O autor deixa um espaço para um “ato” de figurar, e utiliza marcas no papel ou sons emitidos pela voz para isso. Se uma proposição: “o livro verde está ao lado do livro azul” reflete um estado de coisas é porque, para alguém que conhece a língua portuguesa, a mesma possui sentido, ou seja, é uma descrição possível desta situação. Quem consegue ler esta sentença sabe que a mesma figura a disposição destes objetos na estante. Até mesmo uma pessoa que não conhece este idioma poderia dizer que se trata de uma frase, ou pelo menos de um conjunto de palavras. Assim, a pergunta que se poderia fazer, sobre como algumas marcas no papel poderiam descrever estados de coisas no mundo, pode ser respondida: um ato de intencionalidade que pode usar este fato para figurar outro.

O tema da possibilidade de intencionalidade nesta obra também se mostra importante em seu vínculo com a concepção de relações internas, na medida em que as mesmas são relações diretas entre pensamento e fato, e de certa forma há um ato de correlacionar os elementos da proposição com os elementos do estado de coisas. Sabendo-se que estas relações são necessárias a ambos, na maneira como uma proposição é dirigida para um fato encontra-se também este ato intencional de direcionamento da proposição para o estado de coisas, se tornando uma figuração deste último. Este tema ainda será brevemente abordado na exposição de três importantes interpretações a respeito da possibilidade de intencionalidade neste momento da filosofia de Wittgenstein. Cada uma destas reflexões dos autores a seguir refletem uma posição específica a respeito da possibilidade de intencionalidade nesta obra.

Em primeiro lugar será realizada uma exposição da análise de João Vergílio Cuter, que destaca a necessidade de se falar em intencionalidade no *Tractatus*. Em seguida será exposta a concepção de Mathieu Marion, que localiza nesta obra uma concepção de intencionalidade ainda não completamente acabada. E finalmente será exposto o pensamento de Mauro Luiz Engelmann, que compara a intencionalidade ao “método de projeção” presente no *Tractatus*. Como conclusão, será realizada uma descrição da maneira como o elemento de intencionalidade desempenha uma função dentro da concepção de figuração do *Tractatus*, com base na importante contribuição destes autores.

#### 4.2.1 Sobre a intencionalidade na nomeação, figuração e operações de verdade

Será utilizado o artigo *Por que o Tractatus Necessita de um Sujeito Transcendental*, de João Vergílio Cuter para a exposição da interpretação deste autor a respeito da possibilidade de se falar em uma forma de intencionalidade no *Tractatus*. Nele, o autor admite a possibilidade de uma intencionalidade necessária para a própria relação entre linguagem e mundo. Embora não apareça explicitamente, a mesma encontra-se na concepção de “relação afigurante”, que equivale à correspondência entre a coordenação dos elementos da figuração com os

elementos do fato. Segundo o autor, são aquelas “antenas” que atingem o mundo, e mais especificamente, na relação que torna possível que o nome designe o objeto nomeado. Aqui, a designação dos objetos é uma relação “assimétrica”, ou seja, é uma relação que vai da linguagem para o mundo em um tipo de “direcionamento”<sup>124</sup>. Se ela funciona desta forma, então a mesma é intencional, ou seja, ela se dirige para alguma coisa. Mais do que isso, essa relação é instituidora do significado. É ela que atribui nome às coisas, e por isso não deve estar entre os fatos, mas a mesma é condição da possibilidade do sentido. É possível chamar essas “relações afigurantes” de “relações internas”, objeto de análise da seção anterior.

Admitindo-se que a relação afiguradora é intencional, e instituidora do significado, então a linguagem projetaria um elemento dela mesma, ou seja, o nome, em um elemento do mundo, que é o objeto. Tal projeção poderia ser realizada segundo o “método de projeção” exposto no *Tractatus*. No entanto, se estas relações afigurantes, que são relações internas, não podem ser expressadas em uma proposição, então elas entram no tipo de coisa que só pode ser mostrada, porque está fora dos fatos e, portanto, fora do mundo. Se as mesmas pudessem ser descritas, então deveriam entrar na condição de serem verdadeiras ou falsas. Como já foi visto, o sentido de uma proposição não deve pressupor a sua verdade, mas o primeiro é condição da segunda. Portanto, tais relações afigurantes, que vão do pensamento para o mundo não poderiam ser descritas como um fato qualquer: as mesmas são condição de toda e qualquer descrição. Também estas não são “inerentes” aos objetos e fatos, mas são “instituídas”<sup>125</sup> por uma intencionalidade. No exemplo do autor, há dois objetos que recebem os nomes A e B respectivamente: sendo estes objetos “da mesma categoria ontológica”<sup>126</sup>, seria possível imaginar uma linguagem que invertesse seus nomes sem prejuízo nenhum para o mundo. É necessário que os nomes designem objetos e que cada um receba um nome. Qual será o nome de qual objeto é uma questão indiferente. Mas é necessário um ato de designação e de vinculação do nome ao objeto, lembrando sempre que essa

---

<sup>124</sup> Id. Ibid. p. 175.

<sup>125</sup> João Vergílio Gallerani CUTER. *Por que o Tractatus Necessita de um Sujeito Transcendental?* p. 176.

<sup>126</sup> Id. Ibid. p. 177.

“inversão de nomes” só é possível se A e B pertencerem à mesma categoria sintática e se pertencerem à mesma categoria ontológica. Portanto a nomeação precisa de um ato que vincule um nome a um objeto, e que não está determinado nele mesmo, mas que é “superveniente”, ou seja, “ele não está dado, mas precisa ser feito”<sup>127</sup>.

Alguns pontos são essenciais para justificar a intencionalidade pensada por João Vergílio Cuter. Em primeiro lugar, o autor associa este ato de nomeação à afirmação no 2.1 de que “figuramos os fatos”, mas que não está na projeção de um fato como, por exemplo, uma proposição escrita, se transformar em uma figuração de um fato. Uma proposição escrita é somente um fato como qualquer outro. São apenas marcas em um papel. Mas as relações afigurantes não estão no próprio fato, pois elas são realizadas por uma intenção que projeta a proposição como figuração. É importante notar também o seu destaque de uma assimetria na relação entre figuração e afigurado. Nota-se uma direção que vai do nome para o seu objeto, e não o contrário. Este ato de nomeação precisa ser realizado, ou seja, precisa ser instituído. O autor afirma que a intencionalidade que dá significado aos nomes não pode fazer parte dos estados de coisas do mundo porque, caso contrário, ela também poderia ser falsa, o que não poderia ser possível, já que a mesma é a responsável por correlacionar os elementos da proposição aos elementos dos mesmos estados de coisas. Se fosse assim, seria fácil cair na armadilha de colocar a necessidade da verdade da proposição antes do seu sentido, atitude esta que foi constantemente e duramente criticada por Wittgenstein. Então, esta mesma intencionalidade deve estar fora do mundo, segundo João Vergílio Cuter. Neste momento é importante falar sobre o tema principal, objetivo do texto do autor: a defesa da concepção de que um sujeito transcendental seria necessário para a concepção de linguagem e de mundo do *Tractatus*. Porém, não é o objetivo deste presente trabalho entrar em detalhes a respeito desta discussão, que, apesar de sua importância, necessitaria ser, por si mesmo, objeto de um trabalho exclusivo. O fato é que há uma forma de intencionalidade presente neste momento do pensamento de Wittgenstein em vários aspectos da concepção do *Tractatus*. João Vergílio Cuter

---

<sup>127</sup> Id. Ibid. p. 177.

destaca outros dois, de importância fundamental: a intencionalidade nas operações de verdade em geral, como a negação, e nas operações que usam uma expressão entre parênteses, de enumeração ou daquelas que constituem uma “série formal”.

Em primeiro lugar, a intencionalidade presente no *Tractatus*, além de ser responsável por dar significado aos nomes, no nível da nomeação dos objetos nos estados de coisas, também é responsável por utilizar fatos, que a primeira vista não tem nenhum efeito na linguagem, como figuração de outros fatos, desde que seus elementos correspondam. Sendo assim, esta intencionalidade, que se direciona para o mundo, “projeta” um tipo de fato, como uma pintura ou uma proposição, no estado de coisas para figurá-lo. Aliada a esta função, este autor cita as operações lógicas que são capazes de chegar a uma proposição a partir de outras. Através da aplicação das operações de verdade descritas no *Tractatus* é possível obter como resultado outras com a mesma verdade. O caso descrito por João Vergílio Cuter é o da negação simples: negar uma proposição não significa somente colocar um sinal a mais na proposição. Quando a mesma é negada opera-se sobre o sentido da primeira. E como já foi afirmado, o sentido não é algo que deva fazer parte dos estados de coisas do mundo. Portanto, o ato de negar uma proposição também é um ato relacionado ao sentido da mesma, e não poderia ser um fato como qualquer outro. Se a mesma fizesse parte do mundo, a sua negação também deveria ser possível. E isso não é algo que se possa imaginar com facilidade: como se poderia negar a própria possibilidade da negação? Dessa forma, este ato também seria realizado por esta intencionalidade “nos limites” do mundo.

E finalmente, os últimos exemplos do autor se referem à possibilidade de selecionar proposições para afirma-las ou negá-las, e de uma intencionalidade a atuar nas séries formais. No caso da negação simultânea, é possível utilizar expressões entre parênteses tais como aparecem nas passagens 5.5 a 5.51 do *Tractatus*: com elas, esta intencionalidade seleciona uma quantidade de proposições, que podem ser representadas pelas variáveis  $p$ ,  $q$ , e  $r$ , como no exemplo do autor, e utiliza a expressão  $\xi$  como totalidade dos valores destas variáveis. A operação consiste em negar essa variável  $\xi$  e ter como resultado uma proposição que é verdadeira quando  $p$ ,  $q$ , e  $r$  são falsas. Segundo João Vergílio Cuter, uma intencionalidade seria necessária para selecionar e reunir “de antemão” os sentidos proposicionais a serem representados pela expressão  $\xi$  e negá-las em conjunto. Tal



negação, tal como a negação simples, não poderia ser feita dentro dos limites do mundo, mas pressupõe, segundo este autor, uma intencionalidade atuando nos seus limites, que possa visar estas proposições e selecioná-las antecipadamente. Operações como séries formais<sup>128</sup>, ou que requeiram um número infinito de elementos na sua constituição, mas que também são formalmente determinadas, são exemplos de operações que necessitariam de uma intencionalidade. No caso das séries formais, o exemplo do autor permite a possibilidade de, em uma proposição como “o livro vermelho está em cima da mesa”, a palavra “vermelho”, que é uma variável na mesma, poder ser substituída por “azul”, “marrom” ou o símbolo X, etc. Negando todas opções, obtém-se a proposição “não há nenhum livro sobre a mesa”. Uma série formal é aquela que permite construir proposições como “há um livro sobre a mesa”, “há dois livros sobre a mesa”, etc. Contruída esta série formal até o infinito, constata-se, segundo João Vergílio Cuter, que a mesma é “formalmente determinada”<sup>129</sup>. Para que estas proposições possam ser construídas, também seria necessária uma intencionalidade que pudesse realizar esse ato de construção de proposições a partir de outras.

Concluído a exposição da interpretação deste autor, é possível notar todos os pontos da concepção do *Tractatus* nos quais a intencionalidade é necessária. A posição de João Vergílio Cuter é que há uma assimetria na qual o pensamento se dirige ao mundo para dar nome aos objetos e figurar os fatos. Esse direcionamento é bastante próximo das concepções usuais sobre intencionalidade, sobre o qual é possível se falar que este mesmo direcionamento pressupõe um ato, tanto de figuração, quanto de significação. Em conformidade com alguns pontos desta concepção, será analisada a interpretação de Mathieu Marion, que também discute a possibilidade de se falar em uma forma de intencionalidade no *Tractatus*.

---

<sup>128</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*. p. 183.

<sup>129</sup> João Vergílio Gallerani CUTER. *Por que o Tractatus Necessita de um Sujeito Transcendental?* p. 183.

#### 4.2.2 A intencionalidade e a simetria na relação entre pensamento, linguagem e mundo

Mathieu Marion, em sua obra de introdução ao *Tractatus*, afirma que não há uma relação de primazia do pensamento sobre a realidade<sup>130</sup>. No capítulo “Linguagem, Mundo e Pensamento” desta obra, este autor primeiramente explica de forma didática a relação entre linguagem e mundo. Em segundo lugar procura explicitar que no *Tractatus* é possível falar de uma tríade nesta relação, incluindo nela mais um elemento: o “pensamento”. Este desempenha uma função essencial na concepção figurativa desta obra, a ponto de ser citado em duas das proposições principais: as sentenças de número 3 e 4. Se o pensamento não fosse essencial, uma proposição, sem ele, seria um fato como outro qualquer. Este autor prossegue sua argumentação destacando algumas características importantes do pensamento na estrutura do *Tractatus*. Ele é definido duas vezes: na sentença 3 como “figuração lógica dos fatos”<sup>131</sup>. No parágrafo 3.5 o mesmo é definido como “sinal proposicional empregado, pensado”<sup>132</sup>. O sinal proposicional, por sua vez, pode ser definido como o “sinal por meio do que exprimimos o pensamento”, e como “sinal sensível e perceptível”<sup>133</sup>, ou seja, como as marcas no papel ou os sons emitidos pela voz, que são usados como figuração de uma situação. Em seguida, o sinal proposicional também é caracterizado como um fato<sup>134</sup>. Sendo assim, o pensamento consiste na aplicação de um fato (o sinal proposicional) como figuração de outro (um estado de coisas), pela correspondência dos seus elementos (as palavras) com os elementos do estado de coisas (os objetos). Assim, o pensamento é a projeção do sinal proposicional como figuração de uma situação da mesma forma que uma imagem pode ser projetada na parede. Este ato equivale ao que Wittgenstein chamou de “método de projeção”. Este é definido como o ato de “pensar o sentido da

---

<sup>130</sup> Mathieu MARION. *Ludwig Wittgenstein: uma introdução ao Tractatus Logico-Philosophicus*. p. 45.

<sup>131</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico Philosophicus*. p. 147.

<sup>132</sup> Id. Ibid. p. 163.

<sup>133</sup> Id. Ibid. p. 149.

<sup>134</sup> Id. Ibid. p. 149.

proposição”<sup>135</sup>. Como já foi visto, o sentido da mesma consiste em ela poder ser verdadeira ou falsa em comparação com o fato. Portanto, o método de projeção é essencial para a possibilidade da figuração, e está indissociavelmente vinculado ao sentido da proposição, que neste ato é comparada ao estado de coisas como uma figuração do mesmo. Este último, segundo Marion é o que poderia equivaler à intencionalidade, neste momento do pensamento de Wittgenstein.

O autor constata uma semelhança entre o método de projeção descrito acima e a concepção de intencionalidade atribuída a Brentano e Husserl. No entanto nota uma grande diferença entre as concepções deste último, que admitiu em sua teoria um “ego transcendental” e o pensamento de Wittgenstein, que segundo Marion, não admitia um sujeito transcendental. Partilhando da concepção de François Latraverse<sup>136</sup>, Marion afirma que, na relação entre pensamento, linguagem e mundo não poderia haver uma predominância da importância do pensamento, pois nenhum destes três elementos poderia ser pensado separadamente<sup>137</sup>. Segundo Marion, se fosse dada certa prioridade ao pensamento, seria possível dizer que pode existir um pensamento fora da linguagem, o que é negado em vários pontos no desenvolvimento da argumentação do *Tractatus* que mostram uma dependência entre ambos (nas passagens de número 3.03 a 3.32, por exemplo)<sup>138</sup> e no prefácio, quando Wittgenstein afirma, a respeito da obra, que:

*“O livro pretende, pois, traçar um limite para o pensar, ou melhor – não para o pensar, mas para a expressão dos pensamentos: a fim de traçar um limite para o pensar deveríamos poder pensar os dois lados deste limite (deveríamos, portanto, poder pensar o que não pode ser pensado).”*

---

<sup>135</sup> Id. Ibid. p. 149.

<sup>136</sup> Mathieu MARION. *Ludwig Wittgenstein: uma introdução ao Tractatus Logico-Philosophicus*. p. 50.

<sup>137</sup> Id. Ibid. p. 50.

<sup>138</sup> Id. Ibid. p. 50.

*O limite só poderá, pois, ser traçado na linguagem, e o que estiver além do limite será simplesmente um contra-senso*<sup>139</sup>.

Portanto é preciso ver nesta passagem uma identidade entre pensamento e linguagem, de forma que o que não se pode dizer, também não se pode pensar, sendo que os limites do próprio pensamento devem ser traçados na sua expressão, na linguagem. Mas nem por isso se nega que haja uma intencionalidade, pois segundo Marion há uma distinção entre o “aspecto físico”, que corresponde ao sinal proposicional, que é usado como figuração, e o “aspecto intencional”, que corresponde à projeção deste sinal como figuração de um estado de coisas, através da correlação dos seus elementos (as palavras) com os elementos deste último (os objetos)<sup>140</sup>. O que é possível dizer é que existe essa distinção no *Tractatus*, mas nenhum elemento dessa tríade se sobrepõe ao outro, e principalmente o pensamento, pois segundo Marion, o mesmo é “coextensivo” à proposição e não um processo mental independente<sup>141</sup>.

A equivalência entre linguagem e pensamento não descarta a importância da concepção de Wittgenstein a respeito do mundo. A descrição ontológica do mesmo em fatos ocupa a prioridade da argumentação, ou seja, é a base a partir da qual todo o edifício lógico do *Tractatus* é construído. Como é possível perceber nas primeiras páginas desta obra, nas sentenças 1 e 2, e nos outros parágrafos que as comentam, o mundo é composto por fatos, sabendo-se que até mesmo a figuração é um fato entre outros. Sendo assim, também as proposições, que compõem a linguagem, também são fatos. Apesar desta importância essencial destes últimos, não poderia sequer haver linguagem, e portanto toda a análise da relação entre a mesma e o mundo, se não fosse possível a figuração. Não deve existir qualquer assimetria, portanto, na relação entre ambos, e nem poderia haver uma assimetria com relação a uma hipotética importância maior do pensamento.

---

<sup>139</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Tractatus logico-Philosophicus*. p. 131.

<sup>140</sup> Mathieu MARION. *Ludwig Wittgenstein: uma introdução ao Tractatus Logico-Philosophicus*. p. 51.

<sup>141</sup> Id. *Ibid.* p. 51.

Outro aspecto destacado por Marion é o papel de uma intenção nas operações de verdade descritas nesta obra. Sabendo-se que a intencionalidade não poderia ser caracterizada como um processo do pensamento predominante em relação aos outros elementos da tríade citada acima, então a mesma poderia o ser como uma “operação sobre sinais”<sup>142</sup>. As operações de sinais são o que permitem que se chegue à verdade de uma proposição pela verdade de suas proposições elementares, ou seja, é o ato pelo qual se pode fazer uma proposição de outra, tal como no caso da negação ou da conjunção, por exemplo. Nesta análise de Marion é possível perceber mais um lugar para a intencionalidade nestas operações de verdade. Neste sentido há um ato no qual se encontra uma intenção na operação sobre estes sinais para se produzir novas proposições. Portanto, é reservado um lugar para a intencionalidade, por este autor, tanto no método de projeção quanto nas operações de verdade.

Em continuidade com a exposição de algumas posições a respeito da possibilidade de intencionalidade no *Tractatus*, será abordada a exposição de Mauro Engelmann, que desenvolverá um pouco mais a necessidade que Wittgenstein tinha em evitar que a concepção do *Tractatus* se confundisse com o discurso da psicologia, e descreve a relevância do método de projeção.

#### 4.2.3 Intencionalidade e método de projeção

A interpretação do *Tractatus* a respeito da questão sobre a possibilidade de intencionalidade nesta obra que se segue é a de Mauro Luiz Engelmann, presente no capítulo 2 da obra *Wittgenstein's Philosophical Development*, na qual ele fala de um elemento de intenção “ausente” no *Tractatus*. Segundo este autor, os elementos psicológicos da intenção não são relevantes para Wittgenstein. No *Tractatus*, o único aspecto relevante da intenção é o que Wittgenstein chama de “método de projeção”<sup>143</sup>, que é definido como “pensar o sentido da proposição”<sup>144</sup>. No parágrafo

---

<sup>142</sup> Id. Ibid. p. 52.

<sup>143</sup> Mauro L. ENGELMANN. *Wittgenstein Philosophical Development*. p. 77.

3.5, o pensamento é definido como o “sinal proposicional empregado (ou aplicado), pensado”, então é preciso, para este autor, se entender o que significa “aplicar sinais” (ou empregar sinais). No parágrafo 3.11, Wittgenstein descreve este processo como usar um sinal perceptível, como uma proposição escrita ou falada, por exemplo, como projeção de uma situação possível. Segundo um exemplo do autor, uma paisagem poderia ser descrita com a apresentação de seus elementos em uma conexão com os sinais da proposição, apesar da mesma aparentemente não ser uma representação, à primeira vista, da paisagem em questão. No entanto, esta descrição poderia ser entendida porque a mesma obedece às regras da projeção. O interesse aqui não é sobre quais seriam os processos que ocorrem na mente, mas sim sobre a maneira como uma proposição segue estas regras para descrever uma paisagem ou outra situação. Para se entender como acontece a figuração é preciso ter em mente o conjunto destas regras e não quais poderiam ser as “entidades ou processos mentais”<sup>144</sup> envolvidas no ato da figuração, ou seja, o interesse não é sobre a figuração como processo psicológico, mas sim como fazendo parte da lógica. São estas mesmas regras que, segundo o exemplo de Wittgenstein no 4.014 e 4.0141, permitem a tradução de uma sinfonia em uma partitura e dos sulcos em um disco em uma sinfonia. Todas estas diferentes formas da sinfonia (sejam nos sulcos do disco, na partitura ou a mesma ouvida diretamente quando tocada por uma orquestra) possuem uma “semelhança interna” umas com as outras, e por isso mantêm entre si “relações internas” que permitem que uma seja traduzida na outra. A sinfonia, segundo a “lei da projeção” pode ser transformada nos sinais da partitura, e a primeira, da mesma forma, na linguagem do disco.

Mauro Engelmann descreve duas regras gerais de projeção que são necessárias para a figuração: a regra da correlação e da articulação. A primeira pode ser exemplificada segundo o exemplo do autor, pela representação da situação “João está em casa” com um fósforo e uma caixa de fósforos vazia. O fósforo dentro da caixa corresponde à situação de João estar em sua casa, sabendo-se que o fósforo representa João, enquanto a caixa, a sua casa. Esta regra se encontra citada

---

<sup>144</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*. p. 149.

<sup>145</sup> Mauro L. ENGELMANN. *Wittgenstein Philosophical Development*. p. 78.

nos parágrafos 2.15 e 3.14 do *Tractatus*, por exemplo. A mesma é possível pela identidade entre a forma lógica do mundo e da linguagem, de forma que a segunda possa espelhar o primeiro pela correspondência entre seus elementos. Se não houvesse esta identidade, tal correspondência e a própria figuração ficaria comprometida: ela é condição para a própria figuração. Outra regra é a regra da articulação: Para que uma proposição possa figurar um estado de coisas, é necessário que seus elementos estejam “uns para com os outros” da mesma maneira que os elementos do estado de coisas estejam conectados e distribuídos<sup>146</sup>. Mais do que essa correspondência, segundo o parágrafo 3.141, a proposição não pode ser composta de palavras jogadas, misturadas, mas a proposição deve ser “articulada”. Assim, segundo o 4.0312, substituindo objetos por sinais, cada nome corresponderá ao seu objeto, pois os mesmos devem estar conectados e organizados da mesma maneira que a disposição dos objetos na situação. Portanto, se “João” corresponde a uma pessoa específica e “sua casa” corresponde a “casa de João”, ou seja, algo também específico, alguém não poderia dizer que a proposição “casa João sua em está ” é uma figuração da situação em questão, pois a proposição deve estar articulada de maneira tal que corresponda a uma situação possível. Uma proposição como aquela não corresponde a nenhuma situação possível, pois falta a ela a articulação das palavras em uma ordem correspondente ao estado de coisas. Não basta que os nomes dos objetos estejam presentes em um amontoado de nomes na proposição, mas a sua ordem deve refletir a ordem do estado de coisas.

Para Mauro Engelmann, as funções e argumentos são as bases para as regras de correspondência das proposições. Estas funções e argumentos não são arbitrárias, mas se fossem substituídos os nomes nas proposições por variáveis (tal como está descrito no parágrafo 3.315), ainda assim elas permaneceriam, pois são “dados *a priori* na natureza da proposição”<sup>147</sup>. Estas regras gerais determinam as condições em que poderíamos dizer que uma proposição é verdadeira ou falsa, ao compará-la com a situação. Sendo assim, isso explica a relação entre o método de

---

<sup>146</sup> Id. Ibid. p. 79.

<sup>147</sup> Id. Ibid. p. 80.

projeção, o pensamento e o sentido da proposição. Se o método de projeção que, segundo o autor, é o único aspecto intencional relevante para o *Tractatus*, é “pensar o sentido da proposição”, então significa pensá-la em sua condição de ser verdadeira ou falsa na medida que é comparada com o fato. Esse “pensar” significa aplicar sinais, ou seja, usar o sinal proposicional como projeção de um fato possível. Os sinais escritos ou sonoros que constituem o sinal proposicional não são mais do que um fato entre outros, então o pensamento aplica um fato, o sinal proposicional (os sinais gráficos ou sonoros) como figuração de outro fato, segundo as regras de projeção.

Na proposição elementar, que é o estágio final da análise da proposição, se vêem apenas nomes conectados de diferentes formas. Segundo o *Tractatus*, situações constituídas por estados de coisas só podem ser descritas, e não nomeadas, enquanto nomes não podem ser descritos por proposições, mas seu significado é o objeto que os mesmos substituem<sup>148</sup>. Portanto, esta correspondência entre nome e objeto, e entre proposição elementar e estado de coisas mostra a forma lógica comum a todos estes. Tais proposições elementares obedecem às regras de projeção, e sua verdade ou falsidade é independente uma da outra. Segundo Engelmann, toda essa estrutura lógica não necessita da noção de intenção em seu aspecto psicológico, pois a conexão entre os elementos da proposição elementar e dos estados de coisas já está dada na proposição e na forma lógica comum entre linguagem e mundo. E sequer se precisaria falar em uma intencionalidade no método de projeção, já que se trataria de uma intencionalidade tão restrita que o autor nem chegou a utilizar os termos “intenção” ou “intencionalidade”. A análise da proposição já revela o que é figuração do quê, segundo estas regras de projeção, sem a necessidade deste elemento mental. Definindo pensamento também como “proposição com sentido”, não há porque separar pensamento e linguagem, já que pensamento é linguagem, e que o entendimento da mesma significa saber o que é o caso se uma proposição for verdadeira<sup>149</sup>. Não há espaço aqui para processos mentais, já que tudo poderia ser

---

<sup>148</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*. p. 151-153.

<sup>149</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*. p. 169.



resolvido na linguagem, e por isso a mera citação da intenção no *Tractatus*, já seria irrelevante. Tudo poderia ser resolvido na linguagem porque toda estrutura lógica da proposição e da sua relação como os fatos e estados de coisas já poderiam ser reveladas na análise da proposição. Sendo assim, o termo intenção seria dispensável, segundo o propósito de Wittgenstein de deixar de lado qualquer discussão psicológica, e se algo acontece ou não na mente no ato da fala, escrita ou pensamento, isto não é relevante para o *Tractatus*. E por isso também o elemento intencional poderia ser caracterizado como ausente, e seu aspecto relevante do método de projeção, ou seja, a aplicação de sinais não precisa se remeter à intenção, pois não interessa a Wittgenstein nenhum “processo mental” da psicologia, mas sim unicamente a análise da proposição, ou seja, da linguagem, que reflete a forma do pensamento. No entanto é relevante para o caminho da análise aqui trilhado a constatação de que, apesar desta “ausência”, e de Wittgenstein não citar a intencionalidade nesta obra, ainda sim, se ela puder ser admitida, o será no “método de projeção”, posição sustentada pelos três autores citados acima. A partir desta constatação será realizada a conclusão a seguir.

#### 4.2.4 Conclusão: a presença da Intencionalidade no *Tractatus Logico-Philosophicus*

A partir da exposição das concepções dos três autores citados acima, chega-se à conclusão de que é possível se falar em um elemento de intencionalidade presente no *Tractatus*. O mesmo equivale ao que Wittgenstein chamou de “método de projeção”. Como já foi afirmado, a projeção consiste em usar o sinal proposicional, que consiste nos sinais gráficos da linguagem, como figuração de uma situação possível. Isto é possível pela identidade entre a forma lógica de ambos nesta relação, porque estes se encontram em relação interna e indissociável: essa relação é possível pela correlação dos elementos da proposição e do estado de coisas. O pensamento consiste nesta projeção do sinal na situação, ou seja, consiste em uma “intenção”. A mesma utiliza marcas em um papel, ou seja, uma proposição articulada de forma a poder ser um espelho do estado de coisas descrito. É importante notar que a figuração não se faz sozinha: se estas não forem usadas

como figuração de algo, não serão nada mais do que outro fato qualquer. O mundo é composto por fatos. A intencionalidade pressuposta no método de projeção é um “ato” que usa um fato para figurar outro. Sem esta última, só existiriam fatos e nada mais. O método de projeção consiste nessa aplicação do sinal como figuração. É o próprio pensamento como sinal proposicional aplicado.

Este método de projeção é definido como o pensar o sentido da proposição. Tal sentido se vincula a possibilidade da proposição ser verdadeira quando corresponde ao fato, e na sua articulação de forma a corresponder ao estado de coisas. Neste sentido a intencionalidade também poderia ser encontrada nesta maneira que se compara figuração e fato: ela é intencional, já que este último é figurado segundo uma forma, ou seja, segundo a forma lógica que se mostra na correspondência dos elementos de ambos. Deve ser figurado, portanto, segundo este método de projeção. Utilizando como apoio as afirmações de João Vergílio Cuter, Mathieu Marion e Mauro Engelmann, faz-se necessário notar a maneira como são próximas as concepções de intencionalidade e método de projeção no *Tractatus*. Mas por que razão Wittgenstein não utilizou este termo? Podem ser vários os motivos, como a diferenciação da sua concepção com a Fenomenologia, por exemplo. Porém um possível motivo seria aquele ressaltado por Mauro Engelmann e Marion: não utilizar termos relacionados à psicologia e afastar a sua concepção de qualquer interpretação psicológica. No entanto nota-se, segundo estes autores, que esta concepção de método de projeção equivale a uma forma de intencionalidade, se a mesma for buscada nesta obra. E não somente nesta concepção acima, mas em outros aspectos do *Tractatus*, um elemento de intenção pode ser encontrado: Tanto Marion quanto João Vergílio Cuter admitem uma forma de intencionalidade nas operações de verdade, a partir das quais se pode chegar à uma proposição a partir de outras. Tais operações não são estão dadas automaticamente, mas precisam ser realizadas. Para isso é necessária uma intencionalidade como operação com sinais, para negar uma proposição, por exemplo.

Portanto o tema da intencionalidade é de especial importância para a obra de Wittgenstein desde o início. Considerando-se o método de projeção como uma forma de intencionalidade, então se pode dizer que a mesma já esteve presente de uma forma diferente na concepção do *Tractatus*, e passou a ser essencial para a concepção de figuração no momento das *Observações*. Esta, juntamente com a sua

concepção de “relação interna” fazem parte da estrutura da argumentação desenvolvida nesta última obra. É possível notar a necessidade de uma relação interna entre figuração e fato, de forma que a ligação entre ambos seja intrínseca. É logicamente necessário que esta relação já esteja estabelecida entre ambos, para que seja possível a própria figuração, e para que sejam possíveis as operações de verdade. Assim como nas *Observações*, Wittgenstein não admite no *Tractatus* nenhum terceiro elemento nesta relação, à maneira da teoria de Russell. Também uma relação interna encontra-se estabelecida entre a proposição e suas bases: as proposições elementares, e entre os nomes na mesma. Garante-se assim a possibilidade do discurso através da mesma forma lógica entre linguagem e mundo. Wittgenstein não deixou de lado concepções como estas, mas é possível dizer que o texto das *Observações Filosóficas* é um herdeiro direto do *Tractatus*, onde se pode ver a maneira como o autor reformula concepções importantes, como a de figuração e de linguagem, ao mesmo tempo em que conserva outras que fizeram parte das suas reflexões no decorrer do desenvolvimento de sua obra, tais como de relação interna e intenção. Por outro lado abandona concepções como a da independência das proposições elementares.

As *Observações Filosóficas* são uma obra de transição: nela se pode ver a tentativa de reformulação do pensamento do autor e, segundo a análise deste trabalho, uma nova concepção de linguagem, que servirá como momento crucial para o desenvolvimento da sua filosofia da linguagem até o momento dos seus últimos textos, e principalmente das *Investigações Filosóficas*. A análise deste trabalho se concentrará a seguir novamente no texto das *Observações*, fazendo uma investigação da concepção de intenção presente principalmente no capítulo III desta obra e em outros relevantes para esta análise.

## 5. A concepção de intencionalidade nas *Observações Filosóficas*

### 5.1 A concepção figurativa da intenção, as relações internas e o método de projeção

O elemento de intenção ocupa uma posição central no desenvolvimento do pensamento de Wittgenstein no capítulo III. No início do capítulo, no parágrafo §20, Wittgenstein alerta sobre o perigo de se descartá-lo em uma concepção sobre o funcionamento da linguagem. Em seguida afirma o vínculo necessário entre este elemento e a figuração. Ao mesmo tempo em que o autor faz uma crítica à concepção causal de Russell, também apresenta a sua concepção de figuração, que “considera o reconhecimento como perceber uma relação interna”<sup>150</sup>, ao contrário da primeira, que precisa de uma relação externa entre pensamento e fato para ser estabelecida. Tal relação precisa ser interna porque, se fosse externa, não dependeria apenas do evento como realização de uma expectativa, pois precisaria de um terceiro evento que nada teria a ver com esta mesma relação. Um terceiro evento pensado dessa forma, segundo J. Benoist, por ser externo, poderia ocorrer independentemente da expectativa e do evento esperado em questão, ou poderia até mesmo não acontecer<sup>151</sup>. Isto não resolve o questionamento a respeito da expectativa, pois se poderia perguntar ainda sobre se o evento a realiza. Sendo assim, precisa-se de uma relação interna entre pensamento e fato, que permita que se saiba que um evento é a realização de uma expectativa somente a partir destes dois elementos nesta relação, e que a possibilidade da sua realização esteja na própria relação<sup>152</sup>.

O interesse principal de Wittgenstein é o de mostrar que pensamento e fato já estão conectados, e que, para se falar sobre qualquer evento do mundo, já está estabelecida esta relação interna, sem a necessidade de qualquer evento diferente

---

<sup>150</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações Filosóficas*. p. 49.

<sup>151</sup> Jocelyn BENOIST. *Realização*. p. 123.

<sup>152</sup> Jocelyn BENOIST. *Realização*. p. 123-124.

que venha adicionar alguma confirmação. Como o autor afirmou, só há figuração e o fato. No caso da expectativa, não se trata apenas de analisá-la desvinculada da linguagem, já que segundo o §30e, pensamento e expectativa se dão por meio de signos. Segundo Jakub Mácha<sup>153</sup>, descrever uma expectativa significa descrever suas condições de realização, ou seja, em quais condições se possa dizer que a mesma foi realizada. Portanto, trata-se de localizar o problema da expectativa na linguagem. A expectativa, segundo este autor, é uma figuração do evento esperado, assim como a proposição, no *Tractatus*, é a figuração de um fato. Portanto, o interesse aqui se dirige, em primeiro lugar, à expressão da mesma e à descrição do evento que a realiza. Como já foi dito, não é o propósito de Wittgenstein analisar os estados mentais que fazem parte do processo psicológico de se ter uma expectativa. Segundo o parágrafo §29b, isso é irrelevante para a sua discussão, já que o autor não pretende discutir conceitos da Psicologia. Porém, falar sobre expectativa significa dar uma descrição das suas condições de realização. Essa concepção encontra apoio no parágrafo §29, no qual em dois momentos o autor afirma que descrever uma expectativa por meio da descrição do evento que se espera, significa dar uma descrição interna da primeira<sup>154</sup>. Descrevê-la significa descrever também a sua realização. No *Tractatus*, Wittgenstein diria que o sentido de uma proposição são suas condições de verdade, e então é possível afirmar que o autor não se afastou tanto do seu pensamento anterior.

Segundo Jakub Mácha, isso parece problemático à primeira vista: a descrição de uma expectativa geralmente não é semelhante à descrição de sua realização. Quando alguém diz: “Espero que chova hoje” e “Choveu hoje às três horas da tarde”, não se nota uma semelhança entre as duas proposições. Ambas não precisam ter a mesma forma, apesar desta relação interna ser também uma relação gramatical: ter uma expectativa ou um desejo de “*p*” significa ter uma expectativa ou desejo que possa ser realizado pelo evento “*p*”. E a proposição ou a hipótese “*p*” é aquela que o fato “*p*” torna verdadeira<sup>155</sup>. O problema da conexão entre as duas é

---

<sup>153</sup> Jakub MÁCHA. *Wittgenstein on Internal and External Relations* p. 107.

<sup>154</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações Filosóficas*. p. 53.

<sup>155</sup> Jakub MÁCHA. *Wittgenstein on Internal and External Relations* p. 107.

resolvido, segundo Jakub Mácha, na conclusão de que a mesma descrição pode ser dada tanto para a expectativa quanto para o evento. Não há necessidade de se recorrer à lembrança de um estado mental anterior, pois este não é um problema psicológico. Esta solução também pode ser dada para o problema levantado no capítulo II das *Observações*: o problema se resolve sem que se precise recorrer a um terceiro evento como, por exemplo, um reconhecimento ou algum sentimento de satisfação. O problema em se dizer que um evento é a realização de uma expectativa desaparece quando se considera que se trata de uma relação gramatical. Não é o caso de se resolver esse problema recorrendo-se a um estado mental que se tinha em certa ocasião quando um tipo de cor foi visto, por exemplo. Alguém poderia dizer que uma cor é a mesma que ele viu antes, pois as proposições “vejo uma cor vermelha” e “vi uma cor vermelha” podem ser descritas da mesma forma, o que poderia ser colocado como: “anteriormente vi o objeto  $p$  e agora estou vendo o objeto  $p$ ”.

Ainda há o problema da expectativa: “como alguém poderia dizer que este evento realizou sua expectativa”? A mesma solução se aplica também neste caso: a relação entre esta e o evento é antes uma relação gramatical. Portanto se trata da descrição de ambas na linguagem. Não se trata de um problema psicológico: quando alguém tem uma expectativa e acontece o que ela esperava, não é necessário que a pessoa recorra à lembrança um estado mental que ela tinha no momento daquela expectativa, mas somente que a pessoa se lembre da sua descrição. Quando alguém diz: “espero que o evento  $p$  aconteça” e depois diz “o evento  $p$  aconteceu, o que há em comum entre ambos é justamente “ $p$ ”. Aplicando esta solução ao exemplo da chuva, ao se dizer, em outras palavras “espero que aconteça uma chuva”, e “a chuva aconteceu”, o evento “chuva” se encontra nas duas proposições. Portanto, se a relação entre expectativa e evento é uma relação gramatical, então é nisso que consiste em ela ser uma relação interna: descrever uma significa descrever a outra. A afirmação de uma relação interna entre expectativa e evento é necessária a ambos. É uma relação gramatical pois se trata da expressão da expectativa. Ambos estão internamente relacionados pelas regras da gramática e o problema da expectativa dissolve-se na análise da própria linguagem. Ainda no parágrafo §29 Wittgenstein afirma que o evento substitui a expectativa e responde a ela, de forma que nenhuma dúvida sobre a sua realização

deve ser feita. Sabendo-se que a mesma descrição vale para expectativa e evento, não faria sentido perguntar, segundo o exemplo acima, se a chuva a realizou. Fazer essa pergunta significaria colocar em dúvida o próprio sentido da expressão da expectativa. Segundo o que já foi afirmado, o sentido da sua expressão corresponde às condições em que a mesma poderia ser realizada, ou seja, em se poder olhar para o evento e comparar ambos. Se alguém descreve o evento como “ocorreu  $p$ ”, então comparando esta descrição com a expressão “espero que  $p$  ocorra”, chega-se à conclusão de que a descrição expressa o acontecimento de um evento que realiza a expectativa em questão. O que Wittgenstein afirma no §25b se refere a isso: Ter uma expectativa de “ $p$ ” corresponde a esperar o evento “ $p$ ”, e não corresponde a esperar um evento totalmente diferente, que seja caracterizado como um sentimento de satisfação ou de reconhecimento, etc. Portanto esse relacionamento direto entre ambos elimina uma série de problemas que acompanham a concepção causal. Entre eles o absurdo de se pensar que ter uma expectativa “ $p$ ” seria diferente de esperar a realização de “ $p$ ”, pois seria, no caso da teoria de Russell, esperar um tipo de “reconhecimento” ou “sensação de satisfação”.

Portanto, o problema é dissolvido ao se mostrar esta relação interna, de forma que esta concepção permite se falar de um direcionamento da expectativa. Ela se direciona a um evento específico, que responde a ela, ou que a “preenche”. Se a expectativa for pensada como um recipiente vazio, o evento pode ser pensado como o conteúdo que preenche a mesma. No *Tractatus*, o problema da relação entre linguagem e mundo é resolvido pela identidade entre a estrutura lógica da linguagem e do mundo. Nele fatos eram figurados por proposições com a correspondência de seus respectivos elementos. Com a consideração a respeito da expectativa na linguagem surge o problema: como uma proposição poderia figurar um evento que não é o caso, e que, dependendo das circunstâncias, poderia nunca acontecer? A solução aplicada acima pode resolver este problema ao se considerar que se trata da expectativa na linguagem, ou seja, da expressão da mesma. Alguém poderia esperar “ganhar na loteria” mesmo que isto nunca aconteça, ou seja, mesmo que a expectativa nunca possa ser realizada, porque há uma relação interna, ou seja, gramatical entre a expressão desta expectativa e a descrição de um evento possível. Ter uma expectativa, segundo o parágrafo §28<sup>a</sup>, significa procurar algo, mesmo que esse algo ainda não exista. Uma solução poderia ser: se a mesma descrição serve

tanto para expectativa quanto para o evento, então a expectativa e a sua expressão, assim como a realização do evento e a sua expressão seriam possíveis, pois todos obedecem às mesmas regras gramaticais, o que possibilitaria esta expressão. Em outras palavras, a descrição da primeira seria uma descrição da última, mesmo que esta não fosse o caso. Entretanto, expectativas não são realizadas automaticamente, mas precisam de um passo a mais.

No parágrafo §35 Wittgenstein afirma que uma expectativa somente poderia ser descrita se o evento também o pudesse ser, ou seja, que uma comparação entre ambas pudesse ser feita, na qual se pudesse apontar para um evento futuro. Este é um dos pontos acerca do qual um elemento de intenção é necessário. Este se encontra indissociavelmente ligado à figuração. Portanto, é necessária uma análise a respeito da concepção de figuração presente nas *Observações* para que se localize, juntamente com ela, este elemento de intenção, intrinsecamente vinculado à primeira. O parágrafo §24 das *Observações* se detém sobre o tema da figuração e em como a intenção está relacionada à mesma. Segundo o autor, “a intenção nunca reside na própria figuração” (§24a), pois a figuração pode ser pensada de diferentes maneiras, ou seja, há diferentes formas de se figurar eventos diferentes. No entanto, se a intenção não está na própria figuração, onde ela se encontra? Alguém poderia dizer que este elemento de intenção equivaleria ao terceiro evento de Russell. Porém, a intenção não é um tipo de evento independente da figuração. O elemento de intenção se encontra na maneira como uma figuração é comparada com o evento que a realiza. Existe, aqui um direcionamento que vai da figuração para o evento. Segundo Mauro Engelmann, a intenção precisa estar na maneira como tal comparação se faz de forma específica, devendo esta relação entre ambas ser diretamente vista na maneira como são comparados<sup>156</sup>. Se não houvesse este elemento de intenção presente neste ato de figurar um fato, qualquer coisa poderia ser figuração de qualquer fato, desde que suscitasse um sentimento de satisfação, por exemplo. Este não é o caso. Assim, se alguém afirma que um homem tem 1,70 metros de altura, para que possa afirmar que sua expressão é verdadeira precisa

---

<sup>156</sup> Mauro L. ENGELMANN. *Wittgenstein Philosophical Development*. p. 84-85.



medir essa pessoa com uma fita métrica, segundo o exemplo do autor.<sup>157</sup> O ponto chave a respeito da intencionalidade na conexão entre pensamento e fato não está na possibilidade da comparação entre figuração e fato, mas sim em *como* ela se dá. Portanto, este elemento de intenção se encontra na maneira como uma figuração é verificada de maneira específica, segundo um padrão de medição, de forma que não poderia ser feita de outra forma. Como já foi afirmado, uma expectativa não poderia ser realizada de modo automático, mas há uma necessidade desta intencionalidade na forma como uma expectativa é verificada, ou seja, no modo como a mesma é verificada segundo um método. O exemplo da chuva, usado acima, poderia ilustrar essa concepção: como a expectativa de uma chuva poderia ser verificada? Olhando pela janela, por exemplo. Sendo assim, a comparação entre expectativa e evento sempre se dá de forma direcionada, segundo um padrão de medição. Wittgenstein compara-a a uma procura, nos parágrafos §27 e §28. No entanto toda procura pressupõe um método, ou seja, olhando em alguns lugares, movendo alguns objetos, abrindo portas ou escutando alguns sons, etc.

Por causa desta conexão intrínseca entre expectativa e evento que é possível saber que se tem uma expectativa de algo, no momento em que se tem a mesma, pois, como Wittgenstein afirma no §35b, seria possível ter uma representação qualquer e se perguntar: “isso é uma expectativa ou uma recordação”? Isto poderia acontecer na teoria de Russell, mas não é isso o que se vê acontecer com a expectativa, ou seja, trazendo este exemplo para o funcionamento da linguagem no cotidiano é possível perceber o quão absurdo seria ouvir uma pergunta como essa. Isso não acontece com a expectativa porque a mesma esta “imediatamente ligada à realidade”<sup>158</sup>.

Segundo Mauro Engelmann<sup>159</sup>, uma das tentações presentes no caminho desta argumentação é o de procurar ir além destas relações internas e procurar descrever a conexão entre expectativa e evento recorrendo-se a uma “mitologia da psicologia”, tal como o fez a Russell. Porém, esse é um perigo pelo qual passa

---

<sup>157</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações Filosóficas*. p. 55. §33f.

<sup>158</sup> Id. Ibid. p. 56.

<sup>159</sup> Mauro L. ENGELMANN. *Wittgenstein Philosophical Development*. p. 88.

também a concepção de Wittgenstein, pois a tentação de ir além do que o autor fala sobre a intenção deve ser evitada. No parágrafo §21 Wittgenstein já havia alertado para o perigo de reconhecer na intenção algo de metafísico, mas tratou de afastar essa possibilidade, ao afirmar a necessidade de uma relação interna. Mauro Engelmann afirma que uma das tentações da concepção de Wittgenstein é descrever o processo mental da intencionalidade, o que poderia resultar em um contra-senso. Relações internas não podem ser descritas desde o *Tractatus*. Descrevê-las significa ultrapassar os limites da linguagem. Portanto, se as mesmas são condições para o discurso, não deveria ser possível dizer nada mais além da sua necessidade e de suas características opostas à relação externa. Se a intenção é expressa na maneira como expectativa e evento estão relacionados, então a mesma não pode ser completamente descrita. Portanto, segundo este autor, tal elemento de intenção pode parecer “intangível”<sup>160</sup>.

Não se trata, portanto de investigar a mente para se entender a intencionalidade, mas se restringir apenas ao domínio da lógica. Ainda segundo Mauro Engelmann, a dificuldade de Wittgenstein foi de caracterizar a intenção sem considerá-la um aspecto psicológico, mas ao mesmo tempo expor uma concepção sobre a mesma forte o suficiente para combater a teoria de Russell<sup>161</sup>. O problema em se entrar em discussões a respeito de conceitos da Psicologia é que se entra em uma discussão irrelevante, segundo Wittgenstein. O autor também sustentava que as discussões psicológicas a respeito da expectativa, por exemplo, deixam de tocar o ponto principal: a sua necessidade lógica.

Conforme visto acima, o interesse da expectativa para a análise da linguagem se dá na consideração da expressão da mesma. O mesmo signo é usado tanto na expressão desta como na expressão do evento esperado. Segundo o parágrafo §30e, as expectativas se dão por meio de signos, ou seja, dentro da linguagem. A mesma não pode ser realizada de modo automático, pois não está dado na expressão da mesma, e nem nos sinais usados como poderia ser a comparação desta com o evento. É preciso algo mais: uma intenção que faça essa comparação

---

<sup>160</sup> Id. Ibid. p. 87-90.

<sup>161</sup> Id. Ibid. p. 89.

segundo um método. Sem a mesma, nenhum sinal é expressão de nada e nem expectativa de nada. Ela é responsável por transformar sinais em uma expressão de expectativa e também pelo maneira como a mesma será comparada com o evento. Porém tais sinais não são usados de maneira aleatória. A expressão de uma expectativa, assim como as proposições analisadas no *Tractatus* devem ser articuladas. Os sinais usados nesta expressão devem ter a mesma multiplicidade que a expressão do evento para poder ser figuração do mesmo. Portanto, o elemento de intenção é uma operação com sinais no sentido em que usa sinais que tem multiplicidade para expressar a expectativa de um evento. Poderia ser chamado de “interpretação de sinais”<sup>162</sup> na medida em que traduz sinais em outros sinais, o que poderia equivaler ao ato de comparar uma pintura de uma paisagem com a descrição da mesma em uma história, ou poderia ser chamado de “uso de sinais”<sup>163</sup>, pois o sentido de uma proposição, neste momento, seja ela uma expressão de expectativa, esperança, medo, por exemplo, “pressupõe somente o uso gramaticalmente correto de certas palavras”<sup>164</sup>. Tal uso deve ser segundo regras gramaticais, ou seja, segundo o que Mauro Engelmann associa ao “método de projeção”. Esse ato de projeção e de uso articulado de expressões de crença, expectativa, ordem, por exemplo, é o mesmo, que segundo este autor, permite a comparação entre expectativa e evento. As regras de projeção também são regras de interpretação e de uso de sinais articulados como figurações<sup>165</sup>. Portanto, a intencionalidade discutida nas *Observações* ainda é um reflexo da concepção de “método de projeção” do *Tractatus*. Outra tentação se esconde aqui: supor que seria necessário procurar mais no método de projeção do que Wittgenstein admite na intenção. Na identidade entre estes dois termos, a caracterização da segunda como algo maior que a projeção pode levar a um desvio para o psicologismo. A concepção a respeito desta intencionalidade parece restrita, mas se analisada pode se mostrar muito detalhada e específica.

---

<sup>162</sup> Mauro L. ENGELMANN. *Wittgenstein Philosophical Development*. p. 90.

<sup>163</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações Filosóficas*. p. 54.

<sup>164</sup> Id. Ibid. p. 52.

<sup>165</sup> Mauro L. ENGELMANN. *Wittgenstein Philosophical Development*. p. 90.

Estas concepções acima podem ser compreendidas com mais clareza ao se tratar de modo detalhado a respeito da proposição: A linguagem escrita ou falada nada mais é do que um fato que se encontra entre outros na realidade. O método de projeção, já descrito no *Tractatus*, e admitido pelo autor, consiste em usar este fato acima, que nada mais é do que uma quantidade de marcas em um papel ou sons articulados pela voz, como figuração. Um exemplo deste método seria utilizar uma proposição escrita em uma folha de papel como uma descrição da organização de alguns livros em uma estante. Ou seria possível usar um desenho como descrição desta mesma disposição. Ou se poderia até utilizar palitos de fósforos, um ao lado do outro, por exemplo. No entanto, a intenção só se encontra na maneira como são utilizados estes três palitos de fósforos naquela posição para descrever a disposição dos livros. Este modo de figuração, assim como todos os outros, deve possuir a multiplicidade necessária para se descrever aquele fato. Se doze livros estiverem dispostos um ao lado do outro na estante e se faz a tentativa de utilizar três palitos, estes não poderão ser utilizados como figuração da disposição dos livros, mas serão um fato como qualquer outro. Uma disposição de objetos, tais como os palitos, não podem ser uma figuração de um fato a menos que sejam aplicados como tais. Sem a intenção para aplicá-los, não seriam absolutamente nada além de outro fato como outros. De maneira semelhante a disposição dos livros na estante poderia servir de figuração de outra coisa como, por exemplo, a posição de doze pessoas. Um fato não poderia figurar outro “por si mesmo”, ou de forma automática. É necessário uma intenção que faça de um fato uma figuração. Da mesma forma, há uma intencionalidade no uso de sinais que expressam expectativas, medos ou desejos para se figurar um fato específico. Segundo o exemplo da posição dos livros, uma pessoa poderia entrar na sala na qual se encontram estes livros, e encontrar doze palitos de fósforo dispostos da mesma maneira que aqueles, podendo não se dar conta que se trata de uma descrição dada sobre a posição dos mesmos. Ou em um exemplo semelhante, uma pessoa que não entende a língua portuguesa poderia entrar na sala e não perceber que se trata da descrição dos livros escrita em uma folha de papel. Portanto, uma figuração, para ser figuração de algo, além de possuir a multiplicidade necessária para se descrever o fato, deve também ser aplicada como tal. E isso também acontece no caso das proposições. A intenção consiste na maneira como se usam sinais gráficos como proposições para figurar uma situação. De forma semelhante ao que foi apresentado no terceiro capítulo a respeito da

intenção no *Tractatus*, a intenção nas *Observações* consiste na maneira como se usam sinais gráficos, que são fatos como outros, para se figurar outro fato. Aqui, como afirmado acima, há uma proximidade com as concepções do *Tractatus*, o que poderia ser quase uma herança do mesmo, pois a projeção continua a desempenhar um papel fundamental. Portanto, se trata aqui ainda de se falar em um método de projeção somente, porém de forma diferente, ao se admitir o termo “intenção”, se referir à intencionalidade. A projeção, na expectativa, se mostra na característica de a mesma ser um modelo da evento, “antecipando” o mesmo. Ao se expressar que se espera “*p*”, são utilizados também sinais da linguagem, ou seja, se faz uma projeção dos sinais como figuração do evento. No entanto a proposição formada por aqueles sinais deve ter a multiplicidade necessária para se poder figurar o fato em questão. Não se poderia utilizar uma proposição que expressa dúvida ou medo, por exemplo, para se expressar uma expectativa. A expressão da mesma deve ser articulada, no sentido em que possa ser preenchida pelo evento, tal como um recipiente vazio.

No capítulo II, parágrafo §14b Wittgenstein afirma que “Toda descrição pode ser entendida como uma descrição, e toda descrição como uma instrução”. O que importa destacar neste momento é o que diferencia uma descrição de uma instrução, ou mesmo de uma ordem: a maneira como estas são aplicadas. Portanto a proposição precisa deste elemento de intenção presente no ato da figuração. Se alguém utilizar a proposição “onze livros à esquerda do livro azul” é porque a mesma tem a multiplicidade necessária para se descrever a disposição destes livros. No entanto, um sujeito “A” poderia entrar em uma sala onde estão duas pessoas: o sujeito “B”, que está próximo da estante e outro sujeito “C”, que está um pouco distante de ambos. No momento em que A entra na sala, ouve: “onze livros à esquerda do livro azul”. Este sujeito poderia pensar que: o sujeito C, à distância, está dando uma instrução para o sujeito B, que está próximo da estante, para que este organize os livros (supondo-se que o sujeito A não tenha ainda contado o número de livros). Ou poderia pensar que o sujeito C está descrevendo a organização dos livros que fez pela manhã para o sujeito B, ou poderia até pensar outra coisa. Aqui se trata do mesmo caso analisado acima: a aplicação de uma proposição como figuração de um fato só se dá com uma intenção.

Wittgenstein utilizou algumas metáforas para caracterizar este elemento de intenção, essencial para a compreensão do funcionamento da linguagem. A primeira delas se encontra nos capítulos II e III, na qual a linguagem é comparada a um mecanismo. A própria linguagem em seu conjunto é comparada à um painel de controle, com diversas alavancas e funções. Esta será analisada a seguir, na próxima seção. Acima foi afirmado que o elemento de intenção se encontra na maneira como a figurção é comparada com o fato segundo um método, ou seja, aplicando-se ao evento um padrão de medição. A consideração a respeito da segunda metáfora utilizada pelo autor, do padrão de medição ou régua, é essencial para o entendimento do papel da intenção na conexão entre pensamento e fato. Portanto a mesma será analisada na seção 5.3. E por último será feita uma análise da metáfora da expressão da expectativa como recipiente vazio e da descrição do evento como preenchimento da mesma. A mesma não se refere explicitamente à intenção, mas está intimamente relacionado à ela, pois é utilizada para ilustrar a relação da expectativa com o evento que a realiza, e será analisada na seção 5.4. A investigação deste trabalho se concentrará nestes temas, a partir daqui e fechará com uma conclusão parcial.

## 5.2 A metáfora da linguagem como um mecanismo e a necessidade da intenção

No parágrafo §31 Wittgenstein compara a linguagem a uma sala de controle para poder ilustrar sua concepção de intenção. Nesta passagem ele afirma que a linguagem funciona com uma intenção determinada, ou construída com um propósito<sup>166</sup>. Segundo sua afirmação, este propósito não poderia ser descoberto a partir da própria linguagem, ou seja, a partir da sua própria estrutura. A mesma vem de encontro com o que já foi sustentado acima a respeito da sua relação com o mundo: não está dada a maneira como ela deve ser comparada com os fatos. Esta metáfora afirma que a linguagem não é capaz de figurar o mundo

---

<sup>166</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações Filosóficas*. p. 54.

“automaticamente”, mas ela precisa ser comparada à situação de uma certa maneira, ou mais especificamente, ela precisa ser aplicada à mesma. No parágrafo §13 esta metáfora já havia sido citada, mas aqui o autor detalha pontos importantes, como a comparação das palavras com alavancas.

Ressaltando a caracterização da linguagem como um painel de controle repleto de alavancas, Wittgenstein afirma que a mesma deve ter a multiplicidade necessária para produzir ações de acordo com os vários tipos de proposições. O termo “multiplicidade” foi amplamente utilizado no *Tractatus*, e se refere à possibilidade da proposição de poder ser uma figuração de um fato correspondente. No momento das *Observações* há uma preocupação muito maior com ações do que no *Tractatus*, onde a proposição é aplicada para descrever estados de coisas, ou seja, relações de objetos. No entanto, nas *Observações*, as ordens, desejos e expectativas ocupam a maior parte da análise. No parágrafo §13 o autor relaciona o problema da possibilidade de se entender uma proposição com o problema da vontade, como se esta fosse necessária para se entender uma ordem, por exemplo. Essa vontade poderia ser caracterizada como a intenção, por meio da qual a proposição pode ser aplicada de uma certa maneira. A mesma não se faz por si mesma, pois precisa da intenção. Assim são aplicadas também as palavras de acordo com suas funções específicas. Neste painel de controle as palavras seriam como alavancas, que não podem ser usadas aleatoriamente: uma pode servir para frear a máquina, enquanto outra para acelerar ou bombear, etc. No entanto todas são alavancas, se forem aplicadas como tais. A afirmação que uma descrição poderia ser entendida como instrução no parágrafo §14 também tem um propósito aqui, ao mostrar que as proposições, por si mesmas, não podem ser expressões de desejos, expectativas ou ordens, mas precisam deste elemento de intenção.

Em seguida o autor se volta para outro exemplo de um mecanismo ao qual compara a linguagem, no parágrafo §15: uma caixa de câmbio. No entanto, a mesma se encontra quebrada sem sequer ter sido usada uma única vez. Segundo o que Wittgenstein já havia afirmado no §31, a intenção permite dizer que um relógio quebrado continua sendo reconhecido como um relógio, ou seja, o seu propósito continua sendo conhecido independente do funcionamento do mesmo. Da mesma forma que a caixa de câmbio dessa metáfora pode ser conhecida pelo seu propósito, as palavras da linguagem podem ser assim reconhecidas pela maneira como elas

podem ser usadas segundo uma intenção, ou seja, segundo um elemento de intencionalidade que as aplica de uma tal maneira. Este, em sua função de interpretar sinais e transforma-los em figurações, permitem diferenciar uma frase escrita de alguns rabiscos que só se parecem com uma, segundo o parágrafo §18. Portanto, a metáfora da linguagem como um mecanismo, seja na forma de um painel de controle ou de uma caixa de câmbio, precisam de uma intenção para serem usados, tal como somente o uso pode transformar um simples bastão em uma alavanca<sup>167</sup>. A segunda metáfora, analisada a seguir, compara a figuração à aplicação de um padrão de medição.

### 5.3 A intenção como aplicação de um padrão de medição

#### 5.3.1 A comparação da expectativa como uma “procura” e a concepção de “espaços” da linguagem

Nesta seção será analisada a concepção de intenção como aplicação de um “método de verificação” de uma proposição ou de realização de uma expectativa, desejo ou ordem. Anteriormente ressaltou-se o papel da intenção na comparação da expectativa com um evento, e que o elemento de intenção analisado neste trabalho se encontra na maneira como a mesma é feita, segundo um método de verificação como, por exemplo, olhar ou procurar por algo. Segundo Wittgenstein, ter uma expectativa está ligado a uma procura. E a mesma pressupõe que se saiba o que se procura antes de encontrar. Neste caso, a teoria de Russell não caberia aqui, pois, em concordância com esta metáfora, procurar é um ato que supõe que se saiba *antecipadamente* o que se procura e *onde* se procura. Este “lugar” onde se procura o que se espera aparece em alguns momentos no capítulo III, como no parágrafo §28:

---

<sup>167</sup> Id. Ibid. p. 54.



*“Ter uma expectativa está ligado a procurar: procurar alguma coisa pressupõe saber o que estou procurando, sem que o que procuro tenha que existir. (...).*

*O evento que substitui a expectativa é uma resposta a ela.*

*Mas, para que seja assim, algum evento tem de necessariamente tomar seu lugar e isso, como é natural, implica que a expectativa tem de estar no mesmo espaço que o objeto da expectativa”<sup>168</sup>.*

A procura pelo evento que realiza a expectativa não deve depender de a expectativa já estar realizada (como na teoria de Russell), pois isso violaria a concepção que outrora foi chamada de “tese da bipolaridade da proposição”, ou seja, na concepção de Wittgenstein, o sentido da expectativa não deve depender de sua confirmação, assim como o sentido de uma proposição não deve depender de sua verdade, tese que o autor ainda sustenta nas *Observações*. Como afirmado anteriormente, a expectativa é um modelo da realidade, seja ele o caso ou não. Mas como isso seria possível sem o recurso à identidade entre a forma lógica da linguagem e do mundo? O autor afirma que, para que um evento possa tomar o lugar da expectativa e, assim realizá-la, ele deve estar “no mesmo espaço” da mesma. Este espaço não possui aqui as propriedades do “espaço lógico” do *Tractatus*, mas é concebido “em um sentido completamente geral”<sup>169</sup>. Podemos dizer que se refere ao espaço daquilo que é possível na linguagem. Neste caso, é possível se falar de um “espaço das cores”, ou de um “espaço dos sons”, por exemplo. Não se trata de dizer que estes espaços existem no mundo, e nem de se dar uma descrição ontológica do mesmo. Mas, segundo o que afirma Bento Prado Neto<sup>170</sup> tal espaço se refere ao “possível”, do que se pode falar, independente que seja ou não o caso. Este espaço de possibilidades pode ser considerado um “campo de possibilidades”: de possibilidades de escolha entre o azul ou vermelho, entre o

---

<sup>168</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações Filosóficas*. p. 53.

<sup>169</sup> Id. Ibid. p. 55.

<sup>170</sup> Bento PRADO NETO. *Fenomenologia em Wittgenstein: tempo, cor e figuração*. p. 140.

agudo ou o grave, mas somente dentro das possibilidades do seu próprio espaço, segundo as regras gramaticais. Trata-se, portanto, de espaços de possibilidades na linguagem.

Em muitos momentos do texto das *Observações* Wittgenstein se refere a “espaços” específicos, como o “espaço das cores”, o “espaço dos sons” ou mesmo o “espaço da dor”. Longe de fazer afirmações ontológicas sobre o mundo, estes espaços podem ser considerados como “regiões” do possível na linguagem, ou seja, do que é possível se falar quando se trata de cores ou sons, por exemplo. Portanto, nas *Observações*, a concepção de “espaço”, diferente da concepção de “espaço lógico” do *Tractatus*, compreende uma pluralidade de espaços como espaços de possibilidades específicas, de que uma mancha seja vermelha ou verde, no caso do espaço das cores, por exemplo. É um espaço de possibilidades que não corresponde a regiões do mundo, mas à regiões possíveis de expressão de cores, sons ou outras coisas na linguagem, do que é possível ou não falar. Segundo Prado Neto, ocorre nessa nova concepção uma “dessubstancialização”<sup>171</sup> do mundo, já que não se afirma algo sobre características da realidade, mas do que é possível se falar sobre mundo através da linguagem, ou seja, se permanece sempre no terreno da linguagem.

Com a ruína da concepção de objeto simples e da independência das proposições elementares, presentes no *Tractatus*, o solo no qual se sustentava a estrutura lógica do mundo partilhada com a linguagem ruiu, e passou a ser necessário não se ver mais uma ligação entre proposições e fatos através da correspondência entre seus respectivos elementos. Os problemas que levaram o autor a repensar as suas concepções presentes nesta obra não serão aqui abordados. O ponto a ser destacado aqui é que Wittgenstein passou a manter a discussão somente no terreno da linguagem e a escapar das concepções ontológicas, como as do *Tractatus*. Por isso, nas *Observações* não há mais a tentativa de descrever as relações entre fatos e seus elementos: os objetos. Nenhuma afirmação é feita sobre a estrutura lógica do mundo, mas somente sobre a maneira como este é representado pela linguagem, na forma de expectativas,

---

<sup>171</sup> Id. Ibid. p. 40.

desejos e crenças, por exemplo. No momento do *Tractatus* o autor considerou a linguagem como uma “roupa que disfarça o pensamento”. À primeira vista a linguagem corrente não revela a sua estrutura lógica, o que leva à necessidade da tarefa de análise. Dessa forma, todas as proposições da linguagem poderiam ser analisadas nas funções e operações de verdade e, independente do conteúdo, revelariam sua forma lógica unívoca sob esta análise. Quando, porém, o autor procura modificar suas concepções, procurou também reformular a sua concepção sobre a relação entre linguagem e mundo. Portanto, passa a falar de várias “classes de linguagens” diferentes, que se equivalem e podem ser traduzidas em outras e comparadas entre si.

Para que se possa melhor entender esta nova posição de Wittgenstein, é necessária uma exposição de algumas passagens relevantes do capítulo I da *Observações*. No início do capítulo já é possível notar a mudança de concepção do autor com relação ao *Tractatus*. A análise da linguagem passa a ser o esclarecimento da gramática. A concepção de “gramática” e de regras gramaticais serão desenvolvidas em detalhes no texto do *Big Typescript*, e por isso só serão analisadas aqui na medida em que esclarecem o que o autor entende por “espaços”. No parágrafo I é possível perceber a substituição da estrutura unívoca da linguagem na forma de proposições como descrições do mundo. O que entra no lugar são diferentes classes de linguagens com diferentes funções. A tarefa de análise não corresponde mais a análise dos elementos da proposição, mas trata-se agora de comparar diferentes proposições e mostrar o que é essencial a elas, para que as “rodas ociosas” da linguagem possam ser descartadas. Cumpre, então comparar estas diferentes linguagens para se chegar a uma “representação perspicua” da mesma. Esta representação também poderia ser caracterizada como uma visão do todo e das partes da linguagem, ou seja, do seu conjunto. O que restou à linguagem são diferentes expressões da mesma, que poderiam ser traduzidas uma na outra, segundo regras gramaticais. Segundo essa concepção, não é mais possível qualquer afirmação sobre a estrutura lógica do mundo, mas somente de se descrever o mesmo tal como ele pode ser descrito pela linguagem. Segundo uma passagem do capítulo VIII das *Observações*:

*“Se alguém dissesse: mas como se sabe que toda a realidade pode ser representada por proposições?, a resposta seria: só sei que ela pode ser representada por proposições na medida em que ela pode ser representada por proposições, e traçar uma linha entre uma parte que pode e uma parte que não pode ser representada assim é algo que não posso fazer na linguagem. Linguagem quer dizer a totalidade das proposições”<sup>172</sup>.*

Segundo Mauro Engelmann<sup>173</sup>, as regras gramaticais da linguagem são arbitrarias no sentido em que não podem ser justificadas por outras regras ou por qualquer outra coisa. “Arbitrariedade” aqui não se refere à decisão de algumas pessoas com relação às mesmas, mas à impossibilidade de justificar essas regras. Uma única ressalva deve ser feita aqui: o termo “arbitrariedade” faz parte do vocabulário do *Big Typescript*, mas segundo a passagem acima é possível se dizer que se trata de um desenvolvimento inicial do emprego deste termo segundo o prosseguimento do pensamento do autor. Tais regras não poderiam ser justificadas por proposições, segundo a afirmação de Wittgenstein no parágrafo §7, pois as mesmas deveriam pressupor o funcionamento das regras que devem justificar. Outro motivo é que, se as mesmas fossem justificadas por proposições, deveriam partilhar a natureza contingente das primeiras e dos fatos descritos por elas. Não é demais lembrar que proposições que fazem afirmações sobre o mundo devem também poder ser consideradas falsas, o que resultaria em um contra senso, neste caso. Portanto, estas regras são, segundo Mauro Engelmann, necessárias pois, não podem ser justificadas, mas são pressupostas para o funcionamento da linguagem.

Wittgenstein dá mais detalhes destes “espaços” de possibilidade na linguagem no parágrafo §3b, ao afirmar que as palavras “cor”, “som” e “número”, por exemplo, podem ser consideradas como “capítulos” da gramática: eles apresentam palavras que podem ser usadas segundo as regras relativas às cores, no caso do “espaço das cores”, por exemplo. Alguém poderia dizer que “o azul desta parede é mais claro que o azul desta mesa”, e estaria utilizando a palavra “azul” de modo significativo

---

<sup>172</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações Filosóficas*. p. 95. §85b.

<sup>173</sup> Mauro L. ENGELMANN. *Wittgenstein Philosophical Development*. p. 60.

dentro do que é possível dizer no “espaço das cores”. Segundo Mauro Engelmann, cada um destes espaços possuem regras e são independentes uns dos outros, como o dos sons, por exemplo<sup>174</sup>. Quando palavras que denotam cores ou sons são usadas ao se referir a outro espaço, surgem proposições sem sentido, tal como explica o exemplo no parágrafo §45c: Alguém poderia dizer que uma cor está mais clara ou mais escura, mas não que está ficando mais pesada<sup>175</sup>. As possibilidades do uso das palavras correspondentes às cores se restringem ao seu relacionamento com alguns predicados, mas não com outros, pois há regras gramaticais que não permitem que a palavra “azul” seja usada no espaço “leve ou pesado”, porém suas possibilidades gramaticais permitem que ela seja usada no espaço “claro ou escuro”. Tais regras mostram que existem diferentes “espaços” de possibilidades destes usos. No espaço das cores temos as palavras: branco, azul, amarelo, verde, por exemplo. No dos sons temos grave, agudo, alto, baixo, etc. Estes espaços, que também podem ser entendidos como “classificações de palavras”, utilizam as mesmas como variáveis em proposições. Assim “verde” é uma variável que pode ser substituível por “azul” ou “amarelo” na frase “a cadeira é verde”, por exemplo. E como se pode saber que uma palavra pode ser substituída por outra? Segundo Mauro Engelmann, o que permite esta substituição é o resultado da substituição: quando uma palavra é substituída por outra do mesmo espaço e continua a fazer sentido, então ela é permitida pelas regras<sup>176</sup>. Portanto com essas concepções de Wittgenstein a respeito deste espaço de possibilidades na linguagem já explicitadas, é possível voltar para a análise da concepção de expectativa como uma “procura”, e de sua comparação com uma “padrão de medida”.

---

<sup>174</sup> Mauro L. ENGELMANN. *Wittgenstein Philosophical Development*. p. 51.

<sup>175</sup> Id. Ibid. p. 51.

<sup>176</sup> Id. Ibid. p. 52.

### 5.3.2. A intenção como aplicação de um padrão de medida e a metáfora da régua

Neste ponto do trabalho, a segunda metáfora utilizada por Wittgenstein para explicitar o papel desempenhado pela intenção na figuração é a aplicação de um “padrão de medida” (Maßstab) na comparação de uma proposição com um fato, ou seja, segundo um método de verificação. No parágrafo §33A e b Wittgenstein afirma que:

*“Procurar algo é, certamente, uma expressão da expectativa. Em outras palavras: o modo como se procura espera aquilo que se espera [encontrar].*

*Assim, a ideia seria: o que a expectativa tem em comum com a realidade é que ela se refere a outro ponto no mesmo espaço. (‘Espaço’ em um sentido completamente geral)<sup>177</sup>.*

O ponto mais importante a ser considerado nesta passagem não é propriamente o espaço ser o “mesmo” espaço, mas o que o autor afirma sobre a procura: Mais importante do que o que se procura é o “como” se procura, ou seja, o método de verificação usado na comparação da expectativa com o evento. Aqui Wittgenstein desenvolve a concepção de método de verificação como uma comparação da figuração, aplicando-se ao fato um “padrão de medida”, ou seja, tal como se aplica uma régua. Outrora, no *Tractatus*, o autor havia comparado as proposições como “uma régua (Maßstab) aposta à realidade<sup>178</sup>”. A palavra *Maßstab* também poderia ser traduzida como um “padrão de medida”, tal como aparece no parágrafo §33e: “a expectativa, por assim dizer, prepara um *padrão para medir* o evento quando ele acontece<sup>179</sup>”. Isso significa dizer que não se está mais no terreno da concepção figurativa do *Tractatus*, na qual há uma estrutura lógica em que os

---

<sup>177</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações Filosóficas*. p. 55.

<sup>178</sup> Idem. *Tractatus Logico-Philosophicus*. p. 143 2.1512. Trad. Luiz H. Lopes dos Santos.

<sup>179</sup> Idem. *Observações Filosóficas*. p. 55 §33. Trad. Adail Sobral e Maris S. Gonçalves (o grifo é nosso).

nomes correspondem aos objetos e as proposições aos fatos de maneira espelhada. Mas também essa concepção não se afasta tanto daquela, já que proposições e expressões de expectativas também são “apostas”, ou seja, colocadas “sobre” o fato, para que ambos possam ser comparados. Segundo Jakub Mácha, trata-se de uma metáfora que procura mostrar a possibilidade de comparação entre duas coisas diferentes, mas com certas ressalvas, pois a régua, por exemplo, é um objeto material, enquanto a expectativa não o é<sup>180</sup>. O que Wittgenstein entende aqui como padrão de medição se refere ao “como” a expectativa está direcionada ao evento, ou melhor, ao “como” é possível verificá-la, tal como o autor trata de destacar no texto: “Diga-me *como* você procura e lhe direi o *que* você procura”<sup>181</sup>, ou seja, o método de verificação é determinante para a possibilidade da própria verificação. Trata-se aqui da intenção presente na maneira como este padrão é aplicado no modo como a proposição é verificada. Em outra passagem o autor exemplifica a sua concepção: Se alguém espera que outra pessoa tenha 1,70 metro de altura, então ela, mesmo sem saber a sua altura, sabe que deve usar uma fita métrica para medi-la, e não uma balança<sup>182</sup>. Portanto, a intenção se mostra na maneira como se usa certo método de verificação em detrimento do outro. A figuração supõe uma “escolha” em se utilizar um padrão de medição, e não outro, para que se possa verificar a realização da expectativa, por exemplo. Assim como a fita métrica procura se dirigir à altura de algum objeto, é possível dizer, portanto, que há uma intenção na aplicação de um método de verificação específico em detrimento do outro, além de um direcionamento que vai da expectativa para o evento. A maneira como alguém se dirige para um evento, para verificar a sua verdade ou falsidade, já é uma maneira na qual há uma intenção. Quando Pedro espera que João tenha 1,73m de altura, já “sabe antecipadamente” como verificar a sua expectativa. Esta já está em relação interna com o evento que se pretende medir, pois Pedro sequer poderia esperar isto, se não houvesse o método de se verificar a altura de alguém. A maneira como Pedro pode realizar a sua expectativa está na multiplicidade da

---

<sup>180</sup> Jakub MÁCHA. *Wittgenstein on internal and external relations*. p. 110.

<sup>181</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações Filosóficas*. p. 52.

<sup>182</sup> Id. *Ibid.* p. 55.

expressão da mesma. Pedro não poderia pensar em esperar que João tenha 1,73m se não houvesse o metro, a fita métrica e a maneira de se medir.

Jakub Mácha trata desta metáfora, afirmando que a relação interna entre expectativa e evento aqui se mostra no sentido em que esta metáfora da figuração como um padrão de medida pode ser caracterizada no fato de que a expectativa e o evento têm algo em comum: a mesma descrição vale para ambos. O objetivo de Wittgenstein aqui é o de mostrar como duas coisas podem ser comparadas: no caso da expressão da expectativa “*p*” e do evento “*p*”, o que existe de comum entre ambos é a proposição “*p*”<sup>183</sup>. Portanto, segundo o que já foi afirmado, se trata da expressão de ambos na linguagem. Há uma relação interna entre a descrição do padrão de medida e do evento, pois a mesma descrição serve tanto para a régua como para o objeto medido. No entanto, este autor alerta para uma possibilidade de engano no uso destas descrições: dizer que uma mesa tem um metro de comprimento é diferente de dizer que o metro de Paris tem um metro. Enquanto a primeira é uma descrição de algo empírico, a segunda é a expressão de uma regra<sup>184</sup>. No entanto, a linguagem corrente permite a afirmação de que a mesa e o metro de Paris possuem um metro de comprimento. Por causa disso, Wittgenstein utiliza outras metáforas para a expectativa em suas obras posteriores.

Como já foi afirmado, a aplicação de um padrão de medida, a partir do qual é possível dizer se a expectativa foi realizada, ou não, o que corresponde também a um método de verificação, portanto, é intencional, ou seja, nada há na própria proposição que exija um método de verificação e não outro. Não está nos próprios sinais usados para expressá-la a necessidade deste ou daquele padrão. Esta é uma escolha que pressupõe uma intencionalidade capaz direcionar a comparação de ambas de uma maneira, ou seja, conforme afirmado no parágrafo §24, ela encontra-se expressa na maneira como essa comparação se faz no momento da mesma. Um exemplo pode ser usado para ilustrar este ponto: Alguém espera que um pacote pese 1kg, e para verificar isto, coloca o pacote em uma balança. A decisão de usar uma balança para pesar o pacote já é um ato no qual há um elemento de intenção.

---

<sup>183</sup> Jakub MÁCHA. *Wittgenstein on Internal and External Relations*. p. 111.

<sup>184</sup> Id. *Ibid.* p. 111.



Pois alguém poderia, de outro modo, medir a altura ou largura do pacote, ou verificar a sua cor, ou até sentir o seu cheiro. Nada há no pacote que exija um método e não outro. Sendo assim, a expressão da expectativa: “espero que este pacote pese 1kg” está em relação interna com a descrição do próprio pacote. Neste caso, a escolha está em se usar um padrão de medição e não outro. Assim como no ato de procurar, o ato de esperar também pressupõe um método. Quando alguém quer encontrar um objeto pessoal, como uma chave, procura em todas as partes da casa, examinando gavetas e armários, colocando suas mãos nos bolsos e até mesmo olhando debaixo de sua mesa, etc. Este método se encontra no ato de se procurar a chave. Da mesma forma quando alguém tem uma expectativa, no ato de se esperar está pressuposto um método. Não seria possível se pensar na possibilidade de se verificar a realização da primeira sem a possibilidade deste último.

O elemento de intenção, que se expressa na maneira como uma proposição é verificada, pode utilizar vários tipos de padrões. O ponto central da análise realizada é que esta aplicação de um padrão é intencional, ou seja, é direcionado da expectativa para o evento. Tal elemento não pode ser confundido com a própria figuração, mas é parte indissociável da mesma, o que resulta no fato de que o modo como as figurações são comparadas com o fato já possuem essa característica de direcionamento, mas não porque elas são anteriores à figuração, como algum tipo de estado mental. Wittgenstein recusa essa interpretação psicologizante. Mas se ambos estão internamente relacionados é porque esse direcionamento acontece em um viés “lógico”, ou seja, a intencionalidade passa a ser condição para o discurso significativo. Se, por exemplo, alguém espera que o muro tenha um tamanho de 4 metros, então já se sabe qual tipo de padrão de medida poderia ser aplicado. O padrão de medição, que poderia ser uma régua, ou uma fita métrica, ou um termômetro ou um barômetro, por exemplo, podem ser de diferentes formas, assim como são diferentes as expectativas, ordens, desejos e figurações em geral. Outro exemplo poderia ser o de uma comparação de uma mancha vermelha com uma amostra desta mesma cor. Segundo Wittgenstein, tanto o padrão de medição quanto a descrição do evento medido pertencem à linguagem<sup>185</sup>, e ambos estão dentro do

---

<sup>185</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações Filosóficas*. p. 57.

espaço de possibilidades daquilo que é possível segundo regras gramaticais. Ele afirma que tanto a figuração quanto à própria cor estão no mesmo espaço, no que se poderia chamar genericamente de “espaço das cores”. Segundo o autor, dentro deste espaço de possibilidade seria possível se “operar com nossas figurações”<sup>186</sup>, para passar do vermelho para o rosa, ou para “imaginar” uma mancha que fique gratativamente mais avermelhada, etc.

Wittgenstein continua a tratar da necessidade de métodos de verificação para a sua concepção de figuração no capítulo IV, em várias passagens a partir do parágrafo §42. No §43 encontra-se esta necessidade de modo explícito, na afirmação que o sentido de uma proposição depende de *como* sua verdade ou falsidade pode ser decidida<sup>187</sup>, ou seja, da maneira como é possível se verificar a verdade de uma proposição segundo um método. O mesmo desempenha uma função semelhante àquela outrora desempenhada pela forma de afiguração no *Tractatus*: possibilitar o sentido da proposição. No caso da nova concepção de Wittgenstein. O “como” essa questão da verdade ou falsidade deve ser decidida indica a maneira como esta proposição é verificada: olhando para a realidade de certa maneira. A diferença, em comparação com o *Tractatus* é que, no caso dos métodos de verificação, no texto das *Observações*, precisa-se somente se ter a certeza que se pode empregar certo padrão de medição e não outro, para não se incorrer em contra-sensos, pois não se poderia verificar uma cor com o tato, ou medir a intensidade do volume do som com uma balança. O papel da intenção como aplicação de um padrão de medida está vinculado ao próprio sentido da proposição, pois como já foi dito anteriormente, o sentido da mesma consiste na sua possibilidade de a mesma ser verdadeira ou falsa. Portanto, essa comparação da mesma com o fato só é possível segundo um padrão.

A metáfora da régua (Maßstab), que continua a se fazer presente no capítulo IV, indica que, quando se usa uma descrição de uma cor em um fato, não se está utilizando somente uma cor, mas “a régua toda”, ou seja, todas as cores. Não é somente uma marca da régua que se utiliza para medir o evento, pois quando é

---

<sup>186</sup> Id. Ibid. p. 57.

<sup>187</sup> Id. Ibi. p. 61.

afirmado que certo objeto tem uma cor, exclui-se com isso todas as outras cores. Isso também pode se relacionar ao exemplo dos sons: O silêncio é sempre silêncio em oposição a um som, diferente do silêncio absoluto. Portanto uma pessoa surda sequer poderia dizer que escuta o silêncio, pois este sempre é oposto a um som, ou seja, é mais uma das marcas na “régua”. Quando se ouve um barulho mínimo exclui-se o silêncio e todas as outras intensidades sonoras<sup>188</sup>.

Para se entender melhor o modo como este padrão de medição, ou seja, esta régua pode, neste momento, medir um fato, faz-se necessária uma análise de alguns parágrafos do capítulo VIII. Na organização final do texto das *Observações Filosóficas*, o autor decidiu localizar o trecho que faz parte do capítulo VIII, do parágrafo §82 até o final do capítulo, separado do texto que imediatamente o segue. Segundo Bento Prado Neto, o último parágrafo deste capítulo, o §86, era imediatamente seguido pelo início do capítulo II nos manuscritos<sup>189</sup>. Portanto, é explícita a continuidade desde o §82, no qual o autor começa falando de um problema da linguagem e termina falando no início do segundo capítulo sobre a multiplicidade da mesma. No §82 Wittgenstein faz uma crítica à sua “antiga maneira de pensar”, ao dizer que a mesma não esgotava as possibilidades das funções de verdade que poderiam se aplicar à proposição elementar. E neste momento o autor sustenta a concepção segundo a qual uma medida da régua (Maßstab) exclui todas as outras, e o que é aplicado à realidade não é somente uma proposição, mas todo um “sistema de proposições”. O caso aqui analisado se diferencia do exemplo da “régua” no *Tractatus*, pois naquela concepção somente uma proposição era aposta à realidade, como uma régua. Porém Wittgenstein chegou à conclusão de que, quando se usa uma régua, o objeto não é medido somente com uma marca na sua graduação, mas com todas as marcas, ou seja, na concepção das *Observações*, são todas as proposições do sistema que são comparadas à realidade. No caso de uma descrição que incluía a presença de uma cor, todas as outras também são apostas ao evento e negadas. No decorrer do parágrafo, Wittgenstein dá o exemplo da dor: alguém poderia dizer que não tem dor, mas somente em oposição à mesma, ou

---

<sup>188</sup> Id. Ibid. p. 60.

<sup>189</sup> Bento PRADO NETO. *Fenomenologia em Wittgenstein: tempo, cor e figuração*. p. 134.

seja, somente se falando sobre a possibilidade desta. É isso que permite que pareça que se precise afirmar “*p*” para se negar “*p*”<sup>190</sup>. A marca “sem dor” não é somente um tipo de medida independente das outras. Ela deve ser pensada no espaço da dor. A mesma não é um ponto, mas toda a “régua”. Seria possível, em vez de se utilizar a palavra régua, utilizar a palavra “escala”, que também é um padrão de medida. A situação aqui de “não sentir dor”, segundo o autor, poderia corresponder ao ponto “zero” nesta “escala”. Neste caso, a intensidade da dor é medida em relação a esse ponto zero. A mesma aqui não se constitui como um tipo de predicado simples, mas a dor é “toda a régua”, ou seja, é todo o espaço de possibilidades na qual ela pode ser de grande ou de pouca intensidade, ou mesmo nenhuma. É o que se poderia aqui chamar de “espaço da dor”. Isso também pode ser aplicado no caso das cores: ao se afirmar que certa mancha é verde, opõe-se ao verde todas as outras cores, que podem ser consideradas como possibilidades variáveis dentro desta descrição: a mancha poderia ser azul, roxa ou vermelha.

Assumindo esta concepção da figuração segundo um padrão de medição (Maßstab), Wittgenstein destrói as bases de sua antiga concepção da proposição elementar, pois quando é aplicado um padrão de medição ao evento, aplica-se a ele todas as marcas da régua. Na escolha de uma proposição para descrever um evento exige-se necessariamente a exclusão das possibilidade de outras proposições elementares. Se a mancha é vermelha, então exclui-se a possibilidade de ela ser azul ou amarela, por exemplo. Sendo assim, de uma proposição elementar dependeria a verdade da outra, e elas não mais seriam independentes umas das outras, tal como foram pensadas no *Tractatus*.

Uma dor de grande intensidade exclui a possibilidade de todas as outras. Mas a aplicação da régua “dor” introduz todas as outras possibilidades deste padrão de medição. Segundo Prado Neto, não vale mais aqui a concepção de *Vertretung* (substituição) presente no *Tractatus*, onde nomes substituem objetos no contexto da proposição. A própria concepção de objeto simples desaparece e dá lugar a essa nova concepção de figuração<sup>191</sup>. Nesta concepção, a escolha de uma destas

---

<sup>190</sup> Id. Ibid. p. 53-54.

<sup>191</sup> Id. Ibid. p. 135.

diferentes possibilidades entre outras para a figuração de um fato se constitui na exclusão da possibilidade de todas as outras, não restando mais espaço para a independência das proposições elementares. Wittgenstein comenta em vários momentos destes capítulos a respeito da inviabilidade de sua antiga concepção. No §83, principalmente, o autor afirma que suas funções de verdade aplicadas às proposições elementares não mais poderiam ser consideradas como o que de mais básico existe na análise da linguagem, mas são apenas uma parte do seu todo.

Como já foi dito, tais proposições devem ser dependentes. Dessa forma, uma afirmação da possibilidade de uma proposição: “a mancha é verde” implica a negação de outras possibilidades de cores: “a mancha não é vermelha”, ou “a mancha não é azul”, ao mesmo tempo que mostra a falsidade de outras proposições: “a mancha é vermelha”, ou a “mancha é azul”, etc. Se uma expectativa aplica um “padrão de medição”, ou seja, uma “régua” à realidade, então, nesta concepção seria impossível que dois pontos na mesma régua (ou na mesma escala) possam corresponder à mesma situação. Isso exclui a possibilidade de um ponto no campo visual ser, ao mesmo tempo, verde e vermelho. O ponto “verde” excluiria automaticamente o ponto “vermelho”. Aqui ainda estamos no terreno da linguagem, das regras gramaticais: Não se pode usar dois pontos da mesma escala para representar a mesma coisa. Dentro desta concepção de Wittgenstein, cada evento pode ser representado por “coordenadas diferentes”. Sendo assim, uma pode ser de tamanho  $x$ , a uma distância  $y$ , de uma cor  $z$ , etc. Nesta concepção de coordenadas, duas delas, referentes ao tamanho, por exemplo, não poderiam ser aplicadas ao mesmo objeto, e da mesma forma duas coordenadas de distância ou de cor. Isso violaria explicitamente as regras gramaticais do que se é possível falar.

Conclui-se, a partir da exposição da intenção como aplicação de um padrão de medida ao evento, realizada acima, que a figuração se encontra indissociavelmente conectada à intenção, ou seja, ao ato de se comparar a expressão da expectativa com o evento. A expectativa é intencional porque a figuração se dirige ao evento, aplicando nele um padrão de medida ou, segundo a metáfora exposta, uma régua para medir o evento. Também foi explicitada a maneira como um padrão de medida é apostado ao evento, não aplicando ao mesmo somente uma marca da régua, mas todas as suas marcas, como no exemplo do espaço das cores, não somente o azul, mas também o amarelo, vermelho, verde,

etc. A próxima seção destacará a comparação da expectativa como um volume a ser preenchido, e em seguida apresentará uma conclusão parcial do capítulo.

#### 5.4 A metáfora da expectativa como uma “forma vazia” a ser preenchida

Há ainda outra metáfora relacionada ao elemento de intenção, que ilustra a relação entre expectativa e evento, de maneira semelhante à metáfora da régua: a metáfora da expectativa como “forma vazia” a ser preenchida por uma “forma sólida”, ou segundo a forma descrita por Jakub Mácha, da proposição como um “cilindro” e do evento como um “pistão”<sup>192</sup>. Essa metáfora se encontra exposta no parágrafo §34 no capítulo III. Nesta passagem o autor afirma que:

*“A expectativa de p e a ocorrência de p correspondem, talvez, à forma vazia e à forma sólida de um corpo. No caso, p corresponde à forma do volume e as maneiras diferentes em que essa forma é dada correspondem à diferença entre expectativa e ocorrência”<sup>193</sup>.*

Esta metáfora é semelhante à anterior em alguns aspectos. Em primeiro lugar corresponde a um padrão de medida, e em segundo lugar não há a necessidade de qualquer elemento intermediário nesta relação. O ponto principal em questão é que evento e a expectativa estão em relação interna: ao mesmo tempo que o evento preenche a expectativa, a mesma também é definida como espaço a ser preenchido por aquele evento específico. Mácha afirma que essa metáfora permaneceu importante durante a continuidade da obra de Wittgenstein até as *Investigações Filosóficas*<sup>194</sup>. No entanto, nesta última, essa relação é comparada à relação entre um cilindro e um pistão, que se encaixa no mesmo. O objetivo desta metáfora nas *Observações* é o de mostrar a relação indissociável entre expectativa e evento.

---

<sup>192</sup> Jakub MÁCHA. *Wittgenstein on internal and External Relations*. p. 113.

<sup>193</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Observações Filosóficas*. p. 55.

<sup>194</sup> Jakub MÁCHA. *Wittgenstein on internal and External Relations*. p. 113.

Neste sentido, a palavra *Erfüllung* traduzida do alemão<sup>195</sup> como “realização” da expectativa poderia, segundo uma possibilidade de tradução desta palavra, falar sobre um “preenchimento” da expectativa. Tal é o caso da tradução do texto das *Observações Filosóficas* para o inglês, na qual a palavra utilizada é *Fullfilment*<sup>196</sup>, que se refere literalmente a um preenchimento. Porém será utilizada a palavra “realização” em fidelidade a tradução aqui utilizada das *Observações*.

No entanto, Jakub Mácha ainda aponta uma dificuldade nessa metáfora: Se a expectativa é vista como um volume vazio a ser preenchida por um volume sólido, tal como um pistão preenche um cilindro, então poderia se dizer que se trata de uma relação externa, já que o pistão equivaleria à descrição de Russell: a expectativa seria algo de insatisfeita e o evento como algo que a satisfaz. A solução de Mácha é lembrar que não se trata de um preenchimento real, mas sim da expressão da expectativa na linguagem: a mesma descrição serve tanto para a expectativa como para o evento que a realiza. Ainda segundo esta metáfora, se o evento preenche a expectativa, é porque ambos tem a mesma forma. Portanto permanece essa metáfora como a descrição de uma relação interna entre ambos.

#### 5.5 O elemento de intenção no texto das *Observações Filosóficas*: síntese e conclusão da análise

Segundo o que foi possível analisar a respeito das características do elemento de intenção destacado por Wittgenstein no capítulo III das *Observações*, a conclusão que se chega é que o mesmo desempenha um papel essencial na estrutura da concepção de figuração e de linguagem apresentada. Foi possível encontrar três funções principais para este elemento de intencionalidade. Em primeiro lugar o elemento de intenção está presente na sua função de utilizar sinais gráficos como figuração de fatos, de maneira equivalente ao método de projeção exposto no *Tractatus*. Essa função, de usar sinais gráficos e sons da voz como

---

<sup>195</sup> Ludwig WITTGENSTEIN. *Philosophische Bemerkungen*. p. 65. §25.

<sup>196</sup> Idem. *Philosophical Remarks*. p. 65. §25.

figurações, neste momento, permite que se use estes sinais como expressões de expectativas, comandos e desejos. Segundo a metáfora da linguagem como mecanismo, não é possível se conhecer o propósito das suas alavancas, ou seja, das suas palavras sem este elemento de intenção. Não se pode conhecer o funcionamento do painel de controle da linguagem por ela mesma, mas segundo o propósito dado à ela. Dessa forma há uma aplicação do uso das palavras que só pode ser feito por uma intencionalidade. Dentro desta função se encontra outra semelhante, que afasta essa concepção de qualquer interpretação psicológica: trata-se de uma intencionalidade na operação de sinais. Porém, não no contexto das operações de verdade do *Tractatus*, mas da comparação das diferentes classes de linguagens, buscando nelas o que há de comum em sua expressão. É a função que permite que um desenho de uma casa seja comparada com a descrição da mesma em uma história, e com a planta produzida por um arquiteto.

O segundo ponto pode parecer o mais simples, mas é o caráter de direcionamento da expectativa com relação ao evento. Esta é caracterizada geralmente como expectativa de algo específico, ou seja, está em relação interna com o evento. Tal relação necessária a ambos é pressuposta para o sentido da mesma, e a análise da linguagem a fundamenta, pois só é possível se ter expectativa na linguagem: essa relação interna se mostra na constatação que descrever a expectativa significa descrever o evento que a realiza. Sendo assim a mesma descrição serve para ambas.

A última função a ser destacada é a função da aplicação de um padrão de medida segundo um método de verificação, exaustivamente explanada neste capítulo. A intenção não equivale à figuração, mas a comparação da mesma com o fato é intencional, ou seja, a mesma está na maneira como aquela é comparada e verificada. Não seria possível se comparar uma expressão de expectativa com um evento se não houvesse um método para isso. Trata-se da intenção em sua função lógica, pois não se trata aqui da escolha psicológica de um sujeito. Esta tem a função de aplicar à verificação da proposição um tipo de padrão de medida, ou seja, a mesma sempre é verificada de uma certa forma. Nada há na proposição ou na expressão de expectativa especificamente que exija que ela seja comparada de uma determinada forma com um evento. A mesma não está dada, mas a intenção se expressa na maneira como essa mesma comparação é feita.



Portanto, a concepção de intenção desempenha um papel imprescindível para o funcionamento da linguagem nesta obra, e é explicitamente admitida neste momento da produção filosófica do autor, em oposição à sua forma “implícita” no *Tractatus*, como método de projeção. A mesma foi admitida como solução para os problemas levantados pela teoria causal do significado de Russell e também como recurso aos problemas da concepção de forma lógica do *Tractatus*. Será apresentada, no próximo capítulo, uma conclusão geral deste trabalho.

## 6. Conclusão

O objetivo deste presente trabalho foi fazer uma análise da necessidade do elemento de intenção presente na obra *Observações Filosóficas* e o papel essencial desempenhado pelo mesmo. O caminho percorrido até este momento apresentou a necessidade deste elemento para as novas concepções desenvolvidas nesta obra, e suas diferenças com relação ao *Tractatus*. O principal problema enfrentado por Wittgenstein no momento da passagem desta obra para o momento das *Observações*, ou seja, da reestruturação da sua filosofia, foi o de garantir a conexão entre linguagem e mundo como uma necessidade lógica. A concepção desenvolvida nas *Observações* aponta para a necessidade de um elemento não trabalhado de modo explícito em sua obra anterior, que chamou de “elemento de intenção”. Portanto, Wittgenstein constatou a necessidade de uma forma de intencionalidade para a sustentação da própria lógica da linguagem e do seu funcionamento, e é possível dizer que o mesmo defendeu uma concepção de linguagem na qual a intencionalidade tem importância principal. Foi o objetivo da introdução e do segundo capítulo a análise da necessidade deste elemento e do contexto das discussões e problemas entre os quais a discussão sobre a intenção se desenvolve.

Neste momento o autor se defrontou com a teoria causal do significado de Russell e procurou explicitar as suas consequências catastróficas para a compreensão do funcionamento da linguagem. Trata, portanto, de mostrar a diferença de sua concepção com a de Russell ao afirmar a necessidade de uma relação interna entre pensamento e fato, e particularmente entre expectativa e evento. Um objetivo compartilhado por ambos foi a análise de diferentes aspectos da linguagem, como os desejos, crenças e principalmente das expectativas. A descrição de Russell da relação entre expectativa e evento como uma relação externa foi longamente criticada por Wittgenstein, que em lugar da mesma apontou para a necessidade de um elemento de intenção na linguagem. Tal conexão não poderia se dar por uma relação externa, pois isso não permitiria que a mesma fosse uma relação necessária. Então sustenta que tal relação só poderia ser interna a ambos e condição para qualquer tipo de figuração. Este trabalho procurou mostrar como as teorias de Russell se diferenciam da concepção de Wittgenstein através da exposição das primeiras e das críticas deste último.

No entanto, ao mostrar as diferenças entre estas concepções, uma concepção se mostrou essencialmente relevante para a exposição do elemento intenção: a concepção de “relação interna”, herdada do *Tractatus*. Foi o objetivo deste trabalho fornecer uma base sólida para o entendimento do que Wittgenstein entende como “relação interna” e da maneira como a mesma foi utilizada nas *Observações*. Ao mesmo tempo este trabalho procurou mostrar que é possível se falar sobre uma intencionalidade no *Tractatus*, principalmente no que o autor afirmou sobre o método de projeção. Construída essa base, a tarefa prosseguiu para a análise dos capítulos III, IV e VIII das *Observações*, nos quais se buscou fazer uma análise das maneiras como a intenção aparece, do papel desempenhado pela mesma e da suas funções para a possibilidade da conexão entre linguagem e mundo.

A análise desenvolvida aqui a respeito do elemento de intenção revelou a sua necessidade na nova concepção de linguagem do autor. Após o abandono da concepção de forma lógica e do desmoronamento de algumas bases do *Tractatus*, tais como a independência das proposições elementares e a noção de objeto simples, o autor procurou alternativas para salvar a sua concepção de figuração. Uma delas já estava presente na sua obra anterior, denominada como método de projeção: o *Tractatus* conservava na sua estrutura um elemento intencional, ainda que implícito, que seria desenvolvido posteriormente. A partir de 1929 Wittgenstein passa a admitir explicitamente a necessidade de uma forma de intencionalidade na relação entre pensamento e fato. Com o objetivo de fundamentá-la, procurou mostrar em seus escritos, desta época, que era necessário um elemento que fizesse a projeção dos sinais da linguagem como figuração, ou seja, que um elemento de intenção era necessário para que tal conexão pudesse permanecer possível. O que preocupava o autor era a necessidade de uma relação interna nesta conexão, sem recorrer à algo semelhante à teoria de Russell, que exigia um terceiro evento, exterior aos demais, para tornar possível a conexão entre pensamento e fato. No entanto, por ser exterior, esta relação estava vinculada ao nível dos fatos, ou seja, daquilo que é contingente e que não poderia fundamentar a conexão entre linguagem e mundo, mas deveria ser condição da mesma. Portanto, Wittgenstein afirmou a necessidade de ambos estarem em relação interna, e não segundo a concepção de Russell.

Tal relação interna pode ser compreendida na própria linguagem, constituindo-se como uma relação gramatical, ou seja, uma relação segundo regras gramaticais.

Ao mesmo tempo em que se desenvolveu o debate com Russell, o autor passou a expor sua nova concepção de figuração, baseada em uma forma de intencionalidade, ou seja, em um elemento de intenção. Depois da exposição de suas críticas contra Russell, Wittgenstein passou a relacionar tal elemento com duas funções essenciais: a operação com sinais, ou seja, a interpretação e uso de sinais como figurações de fatos, inclusive expressões de expectativa, desejos, ordens, etc. E também com a aplicação de um padrão de medida como método de verificação para poder comparar proposição e fato. O contexto no qual se desenvolve esta exposição da sua concepção de intenção são os parágrafos II, III e IV desta obra, na qual são discutidos problemas e soluções relacionados à conexão entre linguagem e mundo. Enquanto no capítulo II são apresentados alguns problemas relacionados à expectativa, sendo que, neste mesmo capítulo, já são feitos alguns apontamentos a respeito da intenção. Delineia-se o problema de se poder confirmar a realização da mesma, ou mais especificamente, de poder afirmar que um evento é a realização daquela expectativa. Também é apresentada a linguagem como um painel de controle, que apesar de sua complexidade, precisa ser operado segundo um propósito. Portanto admite que a linguagem, ou seja, de todo o seu mecanismo, não é suficiente sem uma intenção para operá-la, ou seja, para usar as palavras como as alavancas são usadas com um propósito.

Wittgenstein vê na sua concepção de relação interna a solução para o problema levantado por Russell: como afirmar a necessidade da conexão entre pensamento e fato sem se recorrer a um terceiro evento exterior a ambos? Para ele, as relações internas são mais do que conceitos, pois são condições para todo e qualquer o discurso significativo. Tal relação se mostra na mesma descrição que é dada tanto para a expectativa quanto para o evento. Constata-se que o sentido do mesmo são as suas condições de realização, ou seja, as condições a partir das quais se pode dizer que a expectativa foi ou não realizada. Tais relações internas não poderiam ser descritas pela linguagem, já que elas são condições para que a mesma possa ser estabelecida. No *Tractatus*, Wittgenstein afirmou que a mesma se encontra presente na correspondência entre os elementos da proposição, ou seja, da figuração, e os elementos do fato. Tal relação passou a ser considerada nas *Observações* uma relação gramatical, segundo regras gramaticais. As mesmas continuam a ser necessárias, pois a correspondência através de expectativa e evento deveria ser uma relação direta para que se respeitasse o funcionamento da linguagem.

Wittgenstein procurou mostrar que as expectativas ocorrem na linguagem, e que não seria possível tê-las fora da mesma, ou seja, na concepção de Wittgenstein, trata-se da expressão da expectativa. De acordo com a análise aqui desenvolvida, constatou-se que o que há em comum entre a expectativa de  $p$  e a descrição do evento  $p$  é a proposição  $p$ , ou seja, a mesma descrição é comum a ambos, e descrever uma expectativa significa descrever a situação que a realiza. Portanto, é possível perceber uma relação interna entre a expressão da expectativa e do evento. Como Wittgenstein ressaltou, não se trata de um problema psicológico, mas de uma relação gramatical. O problema levantado no capítulo II do texto das *Observações* mostrava que era problemática a comparação do evento visto no momento e a lembrança da expectativa no pensamento, pois o que se tem na lembrança é diferente do próprio evento. Resolvendo este problema no terreno da linguagem descarta-se a necessidade de se lembrar do estado mental que se tinha no momento da expectativa, por exemplo. O que se precisa fazer unicamente é se comparar a descrição da expectativa que se tinha com a descrição do evento. Vale aqui a metáfora do autor de que a mesma é uma forma vazia a ser preenchida por um volume sólido: ambos tem a mesma forma, nesta comparação, e por isso a primeira poderia ser preenchida.

Ao dar continuidade à exposição a respeito da relação interna entre Pensamento e fato, Wittgenstein passa a localizar na figuração um elemento intencional, que não é a própria figuração, mas que se encontra expressa na maneira como esta é comparada com um fato, ou seja, no seu método de verificação. A maneira como uma expectativa, ordem, ou desejo é dirigido para o evento acontece segundo uma intenção. Este caráter de direcionamento destas ações na linguagem mostram que a verificação da realização das mesmas exige um elemento de intencionalidade, segundo uma maneira específica, de forma a evitar contra-sensos. Segundo Wittgenstein, comparar a expectativa com o evento significa medir o último, ou seja, colocar sobre ele uma régua. A maneira como a verificação é realizada não é aleatória, mas direcionada. Dessa forma, alguém só poderia medir o tamanho de uma pessoa com uma fita métrica, mas não com uma balança, por exemplo. A intenção se encontra na maneira como alguém se prepara para uma expectativa: ao esperar ver uma mancha vermelha, o indivíduo sabe quais são as condições para que a mesma possa ser verificada. O autor compara a expectativa a uma procura: esta pressupõe um espaço a se procurar, e uma maneira de se

procurar algo. Quando alguém se dirige para um evento, a fim de verificá-lo, dirige-se a ele segundo uma intenção, já esperando como a sua expectativa ou desejo poderia ser realizado. Segundo esta concepção, aquele que procura deve estar no mesmo espaço que aquilo que procura, ou seja, sua expectativa deve estar no mesmo espaço que o evento que a realiza. Estes espaços, entendidos pelo autor como um campo de possibilidades na linguagem, podem ser de vários aspectos, como das cores, sons, temperatura, etc. Portanto aquele que espera ver uma cor vermelha deve aplicar um padrão de medida ao evento ao qual compara sua expectativa segundo as regras do mesmo. A aplicação deste padrão, ou seja, desta “régua” sobre o evento se daria na forma da constatação de uma cor e da exclusão de todas as outras, dentro desta medida.

Outrora, no *Tractatus*, Wittgenstein sustentou uma concepção bastante semelhante a esta, sobre a intenção, e que foi reafirmada nas *Observações*: o método de projeção. Nesta primeira obra, este elemento pode ser encontrado na maneira como um conjunto de sinais gráficos ou vocais sensivelmente perceptíveis, ou seja, aquilo que Wittgenstein chamou de “sinal proposicional” podem ser usados como figuração de uma situação. Estes sinais que compõem a proposição não se apresentam de modo aleatório, mas precisam ser articulados para corresponder ao estado de coisas que figuram. O método de projeção consiste na transformação destes sinais em um discurso significativo. Tendo em vista que os mesmos também são fatos como outros, o método de projeção usa fatos como figuração de outros fatos. Esse papel da intenção como interpretação e uso de sinais se mantém nas *Observações*. Também no *Tractatus* um “elemento de intenção” poderia ser admitido na operação com sinais, nas operações de verdade, que permitem que se chegue à uma conclusão a partir de outras. Portanto, uma concepção de intenção poderia ser admitida não explicitamente, mas pelo menos implicitamente em alguns pontos da sua argumentação.

Portanto a concepção de intenção aparece no texto das *Observações*, em seus primeiros capítulos: em primeiro lugar como equivalente ao método de projeção, de forma que pode usar sinais como figuração de outros fatos, ou dar um uso para as palavras no “painel de controle” da linguagem. E também aparece como aplicação de um padrão de medição específico para se poder dizer que a expectativa foi realizada ou não, ou seja, para se poder comparar um e outro e se dizer se a mesma foi realizada. Outros aspectos aparecem nesta obra sugerindo uma

intencionalidade na operação com signos de comparar diferentes proposições da linguagem para se chegar ao que é essencial na mesma. Mas faz-se necessário admitir aqui o quanto essa concepção foi indispensável para Wittgenstein, na reformulação do seu pensamento e no desenvolvimento de suas ideias em obras posteriores. A intencionalidade, no decorrer da obra deste autor, começa a ser abordada de forma implícita no *Tractatus*, passa a se revelar completamente nas *Observações* e continua a ser discutida no período da redação das *Investigações Filosóficas*.

Esperou-se, com este presente trabalho, clarificar concepções ainda não amplamente abordadas a respeito do “período intermediário” do pensamento de Wittgenstein. Período que possui uma riqueza imensa de novas concepções e métodos, no qual o autor buscou incessantemente reformular suas antigas concepções filosóficas, que o levaram, no período final de suas obras, às *Investigações Filosóficas*. Foi o propósito desse trabalho lançar uma luz sobre este período da obra do autor, procurando ampliar o debate acadêmico a respeito deste período do seu pensamento. Ainda que este seja apenas uma investigação breve sobre este tema, se acredita que possa ser alcançado o propósito de ser um passo (ainda que breve e introdutório) que leve a ampliar o debate sobre o desenvolvimento das concepções filosóficas de Wittgenstein.

## 7. Bibliografia

BENOIST, Jocelyn. *Realização*. in GÁLVEZ, Jesús Padilla. *Fenomenologia como Gramática*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. p. 117-144.

CUTER, João Vergílio G. “P” diz “P”. in *Cadernos Wittgenstein*. n. 1. São Paulo: Departamento de Filosofia da USP, 2000. p. 57-68.

\_\_\_\_\_. *Por que o Tractatus Necessita de um Sujeito Transcendental?* in *Dois Pontos: subjetividade e linguagem*. n. 1. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006. v. 3. p. 171-192.

ELDRIDGE, Richard. *Leading a Human Life: Wittgenstein, Intentionality and Romanticism*. Chigago: The Univeristy of Chicago Press, 1997.

ENGELMANN, Mauro Luiz. *Wittgenstein's Philosophical Development: phenomenology, grammar, method, and the anthropological view*. London: Palgrave Macmillan, 2013.

GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

GRAYLING, A. C. *Wittgenstein*. São Paulo: Loyola, 2002.

HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: Mind and Will*. Part I: Essays. Oxford: Blackwell, 2000. 4 v. Essays (Analytical Commentary on the *Philosophical Investigations*).

MÁCHA, Jakub. *Wittgenstein on Internal and External Relations: tracing all the connections*. London: Bloomsbury, 2015.

MALCOM, Norman. *Wittgenstein's Philosophische Bemerkungen* in *The Philosophical Review* Vol 76, n.2 (Abril de 1967), p. 220-229.

MARION, Mathieu. *Ludwig Wittgenstein: introdução ao Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Annablume, 2012.

MARQUES, Edgar. *Wittgenstein e o Tractatus*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.



MEDINA, José. *The Unity of Wittgenstein's Philosophy: Necessity, Intelligibility, and Normativity*. Albany: State University of New York, 2002.

MORENO, Arley R. *Pragmática da Relação/Propriedade Interna*. in *Dois Pontos: Wittgenstein intermediário*. n. 1. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. v. 6. p. 145-166.

PEARS, David. *As Ideias de Wittgenstein*. São Paulo: Cultrix, 1971.

PERRIN, Denis. *Tempo e Intencionalidade Temporal no Wittgenstein do Período Intermediário*. In STERN, David & CUTER, João Vergílio G. & MARION, Mathieu. *Wittgenstein Intermediário* n. 1. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. v. 6. p. 97-124.

PRADO NETO, Bento. *Fenomenologia em Wittgenstein: tempo, cor e figuração*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

PICHLER, Alois. *Wittgenstein's Album: Philosophical Investigations and Philosophical Remarks as alternatives to the "Spirit of Progress in philosophy"* in MORENO, Arley R. (org.). *Wittgenstein: Como ler o álbum*. Campinas: UNICAMP, 2009. V. 55. p. 57-97.

RUSSELL, Bertrand. *The Analysis of Mind*. New York: Macmillan, 2005.

SEARLE, John. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

STERN, David. *Das Observações Filosóficas à Unidade da Ciência*. In STERN, David & CUTER, João Vergílio G. & MARION, Mathieu. *Wittgenstein Intermediário* n. 1. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. v. 6. p. 63-95.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Observações Filosóficas*. São Paulo: Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. *Philosophical Remarks*. Oxford: Blackwell, 1984.

\_\_\_\_\_. *Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell, 2008.

\_\_\_\_\_. *Philosophische Bemerkungen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1984.

\_\_\_\_\_. *Some Remarks on Logical Form* in Knowledge, Experience and Realism, Supplementary Volumes, Vol. 9, p. 162-171. Blackwell Publishing on behalf of The Aristotelian Society, 1929.

\_\_\_\_\_. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2001.